

CAPÍTULO III – COLHENDO FRUTOS, CONSOLIDANDO O MODELO: A PRIMAVERA DOS APRENDIZADOS

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar do pão
(Música Cio da Terra – Chico Buarque e Milton Nascimento)

Após a intermediação de Réia, Deméter aceita que Perséfone una-se a Hades no reino do subterrâneo e que somente em determinadas épocas do ano voltasse à superfície para estar consigo. Estes momentos eram de muita alegria para ambas, fazendo com que Deméter “derrama-se” sobre a terra suas benesses. O mundo, então, floria-se, tornava-se belo; era tempo de fartura; era a chegada da primavera. A estada de Perséfone com sua mãe, Deméter, segundo a mitologia, deu origem às estações do ano. No momento em que estava com Hades dava-se o outono e o inverno; nos meses que passava com a mãe, faziam-se a primavera e o verão. Representava-se aí o ciclo da vida, sendo o período da primavera a apoteose.

Da mesma forma, para os Aprendizados Agrícolas, o momento entre a revolução de 1930 e o ano 1946 pode ser considerado a “primavera”, o “clímax” dessas instituições, o momento em que se consolidaram como modelo de ensino agrícola primário nacional, alcançando a maior quantidade de estabelecimentos desta natureza.

No capítulo anterior ressaltai alguns elementos que propiciaram a consolidação do ensino agrícola brasileiro, baseando-se em pilares como: associativismo, desenvolvimento técnico e diversificação agrícola. Estes tinham como defensores membros da elite agrária que se sentiam alijados dos processos decisórios pelo incentivo dado aos cafeicultores paulistas e agrônomos oriundos da ESAMV, representados por entidades classistas como a SBA e a SNA.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, após a revolução de 1930, foram tomadas algumas medidas no sentido de reformular os ministérios existentes, com o intuito de dar-lhes mais eficiência. Deste modo, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, e o MAIC foi desmembrado, originando o Ministério da Agricultura e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Com a remodelação, algumas atribuições pertencentes ao antigo MAIC foram passadas para os novos ministérios.

O desmembramento do MAIC em dois ministérios causou como impacto imediato a diminuição das verbas destinadas à Agricultura, o que desestabilizou todas as atividades desse

órgão, inclusive os Aprendizados Agrícolas. Diante de tal realidade, o ministro Juarez Távora fez o seguinte comentário ao assumir a pasta da agricultura:

Assumindo, dois anos mais tarde, em dezembro último, a direção do Ministério, encontrei-o, entretanto, com a mesma organização irracional de antes da revolução, e o que é pior, com o orçamento já elaborado para o corrente ano, montando apenas a cerca de 40 mil contos, isto é, reduzido de 20% em relação àquele que o ex-ministro Assis Brasil classificara de miserável! (BRASIL-RMA, 1933, p. 21).

Essa realidade impôs ao ministro formar uma comissão de técnicos incumbida de reformular a pasta, de forma a dar maior eficiência, enquadrando-a dentro dos limites orçamentários. A comissão era composta pelos agrônomos Edmundo Navarro de Andrade, Adrião Caminha Filho, Juvêncio Mariz de Lira e Waldemar Raythe⁶¹, além do médico-veterinário Guilherme Edelberto Hermsdorff e do funcionário do Tribunal de Contas, o bacharel José Carneiro da Cunha (BRASIL-RMA, 1933).

Essa comissão organizou o Ministério da Agricultura em três diretorias gerais, já descritas no capítulo anterior. A Diretoria Geral de Agricultura, que tinha sob sua responsabilidade a diretoria do ensino agrícola, teve à frente um dos membros da comissão de reformulação, o agrônomo Edmundo Navarro de Andrade, que indicou para a diretoria do ensino agrícola o agrônomo Álvaro Simões Lopes⁶². Este tratou de organizar os projetos que culminaram com a regulamentação das profissões de agrônomo e de veterinário no país, estabeleceu as bases para os concursos de admissão de funcionários para cargos técnicos e, ainda, baixou orientações para o ensino dos Aprendizados e Patronatos. Sobre estas instituições de ensino agrícola primário, disse Álvaro Simões Lopes:

Estes vinham funcionando – sem qualquer ação coordenadora e, em consequência, à exceção do de Barbacena, que dispõe de aparelhamento para sua transformação em Escola Prática de Agricultura modelar, não oferecem, pela sua situação, deficiência de aparelhamento e pequena capacidade, descontinuidade administrativa e de orientação técnica a que estavam expostos, condições que assegurem o preenchimento de suas finalidades (BRASIL-RMA, 1933, p. 36).

As impressões do diretor sobre o funcionamento dos Aprendizados e Patronatos foram tiradas a partir dos relatórios enviados pelos diretores dos estabelecimentos para o ministério,

⁶¹ **Waldemar Raythe**, presidente da SBA de 1939 a 1942, diretor na ENA de 1941-1943, primeiro reitor da Universidade Rural do Rio de Janeiro de 1944-1947 e, ao mesmo tempo, diretor do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA) (MENDONÇA, 2003).

⁶² **Álvaro Simões Lopes** nasceu em Pelotas/RS no ano de 1892 e faleceu no Rio de Janeiro/RJ em 1979. Era filho do ex-ministro da agricultura (1919-1922), vice-presidente da Comissão Diretora da Aliança Liberal e então presidente da SNA, o fazendeiro Ildefonso Simões Lopes, com sua prima-irmã Dinorá de Castro Simões Lopes.

à exceção do Aprendizado de Barbacena, que havia sido visitado por Álvaro Simões Lopes, causando-lhe “boa impressão” quanto à organização e à eficiência, fazendo apenas a ressalva de que teria de aumentar o número de alunos matriculados, que naquele ano era de 150 internos e 20 externos.

Era de interesse do diretor do ensino agrícola visitar as demais instituições para, *in locu*, verificar as condições de funcionamento. Entretanto, tendo em vista os relatórios dos diretores, demonstrou preocupação com o baixo número de matrículas e as condições de salubridade de onde se encontravam instalados os Aprendizados:

A capacidade dos aprendizados agrícolas de Barreiras, na Baía, e Rio Branco, no Acre, é apenas de 50 alunos cada um. O primeiro desses estabelecimentos está situado em zona paludosa, de difícil acesso, o que não justifica a transferência de sua primitiva sede para aquela localidade, onde se acha mal instalado. Padece o Aprendizado Agrícola de Rio Branco, único estabelecimento de ensino agrícola no Território do Acre, nas mesmas dificuldades que são agravadas por mais acentuadas condições de insalubridade (BRASIL-RMA, 1933, p. 36).

Com essa visão, Álvaro Simões Lopes alertava para a impossibilidade de se desenvolver um ensino técnico-agrícola de qualidade em instituições situadas em regiões impróprias, devido, principalmente, ao acometimento de moléstias. O mesmo, no entanto, não era percebido nos Patronatos. Segundo o diretor do ensino agrícola, tais estabelecimentos, à exceção do Patronato João Coimbra, dispunham de excelentes condições de salubridade, regular aparelhamento e produção suficiente, auxiliando no abastecimento das instituições.

As conclusões preliminares do diretor do ensino agrícola contrastam com o pretendido pela comissão responsável pela reestruturação do MA. Esta comissão asseverava a necessidade imediata de uma reforma do ensino agrícola e, dentro desta reforma, a transformação dos Patronatos Agrícolas em Aprendizados Agrícolas, pois consideravam as finalidades dos primeiros “estranhas” ao MA. Refletia a comissão:

Tendo os atuais Patronatos Agrícolas por objetivo a educação e instrução de menores abandonados que, para eles são remetidos pelo Juízo de Menores, seria mais consentâneo que os auxílios da União, [...], passassem a ser concebidos pelo Ministério da Justiça, cabendo ao da Agricultura a transformação futura, dos que ora existem sob a sua direção, em Aprendizados Agrícolas especializados nas culturas das regiões do País em que estiverem instalados, promovendo, mesmo, a mudança de alguns para outras zonas, em que se possam desincumbir da dupla missão: preparar trabalhadores e operários rurais especializados em determinadas culturas e aproveitar, para isso, as imensas proles sertanejas que iriam substituir, gradativamente, os menores abandonados, pequenos delinquentes da cidade (BRASIL-RMA, 1933, p. 64).

Para a comissão de reformulação do MA, os Patronatos não poderiam funcionar sob a administração deste ministério devido à incompatibilidade de objetivos, visto que regenerar a infância não estaria no esquadro da capacitação técnica pretendida pelas instituições de ensino agrícola. Entretanto, para o diretor do ensino agrícola, a transformação dos Patronatos em Aprendizados passava, sobretudo, por uma questão financeira e uma distribuição mais equitativa dos estabelecimentos.

Sendo assim, pleiteava a transformação de nove Patronatos em Aprendizados, somando-se aos AAs de Barreiras e Rio Branco-AC já existentes, e a transformação do AA de Barbacena em uma escola secundária de ensino agrícola. Desta forma, os Aprendizados deveriam chegar a um total de 11 estabelecimentos, assim distribuídos quanto à localização e objetivos.

QUADRO 23 – PROPOSIÇÕES DO DIRETOR DE ENSINO AGRÍCOLA PARA OS APRENDIZADOS AGRÍCOLAS (1932)

Nº	Localização	Finalidade
1	Rio Branco-AC	Destinado ao ensino de indústrias extrativas da Amazônia, cultura de cereais, etc.
2	Belém-PA	Cultura de fumo, fruticultura, etc.
3	Estado do CE, PB ou RN (local a ser escolhido)	Zona açucareira irrigada.
4	Estado de Pernambuco (local a ser escolhido)	Zona açucareira
5	Satuba-AL	Zona de açúcar e algodão
6	Santo Amaro-BA	Fumo, cana, cereais, frutas.
7	Campos-RJ	Cana e indústrias rurais
8	Ouro Fino-MG	Cereais e indústrias de laticínios.
9	Jaboticabal-SP	Café e criação de gado.
10	Estado do MT, PR ou SC (local a ser escolhido)	Não há indicação
11	Pelotas-RS	Arroz e outros cereais, fruticultura, sua industrialização e laticínios.

Fonte: BRASIL-RMA, 1933, p. 175-176.

Além desses estabelecimentos, sugeria, o diretor, a transferência do Instituto Agrônomo Vidal de Negreiros, que estava sob a responsabilidade do governo paraibano, para o Ministério da Agricultura, devendo transformá-lo em uma Escola Prática ou mesmo em um Aprendizado Agrícola.

Com base nos trabalhos da comissão de reformulação do MA e do relatório do diretor do ensino agrícola, que tinham como consenso a posição de destaque do AA de Barbacena frente aos demais e advogavam a necessidade de transformá-lo em uma escola prática de nível

secundário, o ministro da agricultura fez publicar o decreto nº 22.934, de 13 de julho de 1933, transformando o AA de Barbacena em Escola Agrícola.

Dessa forma, a instituição mineira passava a ofertar o ensino secundário agrícola, servindo como referência às demais neste segmento. O objetivo do estabelecimento não seria mais formar o trabalhador agrícola, como nos tempos de Aprendizado, mas sim certificar instrutores agrícolas, ou seja, profissionais que estariam entre os agrônomos e os trabalhadores agrícolas. De acordo com o regulamento da Escola Agrícola de Barbacena, em seu artigo 1º, sua nova finalidade era:

formar 'Instrutores Agrícolas' instruídos nos modernos processos agrícolas e nas práticas referentes à zootécnica, veterinária e indústrias rurais, devendo os alunos instruir-se no preparo do solo, cultura, tratamento, multiplicações, aclimação, melhoramento das plantas úteis; nos processos de conservação, transformação, embalagem, transporte, comércio de produtos agrícolas e assuntos que se relacionem com as indústrias rurais de modo a adquirirem, a par de conhecimentos teóricos, a prática indispensável ao perfeito desempenho de suas funções, cuidando também da educação física dos alunos.

Com a transformação do AA de Barbacena em Escola Agrícola, o ministro da agricultura atendia a uma das reivindicações consensuais entre os membros da comissão de reorganização do MA e do diretor do ensino agrícola, ficando os pontos em que havia discordâncias para um segundo momento.

Todavia, antes mesmo de tomar qualquer iniciativa quanto ao destino dos Patronatos Agrícolas e sua conversão em Aprendizados, o Ministério da Agricultura passou por nova reformulação. Nesta reorganização da pasta da agricultura, algumas das principais alterações foram a supressão da Diretoria Geral de Pesquisas Científicas e a substituição das outras diretorias gerais por departamentos.

Através do decreto nº 23.979, de 8 de março de 1934, o MA ficou constituído de três departamentos: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNEM), Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV) e Departamento Nacional da Produção Animal (DNPA). Com isso, a Diretoria de Ensino Agrícola (DEA) passou a ser subordinada ao DNPV.

Somente após essa nova reformulação da pasta, o ministro da agricultura tomou medidas direcionadas para o ensino agrícola primário, levando-se em consideração as propostas da comissão de reformulação e a do diretor do ensino agrícola. Já no regulamento aprovado para a DEA, a partir do decreto nº 23.979, não havia menção aos Patronatos

Agrícolas como instituições pertencentes a essa diretoria. Nesse regulamento apenas a Escola Agrícola de Barbacena e os Aprendizados Agrícolas constavam como estabelecimentos responsáveis pela formação profissional do trabalhador rural e do operário agrícola.

Outro fato que levava a crer que a decisão em retirar os Patronatos da incumbência do MA já estava tomada foi a não inclusão desses estabelecimentos no orçamento previsto para o ministério no biênio 1934-1935. Diante deste fato, era de se esperar que os Patronatos fossem transformados em Aprendizados, o que ocorreu legalmente, através do decreto nº 24.115, de 12 de abril de 1934:

QUADRO 24 – PATRONATOS TRANSFORMADOS EM APRENDIZADOS (1934)

Nº	Patronato	Aprendizado
1	Patronato Manuel Barata	Aprendizado Agrícola do Pará
2	Patronato João Coimbra	Aprendizado Agrícola de Pernambuco
3	Patronato Rio Branco	Aprendizado Agrícola da Bahia
4	Patronato Visconde do Mauá	Aprendizado Agrícola de Minas Gerais
5	Patronato Visconde da Graça	Aprendizado Agrícola do Rio Grande do Sul

Fonte: BRASIL. Decreto nº 24.115 de 1934.

Além desses, o regulamento previa que o AA de Satuba, então transferido para o governo alagoano no ano de 1927, retorna-se à administração federal, o mesmo ocorrendo com o Instituto Agrícola Vidal de Negreiros, que retornou à alçada do MA, também sob a estrutura de Aprendizado.

O mesmo decreto criava um Aprendizado no Rio de Janeiro e outro em Sergipe, sendo que este foi constituído a partir da federalização do Patronato de Menores Cyro de Azevedo, instituição mantida pelo governo sergipano desde 1924, por meio do decreto nº 23.722, de 9 de janeiro de 1934, tendo sido entregue ao governo federal somente no dia 6 de abril desse mesmo ano (BARRETO, 1957).

Com o advento do decreto, dos três Aprendizados existentes até 1934, Barbacena, Barreiras e Acre, apenas este último permaneceu funcionando como tal, pois o AA de Barbacena transformou-se em Escola Agrícola, e o AA de Barreiras foi extinto, seguindo o direcionamento de que não poderia um mesmo estado comportar duas instituições do mesmo gênero. Nesse sentido, como já havia sido criado o AA da Bahia, na cidade de Santo Amaro da Purificação, no local onde funcionava o Patronato Agrícola Rio Branco, não era aconselhável a criação de outro estabelecimento no mesmo estado.

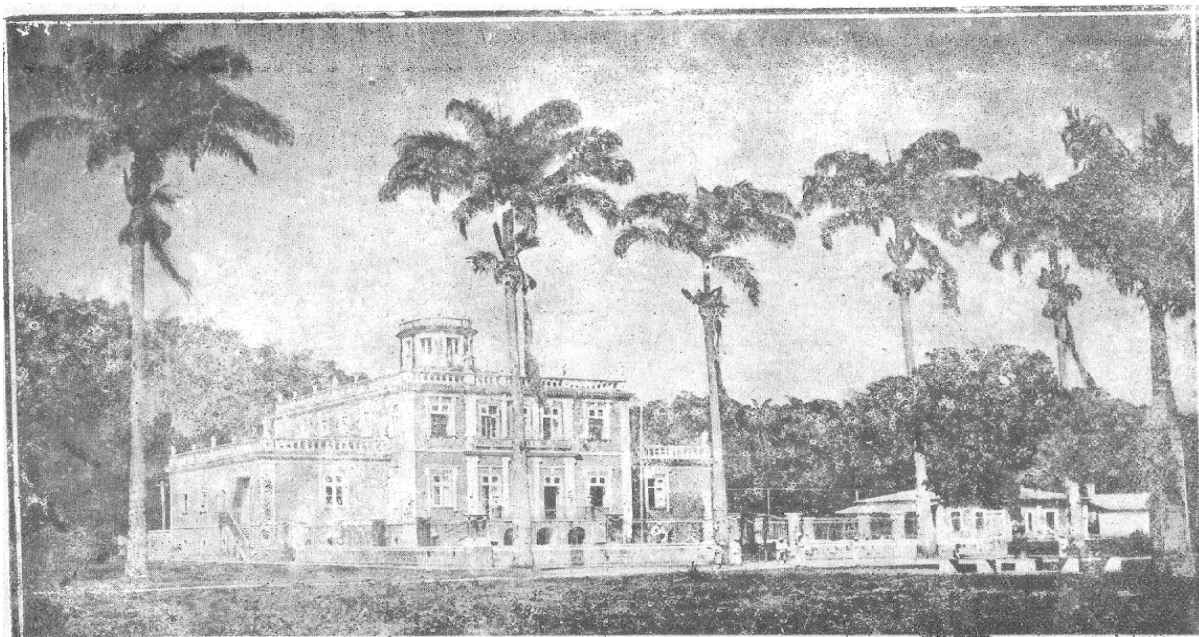


Figura 11 - Vista do prédio principal do Patronato Agrícola Rio Branco, que foi transformado no AA da Bahia. Fonte: Disponível em <<http://villasantoamaro.blogspot.com>>, acesso em 03 de ago. 2009. Ano:s/d (entre 1926 e 1933).

A presença do AA da Bahia em Santo Amaro seria passageira, visto que no próprio decreto estava prevista a transferência deste para os terrenos da extinta Escola Agrícola de São Bento das Lages. Seria, neste caso, um retorno a sua sede original, pois o primeiro Aprendizado Agrícola criado nessa unidade federativa no ano de 1911, funcionou anexo àquela escola, utilizando-se de suas instalações e terrenos.

Previo o decreto, ainda, que os Patronatos Agrícolas Venceslau Braz, situado na cidade de Caxambu, e o Patronato Arthur Bernardes, existente na cidade de Viçosa, ambos no estado de Minas Gerais, seriam transferidos para a jurisdição do Juízo de Menores, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com seus respectivos imóveis, acervo de material existente, pessoal fixo e variável, assim como os alunos neles matriculados.

Apesar da mudança no direcionamento dos Patronatos, quando da transformação em Aprendizados, a legislação previa que os alunos ali existentes permanecessem nas instituições. Isto, no entanto, ia de encontro a uma das principais críticas desferidas aos Patronatos, as quais, por certo recairiam sobre os Aprendizados derivados desses estabelecimentos, que era a falta de afinidade dos alunos com as práticas agrícolas, visto que a maioria era proveniente dos centros urbanos.

A legislação dispunha sobre a nova estrutura de pessoal que deveria ter os Aprendizados, que passariam a ser constituídos por um diretor, um auxiliar-agrônomo, um chefe de culturas, um médico, um escriturário, um ecônomo-almojarife, três mestres de

oficinas, um porteiro-contínuo e um bedel. Estes formariam o quadro dos servidores permanentes de cada estabelecimento, havendo, também, os diaristas, que eram contratados em virtude da necessidade.

Com a transformação dos Patronatos em Aprendizados, atendia-se a uma das principais reivindicações do diretor do ensino agrícola, Álvaro Simões Lopes. Tanto que em relatório que versava sobre as realizações do MA entre os anos 1933-1934, afirmava o diretor:

Constituía, sem dúvida, grave erro, a manutenção de numerosos patronatos agrícolas, pelo Ministério da Agricultura, sem que isso envolva qualquer crítica à utilização de semelhante instituição. O erro consistia em criá-los e mantê-los, neste Ministério, quando a sua finalidade pouco tinha de agrícola, e tais estabelecimentos nada mais eram do que asilos de menores abandonados, institutos disciplinares ou verdadeiras colônias correcionais, em que se ministravam, também, instruções elementares de agricultura. Se este último fato fosse bastante para justificar a sua permanência no Ministério da Agricultura, e não no da Justiça ou da Educação, como devera ser, forçados seríamos também a pleitear a passagem para aqui, de todas as escolas primárias e ginásios do país em que há aulas de agricultura, ou trabalhos de caráter agrícola, no campo (BRASIL-RMA, 1934, p. 28).

Dizia o diretor do ensino agrícola que a prática de enviar menores abandonados das cidades, com todos os vícios dos grandes centros, para instituições de ensino agrícola, no intuito de regenerá-los, não surtia qualquer efeito positivo; muito pelo contrário, contribuía para perverter outras crianças que a eles se juntavam, oriundas do meio agrícola. E, ademais, tais instituições passavam ao largo do ideal de profissionalização, haja vista que anualmente eram efetuados pedidos ao Ministério da Guerra e da Marinha, a fim de colocar os alunos que concluía os cursos nos Patronatos.

Desta forma, para Álvaro Simões Lopes, a transformação de alguns Patronatos em Aprendizados, a passagem destes para o Ministério da Justiça e a extinção de outros tiravam um “fardo” que atentava contra a qualidade técnica dos serviços prestados pelo MA, principalmente pela diretoria de ensino agrícola.

Essa reorganização trazida com o decreto atendia, ainda, à necessidade de uma distribuição mais equânime dos estabelecimentos de ensino agrícola primário pelos estados federados, pois, antes dessa pequena reforma, dos 15 Patronatos existentes, seis localizavam-se no estado de Minas Gerais, que contava ainda com um Aprendizado, totalizando sete instituições de ensino agrícola primário; três Patronatos estavam no estado de Pernambuco; e, com um estabelecimento encontravam-se os estados do Pará, Paraíba, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, sendo que o estado da Bahia possuía um Aprendizado. Conseqüentemente,

importantes estados, tais como Rio de Janeiro, Alagoas e Mato Grosso, não contavam com esse tipo de instituição.

Com o decreto nº 24.115, o MA buscava organizar melhor a oferta do ensino agrícola primário brasileiro. Neste sentido, afirmava o diretor do ensino agrícola:

Uma das primeiras medidas tomadas foi a da distribuição mais equitativa destes institutos, em número de 10, e, não sendo possível, por deficiência de dotação orçamentária, manter um aprendizado agrícola em cada Estado da União, foram distribuídos os criados de acordo mais com as zonas ou regiões agrícolas, do que em obediência ao critério da divisão administrativa do país (BRASIL-RMA, 1934, p. 29).

Com esse entendimento, acreditava o diretor do ensino agrícola que a distribuição dada aos 10 Aprendizados Agrícolas criados com o decreto nº 24.115 atendiam às necessidades de formação e desenvolvimento técnico-agrícola nacional. Para Álvaro Simões Lopes, a escolha por criar um Aprendizado Agrícola nos estados do Acre, Pará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul passou única e exclusivamente por um entendimento técnico de quais regiões mais necessitavam desse tipo de estabelecimento. Contudo, não há como negar a influência política de alguns chefes de estado neste novo ordenamento.

O caso sergipano é emblemático. Um estado pequeno, de pouca influência econômica, mas que gozava de grande prestígio após a Revolução de 1930, pois havia assumido como interventor federal o militar Augusto Maynard Gomes, que havia participado de vários movimentos revolucionários, como o do Forte de Copacabana, em 1922, e de dois levantes em Sergipe, 1924 e 1926, sendo que da última vez havia sido preso na Ilha da Trindade junto com outros revoltosos, tais como Siqueira Campos, Juarez Távora e Eduardo Gomes. Tomou participação, ainda, na Revolução de 1930 comandando um batalhão no estado de Minas Gerais. Tal envolvimento dava a esse personagem grande admiração e respeito junto a autoridades, como o então ministro da Agricultura, Juarez Távora, e o presidente da República, Getúlio Vargas. Este relacionamento talvez tenha sido determinante no agraciamento de Sergipe com um Aprendizado Agrícola.

Dito isso, não é possível afirmar que a escolha dos estados para sediar os Aprendizados tenha sido meramente técnica, pois em momentos tão conturbados, tais como os que se seguiram após a Revolução de 1930, era preciso aplacar os ânimos dos adversários, bem como agraciar os aliados, e isto passava, inclusive, pela criação de instituições e órgãos federais que auxiliassem os chefes de governo locais em suas administrações.

Ao referir-se aos encaminhamentos do MA no tocante ao ensino agrícola, Álvaro Simões Lopes estabelece o “mito fundador”, alegando que a partir daquele instante estava fundado o ensino elementar de agricultura no Brasil. Esta ideia fundacionista dada à nova república é algo muito caro à historiografia educacional brasileira, que desmerece as realizações do Império e da 1ª República, afirmando que somente após 1930 podemos “enxergar” um sistema de ensino brasileiro.

Como visto no capítulo anterior, o ensino agrícola elementar ou primário tem seu primeiro ordenamento com o decreto nº 8.319, de 1910, e suas bases conceituais remontam ao século XIX, nas discussões travadas nos congressos agrícolas ainda no período imperial.

Após o decreto que transformou os Patronatos em Aprendizados, vários outros decretos se sucederam, principalmente no período denominado de “Estado Novo”, que se estendeu do ano 1937 a 1945, momento em que Getúlio Vargas instituiu uma ditadura civil, dissolvendo o congresso e extinguindo os partidos políticos. Nestes anos estadonovistas, Getúlio governou por meio de decretos-lei.

Em um desses decretos-lei, o de nº 982, de 23 de dezembro de 1938, contando com a colaboração do ministro da Agricultura, Fernando de Souza Costa⁶³, o governo deu nova organização ao MA, criando em seu artigo primeiro o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), que compreenderia a Escola Nacional de Agronomia até então vinculado à DEA, o Instituto de Química Agrícola, o Instituto Federal de Ecologia Agrícola e o Instituto de Experimentação Agrícola e todas as suas seções.

O CNEPA teria quatro finalidades: ministrar o ensino agrícola; orientar, dirigir e coordenar todas as pesquisas que visassem à individualização dos fatores naturais e artificiais da produção agrícola; aumentar e melhorar o rendimento das plantas cultivadas, através de modificações do meio físico (clima e solo) e mediante seleção e cruzamento de diferentes tipos de plantas cultivadas, buscando aquelas que melhor se adaptassem a cada região; e coordenar todos os fatores de produção agrícola, com o fim de adaptar a agricultura ao ambiente, aumentando e melhorando as colheitas.

⁶³ **Fernando de Sousa Costa** nasceu em Pirassununga-SP, em 10 de junho de 1888 e faleceu em desastre de automóvel no estado do Rio de Janeiro, no dia 21 de janeiro de 1946. Formado em engenharia agrônoma pela ESALQ, foi vereador (1912), prefeito de Pirassununga, deputado estadual (1919) e secretário da Agricultura (1927-1930), no governo Júlio Prestes, tendo fundado o Instituto Biológico e o Parque da Água Branca, que leva seu nome, e realizou pesquisas de exploração de petróleo. No governo de Getúlio Vargas, foi ministro da Agricultura (1937-1941). Criou o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas e os Serviços de Informação Agrícola e Economia Rural. Impulsionou a cultura do trigo no país, e foi quem dirigiu a descoberta de petróleo no Brasil, em 21 de janeiro de 1939, em Lobato (Salvador). Ainda durante o Estado Novo, foi interventor federal do estado de São Paulo, no período de 4 de junho de 1941 a 27 de outubro de 1945.

Apesar de ter entre as suas atribuições a de ministrar o ensino agrícola, o CNEPA não atuou em todos os segmentos, limitando-se ao ensino superior. Com isso a DEA continuaria com a atribuição de organizar o ensino primário e secundário agrícola. Contudo, por meio do citado decreto, a DEA, que até aquele momento subordinava-se ao Departamento Nacional de Produção Vegetal, ganhou autonomia, transformando-se em Superintendência do Ensino Agrícola (SEA), ficando subordinada diretamente ao ministro. Esta alteração de *status* no órgão responsável por gerenciar o ensino agrícola no país reflete a importância que este vinha alcançando nas políticas empreendidas por aquele ministério.

A importância do ensino agrícola para o MA era a de vulgarização técnica, devendo não apenas restringir-se às crianças e jovens, mas também devendo atingir, sobretudo, os adultos, sendo que para este fim era imprescindível a participação das escolas, neste caso da Escola Nacional de Agricultura, da Escola Nacional de Veterinária, da Escola Agrícola de Barbacena e dos dez Aprendizados existentes. Neste sentido, em relatório de atividades realizadas no biênio 1934-1935, o ministro refere-se da seguinte forma à necessidade de vulgarização técnica:

Considerando, porém, que o ensino não deve permanecer adstrito aos estabelecimentos próprios, mas estender-se às camadas adultas, visto não podermos esperar que as gerações escolares assumam a direção da nossa economia agrícola para que esta se renove, urgindo, pelo contrário, a exemplo do que se processa nos Estados Unidos, no Canadá, na Dinamarca, operar um largo e enérgico movimento de modernização da nossa agricultura, a começar dos métodos de plantio e cultivo da terra e a acabar nos de sua **industrialização** e **comercialização** (...) (BRASIL-RMA, 1938, p. 9 – grifos do autor).

Os Aprendizados, como visto no período entre 1910 e 1934, também auxiliavam na qualificação técnica dos adultos através da adoção de cursos especiais, geralmente noturnos, com carga horária e temporalidade diferenciadas. Com isso, os Aprendizados aumentavam sua importância na estrutura do MA, fazendo com que a pasta mantivesse uma significativa rede com 10 instituições deste tipo. Para Conceição (2007), o crescimento do número de estabelecimentos verificado após 1934 e a importância que este ramo de ensino passou a ter no MA resultaram na criação de um órgão diretamente subordinado ao ministro, à SEA, que dois anos após a sua criação, por meio do decreto-lei nº 2.832, de 4 de dezembro de 1940, ganhou maior abrangência com a sua transformação em Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), que, consoante o artigo 2º, tinha por finalidade:

orientar e fiscalizar o ensino agrícola e veterinário nos seus diferentes graus, fiscalizar o exercício das profissões agrônômica e veterinária, fazer o

registro dos respectivos diplomas e ministrar o ensino médio e elementar de agricultura.

Com isso, a SEAV ficou com a atribuição de gerenciar todo o ensino agrícola e, ainda, certificar e regular a atuação de agrônomos e médicos-veterinários no exercício de sua profissão, além de “promover a educação direta das populações rurais e realizar estudos e pesquisas educacionais aplicados à agricultura” (BRASIL-RMA, 1945, p. 310). Entretanto, quanto à oferta do ensino, a SEAV somente ficaria responsável pelos ensinos elementar e médio.

Apesar de criada oficialmente em 1940, a SEAV teve seu regimento aprovado no ano de 1944, com a publicação do decreto nº 16.826, de 13 de outubro de 1944. Neste decreto, além de serem reafirmadas as finalidades deste órgão, dispunha-se sobre a sua composição, que seria distribuída em cinco seções: Seção de Estudos e Pesquisas (SEP), Seção de Difusão Educativa (SDE), Seção de Administração Escolar (SAE), Seção de Fiscalização (SF) e Seção de Administração (SA).

A primeira seção tinha como principais funções organizar e planejar as atividades prestadas pela Superintendência. Deste modo, era de competência da SEP:

- a) Estudar os problemas relacionados com a organização do ensino agrícola e veterinário em todos os seus graus e modalidades;
- b) Colaborar com a Divisão de Obras do Departamento de Administração do MA, na elaboração de planos de edificações e instalações escolares destinadas a estabelecimentos de ensino agrícola e veterinário;
- c) Estudar os métodos de ensino em uso e propor medidas que possam levá-los a constante aperfeiçoamento;
- d) Fazer a estatística escolar e realizar estudos de processos de seleção pré-vocacional e de orientação profissional, aplicáveis à agricultura e à veterinária (BRASIL. Decreto nº 16.826 de 1944).

Enquanto a SEP era uma seção que tinha uma finalidade mais voltada para o gerenciamento do ensino agrícola, fazendo diagnósticos e propondo soluções para os problemas deste ramo do ensino, outra seção, a SDE, tinha uma característica mais voltada para a ação, propondo e executando trabalhos direcionados para a vulgarização técnica.

A preocupação da SDE estava em aproximar os conhecimentos técnico-agrícolas daquelas populações que não frequentavam regularmente a escola, significando que para atingir tal clientela eram necessárias ações específicas, utilizando-se de vários meios, inclusive os veículos de comunicação. As atribuições da SDE estavam assim descritas no decreto que a instituiu:

- a) Promover, pelos meios ao seu alcance, a educação direta das populações rurais;
- b) Colaborar na educação extensiva ministrada pelos estabelecimentos subordinados à Superintendência ou por ela fiscalizados;
- c) Sugerir ao Superintendente a instalação de cursos de aperfeiçoamento e especialização nos estabelecimentos subordinados à Superintendência ou por ela fiscalizados;
- d) Promover, através do rádio, do cinema e da imprensa a divulgação de assuntos educativos de interesse para as populações rurais, escolas primárias rurais, estabelecimentos subordinados à Superintendência ou por ela fiscalizados (IDEM, 1944).

Cabe lembrar que os Aprendizados Agrícolas, desde sua fundação no ano de 1910, executavam atividades extensivas. Contudo, o que se pretendia neste instante era que as instituições pudessem disponibilizar cursos especiais na localidade de domicílios dos trabalhadores rurais.

Outra seção que executava um papel importante no encaminhamento do ensino agrícola, voltando-se para o ensino regular, era a SAE, que tinha uma função estritamente administrativa, resumida em três atribuições:

- a) Exercer a administração dos estabelecimentos federais de ensino agrícola médio e elementar e os de ensino veterinário dos mesmos graus, existentes ou que vierem a se criar;
- b) Propor ao governo a criação de estabelecimento de ensino rural nas regiões em que se torne necessário o desenvolvimento da produção agrícola;
- c) Manter completos e atualizados os fichários relativos aos estabelecimentos de ensino sob sua administração (IDEM, 1944).

Essa seção ficava diretamente responsável pelos Aprendizados Agrícolas, supervisionando-os para que fossem atendidos os objetivos de tais estabelecimentos, observando-se ainda a execução orçamentária, o número de alunos e a estrutura.

Mesmo antes de aprovado o regimento da SEAV, este órgão já havia proposto um novo regimento para os Aprendizados Agrícolas, impondo-lhes uma nova estrutura organizativa e funcional, até que fosse posta em prática a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA), que já vinha sendo debatida e estruturada pelo MES em parceria com a própria SEAV.

3.1. As novas leis de Deméter para os Aprendizados

A reforma no ensino agrícola ocorrida no ano de 1934 transformou alguns Patronatos em Aprendizados e criou outros estabelecimentos desta natureza. Com isso, o total de Aprendizados, que entre 1910 e 1934 variou de três a oito instituições, sendo que ao início da década de 1930 apenas três Aprendizados permaneciam funcionando sob a tutela do governo federal, passou com a dita reforma a um número de 10 estabelecimentos, distribuídos por diferentes estados.

A reformulação ocorrida resultou na criação de dois tipos de Aprendizados, aqueles “nascidos” como tal e os derivados dos Patronatos Agrícolas e, por isso, muitas vezes herdeiros dos ideais regeneradores sociais daqueles estabelecimentos, inclusive permanecendo a mesma clientela composta por crianças abandonadas ou com dificuldades de ajustamento social, as quais eram encaminhadas às instituições pelo chefe de polícia, juiz de menores, autoridades e pessoas de influência.

Buscando equalizar as diferenças entre os estabelecimentos, ou seja, dar-lhes uma “fisionomia” mais unitária, o Governo Federal solicitou aos técnicos do MES que, juntamente com os técnicos da SEAV, elaborassem a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Todavia, enquanto tal lei não ficava pronta, procedeu-se a uma pequena reforma no regimento das instituições de ensino agrícola, dentre elas os Aprendizados Agrícolas. A reforma no regimento destas instituições veio nove anos depois da reorganização do ensino agrícola, sendo executada por meio do decreto nº 14.252, de 10 de dezembro de 1943.

O novo regimento trazia uma ampliação nas finalidades dos Aprendizados. Enquanto antes a função era formar trabalhadores agrícolas, nesse novo regimento o objetivo era a educação da população rural, ministrando cursos primários agrícolas e supletivos:

Art 1º Os Aprendizados Agrícolas (A.A.), diretamente subordinados à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), têm por finalidade cooperar na educação das populações rurais, realizando cursos regulares técnicos primários e cursos supletivos de diferentes modalidades sobre agricultura, zootecnia e indústrias agrícolas (BRASIL. Decreto nº 14.252 de 1943).

A oferta de cursos supletivos pelos Aprendizados era, certamente, a maior novidade desse novo regimento. Esta atividade fez com que o MA encontrasse resistência no MES, causando uma disputa entre os dois ministérios, que já haviam se estabelecido desde a criação da pasta da Educação, cujo entendimento era de que toda e qualquer atividade de ensino

deveria estar ligada a este ministério. Esta contenta envolvendo MA e o MES será debatida com mais atenção posteriormente.

Assim como na primeira legislação do ensino agrícola em 1910, serviriam de atividades complementares ao ensino profissional ministrado na agricultura, zootecnia e indústrias agrícolas as oficinas de couro, madeira e ferro.

Quanto à organização, poucas foram as modificações, dentre as quais uma foi de nomenclatura. Enquanto no regimento anterior os Aprendizados eram organizados por seções, com o novo regimento passaram a se chamar núcleos de Agricultura (NA), Zootecnia (NZ) e de Indústrias Rurais (NIR).

O que aparentemente pode ser visto como apenas “jogo de palavras” por outro lado pode ser compreendido como uma mudança de entendimento na estrutura dos Aprendizados. Isto porque o vocábulo seção tem o significado de parte de um todo, de uma subdivisão; enquanto o núcleo é a parte central, o ponto essencial de uma determinada coisa, sem o qual não é possível a existência desta. Isto talvez demonstre que com o novo regimento se quisesse ressaltar que os núcleos de Agricultura, Zootecnia e Indústrias Rurais, eram os pilares indispensáveis ao funcionamento dos Aprendizados, não devendo haver privilégio de um em detrimento de outro. Para tanto, o regimento dispunha, em seu capítulo III, as competências de cada um dos núcleos.

Além dos núcleos de Agricultura, Zootecnia e Indústrias Rurais, os AAs possuíam um novo ente em sua estrutura organizativa, com a reunião da parte administrativa na chamada Turma de Administração (TA). Além desses, os AAs eram compostos pelo gabinete médico-dentário, oficinas, despensa, copa, cozinha, rouparia, lavanderia, dormitórios e outras dependências necessárias ao seu funcionamento.

De acordo com o regimento, todos os órgãos integrantes dos AAs deveriam funcionar perfeitamente coordenados em regime de mútua colaboração, sob a orientação do respectivo diretor.

Ao falar sobre a nova organização dos Aprendizados, Conceição (2007) conclui:

Essa organização deveria imitar uma ‘fazenda’ moderna e produtiva para que esses estabelecimentos servissem de modelo pedagógico para os menores internados, futuros trabalhadores do campo. Os trabalhos desenvolvidos pelos internos, sob a orientação dos instrutores, nos núcleos e nas oficinas, eram considerados como aula prática. Além desses trabalhos, os internos executavam atividades de manutenção do internato, especialmente através das escalas de faxinas (p. 39).

Para que as atividades pudessem ter bom andamento, o regimento determinava que deveriam residir nos terrenos dos Aprendizados o diretor, os chefes de núcleo e os servidores cujos serviços devessem ter um cuidado mais específico.



Figura 12 - Residência do diretor do Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra. Arquivo do CEFET-CUIABÁ, 1945. Fonte: MARQUES, 2005, p. 59.

Apesar de o diretor morar no mesmo espaço, sua casa, geralmente, situava-se em região privilegiada nas instituições, próxima ao prédio central, separada das demais moradias dos funcionários e com uma estrutura arquitetônica diferenciada. Era uma forma, talvez, de realçar a hierarquia existente nos estabelecimentos.

Ao contrário da residência do diretor, as dos demais funcionários eram padronizadas, situando-se próximas uma das outras.



Figura 13 - Vista parcial das residências dos servidores do Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra. Arquivo do CEFET-CUIABÁ, 1946. Fonte: MARQUES, 2005, p. 54.

Ao definir que alguns servidores da instituição deveriam morar nos estabelecimentos, o regimento compreendia que era importante se manter a “vigilância hierárquica”, como diz Foucault, sobre os alunos, visto que após 1934 todos os estabelecimentos adotaram o regime de internato.

O regimento de 1943 foi precedido da publicação da portaria ministerial nº 708, de 27 de dezembro de 1943, que previa a adoção, por parte dos Aprendizados, de três tipos de cursos, divididos em ciclos e articulados entre si.

O primeiro curso era do ensino agrícola básico, que teria uma temporalidade de três anos, sendo destinado à formação de capatazes rurais. Para matricular-se no curso, o candidato deveria ter pelo menos 14 anos; ter recebido educação primária competente, pelo menos de grau rural; ter capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares e ser aprovado em exames vestibulares ou ter feito o curso de ensino rural.

QUADRO 25 – ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE ENSINO AGRÍCOLA BÁSICO (1943)

Ano	Disciplinas/Atividades
1º	Português, Matemática, Geografia, História do Brasil, Desenho, Noções de Agricultura geral e máquinas agrícolas.
	Aulas práticas de olericultura, jardinocultura, fruticultura, silvicultura e trabalhos nas oficinas.
2º	Português, Matemática, Ciências físicas e naturais, Desenho, Culturas regionais, Criação dos animais domésticos.
	Aulas práticas de avicultura, apicultura, sericultura, piscicultura e trabalhos nas oficinas
3º	Português, Matemática, Pequenas indústrias agrícolas, Economia rural e administração, Educação Sanitária, Desenho
	Aulas práticas - acentuação de uma especialidade econômica escolhida dentro dos seguintes grupos: I – Horticultura; II – Culturas regionais; III – Produção animal; IV – Máquinas agrícolas e V – Indústrias agrícolas.

Fonte: SALLES, Apolônio, 1941, p. 313.

Observando a disposição curricular do curso agrícola básico instituído pela portaria ministerial, percebe-se uma preocupação com a aprendizagem proporcional da agricultura, zootecnia e indústrias rurais, algo que não ocorria na regulamentação anterior, em que havia um predomínio das atividades direcionadas para a agricultura. Com esta nova estrutura curricular no primeiro ano o aluno teria contato com práticas voltadas para a agricultura; no segundo ano com atividades zootécnicas, e no terceiro ano, com as indústrias rurais, podendo-se, entretanto, aprofundar o aprendizado prático dos alunos em uma determinada atividade econômica.

Outro curso instituído pela portaria nº 708 foi o de ensino rural, que tinha duração um pouco menor do anterior, dois anos, e destinava-se, estritamente, à formação de trabalhadores rurais. Para ser aceito neste curso, o candidato deveria ter no mínimo 12 anos de idade; ter recebido alguma instrução primária; ter capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que deveriam ser realizados e ser aprovado em exame de seleção, que constava de resolução de testes escolares.

Assim como o anterior, o curso rural dividia-se em conteúdos teóricos e atividades práticas, procurando-se contemplar, de forma mais resumida, os conhecimentos agrícolas, zootécnicos e das indústrias rurais ao lado das disciplinas propedêuticas.

QUADRO 26 - ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE ENSINO RURAL (1943)

Ano	Disciplinas/Atividades
1º	Português, Aritmética, Noções de Geografia e Corografia do Brasil, História Pátria, Desenho a mão livre, Noções elementares de Agricultura e máquinas agrícolas
	Aulas práticas de olericultura, fruticultura, jardinocultura e trabalhos nas oficinas.
2º	Português, Aritmética, Noções de Ciências físicas e naturais, Desenho linear, Noções de criação de animais domésticos.
	Aulas práticas de avicultura, apicultura, sericultura, piscicultura e trabalhos nas oficinas.

Fonte: SALLES, Apolônio, 1941, p. 314.

Com base na estrutura curricular disposta nesse quadro, percebe-se que havia uma ênfase nas atividades agrícolas e zootécnicas, reservando-se pouco espaço para as indústrias rurais. Talvez isso se devesse ao fato de o curso estar direcionado à formação de trabalhadores rurais, ou seja, pessoas que fossem atuar em atividades práticas, com ênfase na agricultura e pecuária.

Além dos dois cursos já citados, os Aprendizados ofertavam o curso de adaptação, que era destinado ao trabalhador em geral, jovem ou adulto, não habilitado ou diplomado, oportunizando-lhe uma qualificação profissional.

Para isso, serão organizados, em épocas determinadas, cursos de avicultura, apicultura, sericultura, máquinas agrícolas, defesa agrícola, tratamento e alimentação dos animais domésticos, indústrias agrícolas, combate às pragas e moléstias das plantas cultivadas, e outros julgados convenientes e possíveis, segundo as instalações dos estabelecimentos onde forem ministrados (SALLES, 1945, p. 314).

Esses cursos não tinham uma duração pré-definida, mas tinham como característica a rápida duração, devendo sua temporalidade ser orientada pela importância de cada um, respeitando-se as condições oferecidas pelos candidatos e as necessidades do meio.

Não havia restrições para a matrícula nesses cursos, fosse de idade ou sexo, devendo-se, porém, dar preferência àqueles que soubessem ler e escrever. Caso o aluno fosse menor de idade, deveria apresentar autorização do responsável.

Nos cursos de ensino agrícola básico e ensino rural, o ano escolar tinha uma duração de 10 meses, com um período de férias de dois meses. As atividades pedagógicas deveriam iniciar-se no dia 1º de fevereiro e terminar no dia 15 de novembro, reservando-se, portanto, as férias para os meses de dezembro e janeiro. Diferentemente do que se fazia anteriormente, os Aprendizados adotariam um calendário unificado em todo o território nacional, deixando de se levar em conta as peculiaridades regionais, quanto a clima, época de colheita, etc.

Outra alteração trazida pela portaria ministerial foi quanto ao regime de funcionamento das instituições, que não mais aceitariam alunos externos, adotando-se apenas os regimes de internato e semi-internato.

Um ponto realçado com a nova regulamentação dos Aprendizados foi o culto cívico, que deveria ser executado a partir da criação de centros cívicos vinculados à Juventude Brasileira, instituição nacional fundada pelo Governo Getúlio Vargas no ano 1940, por meio do decreto nº 2.072, de 8 de março. Nesses centros cívicos deveriam ser ministradas uma educação voltada para a formação da consciência patriótica; educação moral visando a uma elevação moral da personalidade, confiança no próprio esforço, o gosto da iniciativa, o hábito da disciplina e a perseverança no trabalho, e a educação física a ser ministrada por meio da ginástica e dos esportes, com o intuito de fortalecer a saúde de crianças e jovens, dando-lhes, também, um corpo sólido, ágil e harmônico.

Alguns dos elementos constituintes do projeto de criação da Juventude Brasileira baseavam-se no pensamento de Baden-Powell, sobretudo naqueles atinentes à educação moral. No livro do pesquisador Jorge Carvalho do Nascimento, *A Escola de Baden-Powell* e no de José Silvério Baía Horta, *O hino, o sermão e a ordem do dia*, já referenciados neste trabalho, podem ser encontradas mais informações sobre a relação do Escotismo com os ideais presentes na Juventude Brasileira.

Nos Aprendizados, segundo a portaria ministerial, as atividades relativas à Juventude Brasileira deveriam ser realizadas dentro do período semanal dos trabalhos escolares. Aqueles alunos que tivessem menos de 18 anos, estando, portanto, na área de abrangência da Juventude Brasileira, e que faltassem a 30% das comemorações especiais dos centros cívicos, não poderiam prestar exames finais, fosse de primeira ou segunda época.

Uma das maiores novidades trazidas pela nova regulamentação do ensino foi a criação da orientação educacional nas instituições:

Instituir-se-á, em cada estabelecimento de ensino profissional agrícola a orientação educacional que busque, mediante a aplicação de processos pedagógicos adequados, e em face da individualidade de cada aluno e de seus problemas, não só a necessária adaptação e encaminhamento, mas ainda a elevação das qualidades morais (SALLES, 1945, p. 315).

A orientação educacional, segundo Grinspun (2002) e Cazela (2007), surgiu nos Estados Unidos em 1908, ainda como orientação vocacional, tendo como principal característica o aconselhamento. Alguns fatores contribuíram para o seu surgimento, tais

como o desenvolvimento da psicometria, a revolução industrial e os movimentos de saúde mental.

No Brasil, as análises sobre o surgimento da orientação educacional são conflitantes. Para Grinspun (2002), esta teria surgido em 1924 no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, sob a “roupagem” de orientação vocacional. Entretanto, segundo Nérice (1976), o primeiro a implantar a orientação educacional no país foi Lourenço Filho, quando era diretor do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, no ano de 1931, tendo criado o “Serviço de Orientação Profissional e Vocacional”, destinado a guiar os indivíduos na escolha do seu lugar social pela profissão.

Todavia, foi em 1942, a partir das leis orgânicas do ministro Gustavo Capanema, que aparecem as primeiras referências explícitas à orientação educacional, cuja função era corretiva, voltada para os alunos-problema, mas também, preocupando-se com o andamento dos estudos e o descanso dos alunos, em acordo com as normas pedagógicas, e, ainda, esclarecer possíveis dúvidas dos alunos e orientá-los nos estudos para que pudessem buscar, sozinhos, sua profissionalização.

Para Cazela (2007):

(...) o curso principal da Orientação Educacional seria o ensino técnico, em que ajudava na formação de uma mão-de-obra especializada e qualificada, assumindo caráter terapêutico, preventivo, psicometrista, identificando aptidões, dons e inclinações dos indivíduos (p. 9).

Foi na esteira das chamadas “reformas Capanema” que a orientação educacional chegou aos Aprendizados Agrícolas, tendo o papel de promover a orientação e o desenvolvimento, entre os alunos, de cooperativas, revistas e jornais, clubes ou grêmios, buscando favorecer a educação social dos estudantes. Este setor deveria incumbir-se, ainda, de verificar se os horários de estudo, trabalho e descanso dos alunos estavam sendo obedecidos, visando a um maior rendimento pedagógico.

Todavia, tanto o decreto que modificou o regimento dos Aprendizados quanto a portaria que estruturou os cursos neles oferecidos tiveram curta existência, visto que no ano de 1946 foi aprovada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, última da chamada *Reforma Capanema*, como ficou conhecido o conjunto das reformas educacionais empreendidas durante a gestão do ministro Gustavo Capanema⁶⁴ à frente do MES. Tal reforma começou a

⁶⁴ **Gustavo Capanema** (1900-1985) nasceu no município mineiro de Pitangui, onde teve início a sua vida pública, com a vereança. Em 1924 formou-se em direito na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, regressando à sua cidade natal onde exerceu a advocacia e o magistério na Escola Normal, como professor de Psicologia Infantil e Ciências Naturais, período em que também foi eleito vereador. Com o retorno

ser realizada a partir de 1942, com a adoção da primeira das seis “leis orgânicas” que mudaram a organização da educação nacional: Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei Nº 4.244/42) e do Ensino Industrial (Decreto-Lei Nº 4.073/42); Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto Lei Nº 6.141/43); Leis Orgânicas do Ensino Primário (Decreto Lei Nº 8.529/46), do Ensino normal (Decreto-lei Nº 8.530/460) e do Ensino Agrícola (Decreto-Lei Nº 9.613/46).

A aprovação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, tendo como órgão idealizador o MES, foi mais um dos motivos que levou a disputas intraestatais entre esse ministério e a pasta da agricultura tendo em vista a exclusividade no encaminhamento das políticas de ensino agrícola. A disputa que se instaurou entre esses dois ministérios serviu como um dos elementos estimuladores das transformações ocorridas nas políticas de ensino agrícola ente 1930 e 1946.

3.2. Disputas pelo comando das políticas de Deméter

Com a reformulação ministerial ocorrida logo após a Revolução de 1930, criaram-se novos ministérios, dentre eles o da Educação e Saúde (MES), que congregava o pensamento reformista dos chamados “profissionais da educação”, que haviam empreendido, durante toda a década de 1920, reformas educacionais em diversos estados brasileiros, tais como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, dentre outros.

A criação do MES tinha dois grandes objetivos: a nacionalização do ensino em sua vertente alfabetizadora e, sobretudo, a centralização da gestão de todos os níveis e ramos do ensino. Desta forma, o MES apresentava-se como um antagonista do MA, visto que, ao centralizar a gestão de todos os tipos de ensino, adentraria a seara das escolas profissionais agrícolas, até então monopólio da pasta da agricultura.

Uma das plataformas do MA, que era fixar o homem no campo, também passou a ser uma das bandeiras do MES, causando uma sobreposição de funções entre os dois ministérios. A pesquisadora Marta Maria Chagas de Carvalho (2003), ao analisar as reformas realizadas pelos ditos “profissionais da educação” em vários estados durante a década de 1920, conclui:

para a capital mineira, em 1930, ocupou cargos no governo de Minas de Gerais. Posteriormente convidado por Vargas para o MES, onde permaneceu de 1934 a 1945. Já no ministério cercou-se de modernistas e intelectuais como Carlos Drummond de Andrade (chefe de gabinete), Mário de Andrade (autor do anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e Rodrigo Melo Franco de Andrade (responsável pela implantação do SPHAN e seu diretor por trinta anos). Em 1937 encaminhou ao Congresso o Plano Nacional de Educação (disponível em <www.histedbr.fae.unicamp.br>, acesso em 12 de ago. 2009).

Levar a escola aos sertões brasileiros, banindo a ameaça representada pelo êxodo migratório e enraizar extensivamente os serviços escolares nos grandes centros urbanos são as metas do programa modernizador que as reformas educacionais dos anos 20 põem em cena (p. 233).

O mesmo ideal das reformas foi levado para o MES, fazendo com que toda e qualquer ação de modernizar o ensino tivesse como centro irradiador esse ministério. Isto fez com que, desde o primeiro momento, os técnicos do MES solicitassem ao governo federal a administração do ensino agrícola, assim como havia sido feito com o ensino industrial. Contudo, tal intento dos dirigentes do MES encontrou resistências nos técnicos dirigentes da pasta da agricultura.

Ao analisar esse novo cenário desencadeado pela criação do MES e a disputa pelo comando do ensino agrícola, Mendonça (2007) faz as seguintes considerações:

Os quadros do novo Ministério, ao qual se costumam atribuir o ‘pioneirismo’ em toda e qualquer iniciativa educacional, passariam a disputar com os da Agricultura o controle sobre o Ensino Agrícola, posto considerarem que a educação primária deveria afastar-se do ensino técnico ou vocacional, em nome do *equivoco pedagógico* de sobrecarregarem-se as crianças com a preparação para o trabalho (p. 251 – grifos da autora).

Esse pensamento do MES sobre a necessidade de separar o ensino primário do ensino profissional contribuiu para que a reforma empreendida nos estabelecimentos de ensino agrícola a partir de 1934 enfatizassem a formação profissional, não ofertando mais cursos primários, como ocorria no decreto nº 8.319 que instituiu o ensino agrícola. A reorganização dos Patronatos em Aprendizados e as alterações ocorridas no ensino primário agrícola davam maior ênfase ao aprendizado técnico, deixando para o MES a preocupação em erradicar o analfabetismo.

Porém, tal medida não foi suficiente para aplacar o ímpeto dos dirigentes do MES; tanto que em 1937 o ministro Gustavo Capanema solicitou ao presidente da República a passagem da Escola Nacional de Agronomia para a alçada daquele ministério. Esta solicitação sofreu reprimendas do MA e também da SBA, que mobilizou seus filiados no sentido de impedir tal migração. Um dos argumentos utilizados pela SBA para impedir a transferência sustentava que a ENA era a única instituição superior sob encargo do MA, enquanto o MES tinha muitas atribuições, ou seja, estava “assoberbado com os encargos de sua própria família” (RSBA, 1938, p. 188, apud MENDONÇA, 2003, p. 11). A investida do MA e da

SBA contra as pretensões de Capanema surtiram efeito, permanecendo a ENA sob os auspícios da pasta da agricultura.

Na década de 1940 os embates envolvendo MA e MES, intensificaram-se, sobretudo, após a aproximação ocorrida entre Brasil e Estados Unidos em virtude da participação daquele país na Segunda Guerra Mundial. Este novo contexto propiciou a assinatura de vários tratados envolvendo a pasta da agricultura e o governo norte-americano, originando a “Comissão Brasileiro-Americana para a Produção de Gêneros Alimentícios” no ano 1942. Segundo Mendonça (2007):

Ela atuaria junto às instituições de Ensino Agrícola do MA visando acelerar a formação dos trabalhadores rurais que, em teoria, maximizariam a produção dos gêneros de primeira necessidade necessários [sic.] ao ‘esforço de guerra’ (p. 254).

Paralelo aos acordos firmados entre o MA e instituições norte-americanas surgiram, segundo Mendonça (2003), os primeiros *Clubes Agrícolas*, instituições definidas como extraescolares, responsáveis por divulgar os conhecimentos sobre a vida no campo, funcionando anexo às escolas primárias da zona rural e, também, em escolas urbanas. Esta atuação em escolas das áreas urbanas, ou seja, nos Grupos Escolares, fazia com que o MA adentrasse, mesmo que de forma subsidiária, na área de atuação direta do MES, gerando conflitos entre os dois órgãos estatais.

Os Clubes Agrícolas encontravam-se vinculados ao Serviço de Informação Agrícola (SIA) do MA, podendo ser organizados em escolas públicas e particulares, e serviam como

(...) um complemento necessário e imprescindível à formação das novas gerações brasileiras, dando um sentido prático à educação, oferecendo aos seus jovens sócios as primeiras noções da vida coletiva, com seus deveres e responsabilidades e, ainda, despertando o interesse das crianças pelos trabalhos lucrativos, pelas atividades do campo (BRASIL-RMA, 1943, p. 264).

Os Clubes Agrícolas tinham uma clara influência norte-americana, assemelhando-se às associações voluntárias, livres, base da constituição democrática daquele país, como observou em seus estudos o francês Alexis de Tocqueville:

Nos Estados Unidos, as pessoas se associam com fins de segurança pública, comércio e indústria, moral e religião. Não há nada que a vontade humana desespere alcançar pela livre ação da força coletiva dos indivíduos (2001, p. 220).

Ao adentrar um Clube Agrícola, a criança era iniciada em várias atividades relacionadas ao meio rural, fazendo valorizar a vida no campo, o trabalho, a livre iniciativa, não se esquecendo de inculcar-lhe valores morais e cívicos. Com estes ideais, os Clubes proliferaram ao longo de toda a década de 1940, passando de 374 em 1942 para 1.450 em 1947.

Os Clubes Agrícolas possuíam um periódico chamado “Brincar e Aprender” destinado a divulgar as atividades desenvolvidas por eles e servir de contato entre os clubes espalhados por diversos estados. Neste periódico havia um conteúdo de natureza moral e recreativo dominando o espírito ruralista.

Buscando captar impressões de alunos que faziam parte dos Clubes Agrícolas, a SIA lançou um concurso com o seguinte tema: Para que serve o Clube Agrícola? Dentre as correspondências recebidas, foi divulgada pelo MA a da clubista Maria Cristina Vanderlei, pertencente ao Clube Agrícola Pedro Afonso, situado no município de Palmares, estado de Pernambuco. Apesar de longa é significativa a referência da clubista às atividades desenvolvidas na entidade:

O clube agrícola nos ensina a cultivar as hortas, os jardins, as fruteiras, criar os animais, não os maltratar, combater os insetos nocivos que estragam as plantações, como a lagarta, a formiga, o gafanhoto e muitos outros. Mantém a seção de pequenas indústrias que ensina muitos trabalhos, como fazer tamancos, espanadores, ralos que sempre são precisos em casa e deste modo não crescemos na indolência, trabalhando para o engrandecimento de nossa pátria querida – o Brasil. Não somente temos o trabalho do campo (...) como também nas reuniões aprendemos a declamar, cantar, apresentar trabalhos sobre assuntos rurais, a assumir responsabilidades de cargos, como eu que sou secretária e já entendo bem do caso. Também todos os meses realizamos uma campanha e ficamos cada vez mais instruídos nos estudos de ruralização. São estas as vantagens que traz o *Club* Agrícola (BRASIL-RMA, 1943, p. 264-265).

A influência norte-americana no Brasil começou a ser mais intensa a partir de 1930 com a “política da boa vizinhança” desenvolvida pelo presidente Roosevelt. Tal encaminhamento foi continuado pelos presidentes que se sucederam; uns com maior, outros com menor ênfase. Instituições privadas daquele país também demonstravam interesse em estabelecer relações com o governo brasileiro. Uma das primeiras iniciativas neste sentido foi com a *Inter-American Affairs Association*, do empresário Nelson Rockefeller. O *Institute of Inter-american Affairs* (IIAA), criado em 1942, organizou os primeiros programas de cooperação técnica, visando à melhora da educação, saúde e agricultura dos países latino-americanos.

A organização dessa entidade tinha características semiministeriais fornecendo fundos e equipes através do Serviço de Cooperação. Somente no ano de 1943, tal entidade destinou 2 milhões a serem gastos exclusivamente com educação. Analisando a capacidade operacional da IIAA em terras brasileiras, Mendonça (200, p. 255) conclui: “Seu status semi-governamental conferiu-lhe razoável liberdade para suplantar as resistências usuais às ‘inovações’ contidas na aplicação desses projetos, sendo elas dirigidas por técnicos norte-americanos”.

A influência direta norte-americana na qualificação técnico-agrícola através da liberação de verbas específicas e a adoção, por parte do MA, dos Clubes Agrícolas incomodavam os técnicos ligados ao MES, sobretudo quando a pasta da agricultura, com o objetivo de qualificar a mão de obra adulta, utilizou-se do discurso de aceleração da formação do trabalhador rural como “esforço de guerra” para criar cursos supletivos.

Segundo o próprio ministro Apolônio Salles, tentava-se com isso flexibilizar o ensino, proporcionando-o a todos aqueles que dele necessitassem. E prosseguia afirmando que:

Tem-se procurado corrigir o erro de se supor que só devem ser objeto da obra educativa os que se encontram ainda em idade propriamente escolar, desprezando-se todos aqueles que não tiveram oportunidade de freqüentar escolas ou a elas não podem voltar para cursos regulares (BRASIL-RMA, 1943, p. 327).

A iniciativa do MA em voltar-se para a educação do trabalhador rural adulto através de cursos supletivos não foi bem aceita pelos dirigentes do MES, que, lançou no ano de 1947, como uma reação à iniciativa da pasta da agricultura, a “Campanha de Educação de Adultos”, coordenada pelo escolanovista Lourenço Filho, então diretor no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

A Campanha contava com o financiamento público da União, dos estados, do Distrito Federal e dos territórios, tendo como objetivo criar 10.000 classes de ensino supletivo voltadas para a educação de jovens e adultos analfabetos. Além destes recursos, 25% da verba de financiamento da educação de jovens e adultos advinha do Fundo Nacional do Ensino Primário, segundo regulamentação estabelecida em 1945 (HADDAD e PIERRO, 2000).

O espaço em que a Campanha atuaria seria quase estritamente urbano, atendendo a operários e trabalhadores da cidade. Contudo, havia interesse dos técnicos do MES que essa campanha se espraiasse para o meio rural. Ademais, ao longo de toda a década de 1940, o ministro Capanema continuou com o esforço de trazer para a alçada do MES todos os estabelecimentos de ensino; tanto que em evento realizado no ano de 1944, contanto com a

participação de todos os secretários estaduais de educação, chamou atenção para a necessidade de se transferir para o MES os estabelecimentos de ensino profissional:

Em abono da transferência de todos os estabelecimentos de ensino profissional para o MES diria, primeiro, que se trata de uma providência administrativa racionalizadora, pelo princípio da unidade de direção; e segundo, que não é pedagogicamente certo que a Educação da mocidade continue a ser feita sem unidade de métodos, de programas e de técnicas, pois o resultado disto é a confusão e a esterilidade (CAPANEMA, 1944 apud MENDONÇA, 2007, p. 253-254).

Ao contrário do MES, que quando necessitava de recursos buscava subsídios no Fundo Nacional da Educação Primária, o MA contava apenas com a dotação orçamentária anual e com os convênios estabelecidos com outras entidades. Diante deste fato, era comum o ministro da agricultura reclamar da falta de recursos para dar encaminhamento aos projetos, sobretudo na área educacional, sendo repassados do MES para o MA, por meio do Conselho Nacional de Serviço Social, “pequenos auxílios para algumas escolas de agricultura” (BRASIL-RMA, 1945, p. 330).

Outro capítulo da disputa intraestatal envolvendo MES e MA ocorreu após a realização da “Terceira Conferência Interamericana de Agricultura”, que se deu em Caracas, capital da Venezuela, no ano de 1945. As deliberações tiradas nessa Conferência nortearam o MA na confecção de um plano quadrienal de trabalho, que, no tocante à Educação Rural, sustentou-se num acordo firmado entre o ministério e a *Fundação Inter-Americana de Educação*, com duração prevista entre os anos 1946 e 1948.

Os principais objetivos desse convênio eram:

a) Desenvolver relações mais íntimas com docentes do Ensino Agrícola dos Estados Unidos; b) facilitar o treinamento de brasileiros e americanos especializados em ensino profissional agrícola e c) possibilitar que fossem programadas atividades, no setor da Educação Rural, do interesse de ambas as partes contratantes (MENDONÇA, 2007, p. 257).

A partir desse convênio surgiu a *Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais* (CBAR), que criou em vários estados brasileiros, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, Centros de Treinamento de Operários Agrários. A CBAR era gerenciada diretamente pelo MA, e desta forma os Aprendizados Agrícolas constituíram-se como um dos espaços onde foram montados os Centros de Treinamento.

A criação da CBAR previa que o MA estimularia e assumiria a responsabilidade pela criação de Clubes Agrícolas anexos a todas as escolas primárias do meio rural. Esta iniciativa causou novo desconforto entre a pasta da educação e saúde e a pasta da agricultura.

Segundo Mendonça (2007), esse foi um dos motivos que levou o MES a propor e aprovar a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA):

Diante da conjuntura inaugurada pela CBAR, o Ministério da Educação faria aprovar a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA) – parte de um ‘pacote’ integrado pelo conjunto das leis orgânicas de cada ramo do ensino – lançando as bases de uma nova orientação para a Educação Profissional Rural (p. 258).

A aprovação da LOEA não foi o fim das disputas envolvendo o MES e o MA; foi apenas mais um dos capítulos deste “jogo de forças” na procura por mais espaço e, conseqüentemente, mais poder dentro da máquina pública. Tal contenda intraestatal somente teve fim após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024/61, que determinou que todas as instituições de ensino ficariam subordinadas ao Ministério da Educação.

A despeito das disputas envolvendo os dois ministérios aqui citados, os Aprendizados Agrícolas, no período que se estendeu entre 1934 e 1946, tiveram o seu período áureo, alcançando um total de 12 estabelecimentos, que procuraram atender às demandas de qualificação profissional agrícola em nível primário nesse período. Ou seja, apesar dos conflitos e, inclusive, por causa deles, o MA teve que desempenhar da melhor forma possível seu papel no ensino agrícola até objetivando não perder essas instituições para a pasta da educação.

3.3. Os novos templos de Deméter: os Aprendizados Agrícolas após 1934

Após a Revolução de 1930, o ensino agrícola ganhou novo impulso, sobretudo o ensino agrícola primário. A convivência de dois modelos que se materializavam sob a forma de Aprendizados e Patronatos não atendia às finalidades para as quais estes foram criados. As críticas à ineficiência de ambos se avolumavam, vindas de dentro do próprio Ministério da Agricultura.

As transformações pelas quais passou o MA logo após a revolução também contribuíram para um replanejamento das ações no tocante às políticas de ensino agrícola. A competição com o recém-criado Ministério da Educação e Saúde exigia dos técnicos da pasta da agricultura uma gestão mais eficiente das instituições de ensino agrícola que permaneceram subordinadas ao MA.

Nesse sentido, o primeiro passo foi a adoção de apenas um modelo de ensino agrícola primário, fazendo com que alguns Patronatos, modelo hegemônico até então, fossem transformados em Aprendizados, que a partir daquele instante se tornaria referência neste ramo do ensino.

A transformação dos Patronatos em Aprendizados e a criação de outros estabelecimentos desta natureza tinham como objetivos: a maior eficiência do ensino e a distribuição mais equânime das instituições pelos estados brasileiros. Para responder a tais anseios, demonstrando a preocupação crescente do Governo Federal com o ensino agrícola, foi criada em uma das reformas do MA a Diretoria do Ensino Agrícola (DEA), subordinada inicialmente ao Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV), substituída logo após — talvez pressionado pela insistência do MES em levar todos os estabelecimentos de ensino para sua tutela — pela Superintendência do Ensino Agrícola (SEA), que estava diretamente subordinada ao ministro da agricultura. Anos depois, a SEA incorporou também o ensino veterinário, transformando-se em Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV).

Todos esses fatos contribuíram para a consolidação do ensino agrícola e, conseqüentemente, das instituições de ensino primário, os Aprendizados Agrícolas. Após a primeira reforma no modelo primário, ocorrida entre 1933 e 1934, o número total de AAs chegou a 10, localizando-se no Acre, Pará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

QUADRO 27 – DENOMINAÇÕES E LOCALIZAÇÃO DOS APRENDIZADOS AGRÍCOLAS EM 1934

Nº	Nome da Instituição	Localização (cidade)
1	Aprendizado Agrícola do Acre	Rio Branco
2	Aprendizado Agrícola do Pará	Outeiro
3	Aprendizado Agrícola da Paraíba	Bananeiras
4	Aprendizado Agrícola de Pernambuco	Vila de Tamandaré
5	Aprendizado Agrícola de Alagoas	Satuba
6	Aprendizado Agrícola de Sergipe	São Cristóvão
7	Aprendizado Agrícola da Bahia	Santo Amaro
8	Aprendizado Agrícola do Rio de Janeiro	Campos
9	Aprendizado Agrícola de Minas Gerais	Vila de Inconfidentes
10	Aprendizado Agrícola do Rio Grande do Sul	Pelotas

Fonte: BRASIL-RMA, 1934.

Dos dez AAs criados em 1934, apenas o situado em Rio Branco, Território do Acre, e o de Alagoas, situado no município de Satuba, eram remanescentes dos antigos estabelecimentos criados entre 1910 e 1930.

Além desses estabelecimentos citados no quadro anterior, o Governo Federal baixou o decreto nº 2.231, de 30 de dezembro de 1937, autorizando a criação de um Aprendizado no estado do Amazonas, que deveria ser instalado após a doação por parte do governo daquele estado dos terrenos e instalações necessários para o seu funcionamento. Para subsidiar a instituição, o Governo Federal destinou crédito de 500:000\$000 (quinhentos contos de réis), à manutenção e custeio do novo estabelecimento.

Contudo, ao que parece, o efetivo funcionamento do Aprendizado do Amazonas somente se deu após a publicação do decreto-lei nº 2.250, de 30 de maio de 1940, que transferiu o AA do Acre para o Amazonas. Os motivos alegados pelo governo para efetuar a transferência foram o de que a sede onde se localizava a instituição não mais atendia a sua finalidade e o de que o valor para a reconstrução daquele Aprendizado ficaria muito oneroso aos cofres da União. Ressaltava, ainda, que a transferência para as terras doadas pelo Governo do Amazonas, onde havia funcionado o “Reformatório de Menores de Paredão”⁶⁵, próximo à capital, Manaus, atenderia melhor aos interesses de toda a região amazônica.

Quanto ao argumento de esta instituição não mais atender à finalidade de sua criação na antiga sede, na capital acreana, esse deve-se ao fato ter sido construído tendo como principal atividade o extrativismo vegetal da borracha; e como esta encontrava-se em decadência, apesar de Rio Branco passar por uma fase de grande desenvolvimento, principalmente pela movimentação do setor de comércio (MENEZES e FERNANDES, 2005), o principal produto que deveria guiar as ações do Aprendizado já não era um atrativo.

Ao ser transferido para o Amazonas, o Aprendizado permaneceu com a mesma nomenclatura, Rio Branco, localizando-se em Manaus, capital daquele estado, numa região denominada Paredão, situado à margem direita do rio Negro, tendo como principais vias de acesso a estrada de rodagem Luís Zani, que se encontrava em péssimo estado de conservação, e o transporte fluvial, que era feito sem muita regularidade (BRASIL-RMA, 1945).

O AA Rio Branco era o único desse gênero localizado na região, o que lhe dava muita representatividade, fazendo com que a procura dos agricultores locais para matricular seus filhos e buscar ensinamentos, favores e auxílios técnicos fosse muito elevada. Entretanto, apesar da importância que o Aprendizado havia conquistado com pouco tempo de existência na região, muito ainda estava por fazer em termos estruturais mais de quatro anos após a sua criação:

⁶⁵ Segundo consta no decreto-lei nº 2.250, de 30 de maio de 1940, a propriedade doada pelo Governo do Amazonas fora avaliada em 1.188:920\$000 (mil cento e oitenta e oito contos e novecentos e vinte mil réis).

Vai ser iniciada ainda este ano a construção do edifício central definitivo, cujo planejamento obedeceu a todos os requisitos técnicos necessários. Contém salas de aulas, dependências para a administração, refeitório e dormitório com capacidade para 150 alunos internos. Serão também reformados os prédios onde se encontram instalados os gabinetes de ciências naturais, física e química, do cassino dos alunos, casa do diretor, e realizados pequenos reparos em outros imóveis (BRASIL-RMA, 1945, 332-333).

A referência a um “cassino dos alunos” nas reformas previstas demonstra o perfil disciplinar/militarizante da instituição; pois, como não poderia ser pensado como um local de jogatina, o significado da palavra “cassino” deve estar relacionado à “dependência de um quartel onde se reúnem oficiais para descanso e entretenimento” (disponível em <<http://michaelis.uol.com.br>>, acesso em 17 de ago. 2009). Neste sentido, não se sustentam os argumentos de que a mudança da instituição do Acre para o Amazonas passava por desvirtuamento de finalidades e problemas estruturais, porque mesmo em Manaus, o Aprendizado continuava a ser mais casa de correção do que de formação técnica, bem como não tinha a estrutura adequada para comportar tal estabelecimento. Isto fica explícito no local cedido para o seu funcionamento, a sede de um reformatório para menores.

Além desses problemas, o AA Rio Branco não dispunha de energia elétrica suficiente para abastecer todas as suas dependências nem para movimentar as oficinas e a bomba de abastecimento de água. As terras também não eram as mais apropriadas para a criação de um estabelecimento que deveria trazer a marca da modernização agrícola, através de conhecimentos técnico-científicos, isto é, que servisse como exemplo de gestão rural.

O estabelecimento possui uma área de 216,04 metros quadrados de terras regulares em grande parte montanhosas e cobertas de matas. As das proximidades do rio já estão bastante trabalhadas e sujeitas à erosão (BRASIL-RMA, 1945, p. 333).

Esse Aprendizado, portanto, sofria com as condições precárias de sua estrutura física e terrenos, havendo, também, problemas com a salubridade do meio onde se localizava a instituição, com frequentes surtos de malária e grande infestação de verminoses, esta devido, sobretudo, aos péssimos hábitos de higiene das pessoas daquela região.

Todavia, a despeito das dificuldades, o AA Rio Branco conseguia manter culturas de cereais, um pomar com frutas da região, uma horta e uma pequena criação de bovinos e aves, que serviam para o desenvolvimento das atividades de ensino e para consumo interno de alunos e servidores.

No dia 14 de abril de 1943, o governo publicou decretos-lei criando dois Aprendizados Agrícolas, sendo um no Mato Grosso e outro no Rio de Janeiro. Por meio do decreto-lei nº

5.409 criou no município de Cuiabá, no local denominado São Vicente, o AA de Mato Grosso, e por meio do decreto-lei nº 5.408 criou um segundo Aprendizado, desta vez no estado do Rio de Janeiro, devendo este funcionar anexo à Escola Nacional de Agronomia. Além destes, o ministro havia proposto a criação de um Aprendizado na cidade de São Manuel, em São Paulo, intenção que não foi levada adiante pelo governo varguista, talvez em função de algum ranço da Revolução de 1930.

Dessa forma, foi com o número total de 12 estabelecimentos espalhados por 11 estados brasileiros, que chegou a rede federal de ensino agrícola primário até o ano de 1946, quando foi aprovada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA).

No período estadonovista todos os Aprendizados, à exceção do amazonense, receberam novas denominações, lembrando vultos republicanos e personagens que haviam contribuído para o desenvolvimento agrícola brasileiro. Desta forma, os Aprendizados não fugiram à regra deste período que enfatizava o nacionalismo, o culto aos símbolos nacionais, o patriotismo.

As instituições criadas em 1934 tiveram suas denominações alteradas por meio do decreto nº 1.029, de 6 de janeiro de 1939. Com isso, o AA do Pará passou a se chamar Manuel Barata⁶⁶, em homenagem ao membro do partido republicano do Pará e um dos signatários da constituição de 1891. Este Aprendizado, um dos que tiveram sua origem como Patronato, foi criado na ilha de Caratateua, conhecida como Outeiro, próximo à Vila de Pinheiro, no subúrbio da cidade de Belém, capital do estado do Pará.

As condições de acessibilidade, assim como as de seu congêneres amazonense, não eram boas, ou pela irregularidade do transporte fluvial ou pelo péssimo estado de conservação da via terrestre. A mesma precariedade podia ser vista na estrutura física, sendo solicitada ao Governo Federal a construção de 25 prédios, tais como casa para trabalhadores, técnicos e o diretor, ginásio, diversos pavilhões para os trabalhos de formação profissional, dentre outros.

Apesar da dificuldade, o Aprendizado de Belém conseguia manter com regularidade o fornecimento de água e eletricidade necessários ao bom funcionamento da instituição. Porém, a qualidade das terras não era adequada para o desenvolvimento dos trabalhos agrícolas, segundo o relatório ministerial:

⁶⁶ **Manuel de Melo Cardoso Barata** nasceu em Belém do Pará em 4 de agosto 1841, falecendo na mesma cidade em 13 de outubro 1916. Formou-se em direito pela Faculdade do Recife em 1872, foi político e historiador; vereador da Câmara Municipal de Belém (1879-82); membro da comissão de elaboração do estatuto do Clube Republicano do Pará (1888); membro do diretório do Partido Republicano do Pará (1890); signatário da Constituição Republicana de 24 de fevereiro 1891; senador da República; vice-governador do estado do Pará (1889); membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Institutos Históricos de São Paulo, Bahia e Ceará (disponível em <www.ihgb.org.br>, acesso em 17 de ago. 2009).

Possui a área de 27 hectares de terras de qualidade inferior, pobres, predominando a sílica. Por essa razão o desenvolvimento das culturas é deficiente e só podem ser feitas com vantagem culturas hortícolas (BRASIL-RMA, 1945, p. 335-336).

Buscando reverter o problema da qualidade das terras, o interventor federal do estado cedeu ao Aprendizado 1.000 hectares. Todavia, esta iniciativa não foi suficiente, o que suscitava críticas de técnicos, que alegavam ser o local não apropriado para o funcionamento de uma escola agrícola, não somente pela qualidade das terras, mas também, sobretudo, pelas condições de salubridade com muitos casos de malária anualmente. Isto fez cogitar-se a transferência para as terras onde funcionava desde 1939 o Instituto Agrônomo do Norte, embora tal ato não tenha chegado a ser concretizado, persistindo por muitos anos os problemas citados, até que na década de 1970 a escola teve sua sede transferida para a cidade de Castanhal, Pará.



Figura 14 – Vista do prédio principal do Patronato Agrícola Manoel Barata depois Aprendizado Agrícola Manoel Barata, na cidade de Outeiro. Ano: s/d. Fonte: OLIVEIRA, 2007, p. 63.

Apesar das críticas às instalações do Aprendizado, percebe-se, através da figura anterior, a beleza arquitetônica do estabelecimento, fazendo ver a suntuosidade das construções da primeira república, visto que o prédio foi construído ainda na segunda década do século XX.

Outro Aprendizado derivado de um Patronato, o da Paraíba, passou a denominação de Vidal de Negreiros⁶⁷ em referência a um soldado que se destacou nas lutas pela expulsão dos holandeses da colônia brasileira. Estava localizado na cidade de Bananeiras, numa região conhecida como Brejo. Os principais produtos agrícolas da região eram a cana-de-açúcar, o arroz, o fumo e posteriormente o sisal.



Figura 15 – Prédio da administração e casa do diretor do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros depois AA Vidal de Negreiros. Ano: 1927. Fonte: Acervo CFT-UFPb

Ao contrário dos seus congêneres do Norte do país, o Aprendizado paraibano possuía ótimas vias de acesso, ligando a cidade de Bananeiras à capital do estado e às cidades de Recife e Natal, sendo, ainda, servido pela estrada de ferro *Great Western*, serviço postal, telegráfico e telefônico. Somente o fato de ter uma boa localização fazia com que este estabelecimento se sobressaísse em comparação com os demais.

O estado da Paraíba possuía outra instituição de ensino agrícola, a Escola de Agronomia do Nordeste, que ofertava os cursos médio e superior. Desta forma, era um dos únicos estados brasileiros que oferecia os três níveis de ensino agrícola. Talvez isto servisse

⁶⁷ **André Vidal de Negreiros** nasceu no engenho São João, Capitania da Paraíba. Foi chefe e inspirador da insurreição pernambucana contra a colonização holandesa no Brasil (1624-1654). Alistou-se para combater os holandeses e lutou contra esses europeus quando da invasão de Salvador na Bahia (1624). Após oito anos em Portugal e Espanha, voltou ao Brasil para lutar contra o governo do príncipe holandês Maurício de Nassau, instalado em Pernambuco e capitânicas vizinhas. Voltou a se envolver no conflito participando de todas as fases da *Insurreição Pernambucana* (1645-1654), quando mobilizou tropas e meios nos sertões nordestinos. Considerado um dos melhores soldados de seu tempo, tomou parte em quase todos os combates contra os holandeses. Foi condecorado e nomeado governador-geral e capitão-geral da Capitania do Maranhão e do Grão-Pará (1655-1657). Depois foi governador da Capitania de Pernambuco (1657-1661 / 1667) e de Angola, na África (1661-1666). Morreu no Engenho Novo da Vila de Goiana, Pernambuco, atual estado de Pernambuco (disponível em <www.dec.ufcg.edu.br>, acesso em 17 de ago. 2009).

como um motivador aos alunos que procuravam a instituição e viam a possibilidade de dar continuidade a seus estudos.

O Aprendizado paraibano tinha uma boa estrutura predial, contando com pavilhão de administração, pavilhão de aulas, pavilhão dormitório, pavilhão de saúde, pavilhão de máquinas, pavilhão de oficinas, estábulo, pocilga, pavilhão de beneficiamento de produtos agrícolas, casas-residência e um aviário para 2.000 aves. A instituição contava também com serviço de água, esgoto e energia elétrica.

Quanto às terras e as culturas:

Dispõe o estabelecimento de uma área de terras de 280 hectares, em sua maioria planas, possibilitando o trabalho das máquinas agrícolas. Além das culturas de cereais, tabaco, possui uma de agave americana. Sua horta ocupa uma área de 50 mil metros quadrados, abastecendo não só o estabelecimento como as cidades vizinhas. Dispõe de bem organizadas seções de jardinocultura e florestal, esta última com plantas da região e exóticas (BRASIL-RMA, 1945, p. 337-338).

Dentre os estabelecimentos existentes, este era um dos Aprendizados tidos como modelares, ou seja, que a estrutura física e a de ensino deveriam ser observadas e seguidas pelos demais. Já nos primeiros anos do seu funcionamento como Aprendizado (1934-1935), o diretor do ensino agrícola chamava atenção para as boas condições das terras e a grande afluência de alunos (BRASIL-RMA, 1939, 1940, 1941, 1943).

Outro Aprendizado Agrícola nordestino derivado de Patronato foi o de Pernambuco, que em 1939 passou a chamar-se João Coimbra, em referência ao pai do ex-ministro da agricultura, vice-presidente da república e ex-governador de Pernambuco Estácio de Albuquerque Coimbra. Destacava-se o fato de o governo varguista permitir tal homenagem, pois Estácio Coimbra foi um dos que se colocou contra a revolução de 1930, tendo que exilar-se por quatro anos em Lisboa, junto com seu assessor e amigo Gilberto Freyre. Logo após, sob anistia, retornou ao Brasil, não mais exercendo a vida política.

Inicialmente esse Aprendizado funcionou na Vila de Tamandaré, mas o terreno arenoso era impróprio para as práticas agrícolas, sendo o coqueiro a única cultura possível. Para o desenvolvimento do ensino agrícola os alunos tinham que se deslocar 11 quilômetros em direção a uma fazenda particular, na qual executavam atividades com cana-de-açúcar, cereais, grãos, leguminosas, etc. Sobre os problemas acarretados com a falta de terrenos apropriados na sede do Aprendizado, ressaltava o Superintendente do Ensino Agrícola:

A distância dos trabalhos de campo tem sido prejudicial ao preparo técnico dos alunos. A área da sede não lhes oferece maiores possibilidades que a de

conhecimentos sobre a cultura do coqueiro. Esse estabelecimento, para atender à sua finalidade, deverá ser transferido, estando em estudo a possibilidade de sua instalação na antiga estação do Serviço de Remonta, em Barreiros (BRASIL-RMA, 1939, p. 123).

Essa transferência somente ocorreu no ano de 1941, por meio do decreto nº 6.881, de 19 de fevereiro. O Aprendizado passou a funcionar na Fazenda Sapé, no município de Barreiros, onde se esperava que o estabelecimento tivesse um desenvolvimento maior no ensino técnico-agrícola, quase inexistente na antiga sede.

As condições de acesso à instituição eram boas, podendo ser feito por estrada de rodagem, pela estrada de ferro Western e pelo porto marítimo de Barreiros. O Aprendizado distava 1.500 metros da sede do município de Barreiros. A estrutura física era regular, havendo o pedido para a construção de 20 edificações. Contudo, a instituição já dispunha de dois pavilhões de alojamento, pavilhões de aula, pavilhão de saúde, casa de administração, cocheiras, pocilgas, estábulos, casa da luz e residências para os servidores.

Três anos após a transferência do Aprendizado para Barreiros, era relatado:

Dispõe para seus trabalhos agrícolas de uma área de 400 hectares de terras, em sua quase totalidade montanhosa. De natureza argilosa e argilo-silicosa. Possui culturas de cana-de-açúcar, de cereais, de coqueiro anão, uma horta de 20 mil metros quadrados e um pomar de fruteiras da região e outro de plantas cítricas (BRASIL-RMA, 1945, p. 339).

Além do Aprendizado João Coimbra sob a administração federal, o estado de Pernambuco mantinha dois outros estabelecimentos de ensino agrícola, sendo um deles de nível superior, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, situada em São Bento.

Ainda no Nordeste, região mais atendida com a criação dos Aprendizados, o estabelecimento situado no estado de Alagoas passou a chamar-se Floriano Peixoto⁶⁸, em alusão ao segundo presidente da república. Este, assim como o de Rio Branco, era um remanescente das instituições da primeira fase (1910-1934). Todavia, ao contrário do congênere nortista, havia sido transferido para a administração estadual em 1927, sendo

⁶⁸ **Floriano Vieira Peixoto** nasceu em Ipioca, distrito da cidade de Maceió-AL. Fez curso primário em Maceió e aos dezesseis anos foi para o Rio de Janeiro, matriculando-se no Colégio São Pedro de Alcântara. Tornou-se praça em 1857, ingressou na Escola Militar em 1861. Em 1863 recebeu a patente de primeiro tenente, seguindo sua carreira militar. Formou-se em Ciências Físicas e Matemáticas. Ocupou posições inferiores no exército até a Guerra do Paraguai, quando chegou ao posto de tenente-coronel. Ingressou na política como presidente da província de Mato Grosso. Em 1889 assumiu a vice-presidência de Deodoro da Fonseca e dois anos depois assumiu a presidência com a renúncia do marechal Deodoro. O culto à personalidade de Floriano originou o florianismo, sendo precursor dos demais "ismos" da política do Brasil: o getulismo, o ademarismo, o janismo, o brizolismo, o malufismo e o lulismo, segundo a tradição política brasileira de reunir correntes políticas mais em torno de homens do que de ideias (KOIFMAN, 2001).

revertido à jurisdição federal em 1934. No entanto, criado em 1911, nunca deixou de ser Aprendizado, fato que o tornava o mais antigo em funcionamento.



Figura 16 – Vista do prédio principal do Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto. Fonte: BRASIL-RMA, 1939, p. 120.

Junto com o AA Vidal de Negreiros era considerado uma referência para os demais estabelecimentos. As condições de funcionamento não haviam mudado muito com relação ao período anterior, destacando-se pelo bom estado sanitário, com a existência de fossas para esgoto, regular abastecimento de água e eletricidade. O principal produto cultivado continuava sendo a cana-de-açúcar, seguida dos cereais e da mandioca.

Mesmo sendo um dos Aprendizados com melhor estrutura física, o diretor solicitou à SEAV a construção de seis dormitórios, três casas para agrônomos, duas casas para funcionários administrativos, cinco casas para trabalhadores, um ginásio e anexos, um pavilhão para indústrias agrícolas e um silo de cem toneladas. As reformas e solicitações para a construção de mais edificações tinham o intuito, segundo o diretor do estabelecimento, de “melhor desincumbir” o Aprendizado de suas finalidades.

Continuando na região Nordeste, outro Aprendizado foi criado a partir de um Patronato, neste caso um Patronato estadual, o AA de Sergipe, que em 1939 alterou sua

nomenclatura para Benjamin Constant⁶⁹, fazendo referência a um dos “fundadores da república”. Esse estabelecimento foi criado no município de São Cristóvão, numa região chamada Quissamã, distando 18 quilômetros da capital do estado, Aracaju.



Figura 17 – Vista do prédio principal do Patronato Agrícola São Maurício, que deu origem ao AA de Sergipe, s/d. Fonte: IGHB.

A localidade onde se encontrava estabelecido o AA Benjamin Constant era suscetível a surtos de malária, os quais eram combatidos pelo próprio estabelecimento e pelo Serviço Nacional de Malária.

O Aprendizado sergipano tinha boas condições de acesso via estrada de rodagem, além de regular abastecimento de água, fossas para o esgoto e iluminação elétrica fornecida pela rede pública da capital do estado. Era um dos únicos Aprendizados que não necessitavam de geradores para o fornecimento de energia elétrica.

O estabelecimento contava com uma boa estrutura predial herdada do Patronato Agrícola, com pavilhões de oficina, enfermaria, almoxarifado, garagem para depósito de máquinas, cocheira, abrigo de indústrias, casas de servidores e aviário. Quanto ao espaço dedicado às práticas agrícolas, dispunha

⁶⁹ **Benjamin Constant Botelho de Magalhães** nasceu em Niterói em 1836 e faleceu no Rio de Janeiro em 1891. Foi militar, professor e estadista. Formou-se em engenharia pela Escola Militar, participou da Guerra do Paraguai (1865-1870). Como engenheiro civil e militar adepto do positivismo, em suas vertentes filosófica e religiosa, cujas ideias difundiu entre a jovem oficialidade do Exército brasileiro, foi um dos principais articuladores do levante republicano de 1889, sendo nomeado ministro da Guerra e, depois, ministro da Justiça no governo provisório, falecendo pouco antes da promulgação da Constituição da República, recebendo homenagem póstuma dos deputados federais, considerado “fundador da república” (LEMOS, 1997).

(...) de 800 hectares de terras para seus trabalhos agrícolas, dos quais 100 cobertos de eucaliptos. Possui culturas de arroz, feijão, milho, mandioca e uma horta de tamanho regular. Vem organizando um pomar de plantas cítricas e outros de plantas regionais (BRASIL-RMA, 1945, p. 342).

Além da área destinada à agricultura, o AA Benjamin Constant, em sistema de colaboração com a Inspetoria Regional do Departamento Nacional da Produção Animal em Catu-BA, havia iniciado uma criação de gado, com um total de 25 cabeças.

Apesar de não figurar entre os melhores estabelecimentos, segundo análise realizada pelo MA, os jornais locais noticiavam que o Aprendizado sergipano destacava-se dos demais por sua capacidade produtiva graças à qualidade de suas terras:

Os Aprendizados Agrícolas atravessam fortes crises com o pequeno volume de verbas para atender às suas necessidades. A falta de receita própria é, muitas vezes, conseqüência da má localização desses utilíssimos institutos. O nosso Aprendizado, criado pelo governo Graco Cardoso, e, atualmente integrado no patrimônio da União, por exceção à regra: é admiravelmente localizado. Os seus terrenos à margem do Poxim são férteis e se prestam à policultura. A cana, o arroz, o milho, a mandioca se desenvolvem ali e dão uma produção econômica igual à das melhores terras do Estado. E não é somente isso. As pastagens nativas são esplendidas e já asseguram ao Aprendizado expressiva renda proveniente de um numeroso rebanho que ali se refrigera na estiagem de todos os anos. Se a sua direção cuidasse melhor dos pastos, roçando-os, pelo menos, uma vez por ano, a renda muito se elevaria. E para tanto bastaria empregar parte da receita do corrente ano, que, como se vê, vai ultrapassar a dos anos anteriores (APRENDIZADO AGRÍCOLA..., 1939, p. 01).

O último dos Aprendizados nordestinos era o da Bahia, que, assim como os demais, teve sua denominação alterada no fim da década de 1930, passando a chamar-se AA Sérgio de Carvalho⁷⁰, em homenagem a um ex-aluno da Escola Agrícola de São Bento de Lages que ocupou postos de destaque no MAIC.

Esse Aprendizado funcionou provisoriamente em 1934 nas terras pertencentes ao Patronato Agrícola Rio Branco, situado em Subaé, município de Santo Amaro, sendo logo após transferido para São Bento de Lages, município de São Francisco, ocupando os terrenos

⁷⁰ **Domingos Sérgio de Carvalho** formou-se em 1887 pela Escola Agrícola da Bahia, foi membro fundador da Sociedade Nacional de Agricultura; participou da reforma ocorrida em 1911 no Museu Nacional, contribuindo para sua transferência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o MAIC, atuando como lente e diretor das seções de Antropologia e Etnologia desse museu; atuou junto ao MAIC pela transformação do Instituto Agrícola da Bahia e escola média federal de agricultura. Foi o principal formulador do projeto de regulamentação da profissão de agrônomo, aprovado anos após a sua morte, e foi convidado por J.J. Seabra para exercer a função de secretário da Agricultura da Bahia em 1920, recusando o convite, indicando seu ex-aluno José Barbosa de Souza (ARAÚJO, 2006).

da antiga Escola Agrícola da Bahia (EAB). Cabe ressaltar que o primeiro Aprendizado criado na Bahia em 1911 funcionou nesse mesmo espaço junto com a EAB.

Apesar de prevista a transferência para São Bento de Lages, esta somente ocorreu em 1939, ou seja, quatro anos após a criação do Aprendizado, devido à falta de recursos para execução de obras de reparação e adaptações no prédio principal e nas casas residenciais.

Não obstante as dificuldades iniciais para instalação, o AA Sérgio de Carvalho dispunha de boas condições de funcionamento, contando com energia elétrica, água e esgoto. Possuía terrenos propícios para diversos tipos de cultura, sendo as mais cultivadas a cana-de-açúcar, a mandioca, o milho, o arroz, o feijão e a batata, além de seções bem estruturadas de horticultura e pomicultura. Destacou-se também pelo seu núcleo de zootecnia com produção bovina, suína, apícola, avícola e, por ser um dos únicos estabelecimentos a desenvolver a piscicultura.

Destacava-se, no entanto, a estrutura predial colocada à disposição dessa instituição, herdada da antiga EAB. Somente o prédio principal era composto por três pavimentos, possuindo internato para comportar 400 alunos. Apesar de extensa, cabe aqui a descrição desse prédio que ressalta a sua suntuosidade:

Andar térreo – gabinete dentário. Farmácia. Consultório médico, enfermaria, sala de curativos, refeitório de enfermaria, rouparia da enfermaria e instalações sanitárias da mesma. Rouparia geral, almoxarifado, copa. Economato, refeitório, lavatório, serviço sanitário, banheiros e salão de entrada.

Primeiro andar – portaria, gabinete do diretor, secretaria, arquivo, quatro salões de aulas, Gabinete de Física e História Natural, Biblioteca, Serviço Meteorológico (escritório), Laboratório de Química e Auditório.

Segundo andar – dormitórios dos alunos, quarto dos guardas-vigilantes e serviço sanitário para noite (BRASIL-RMA, 1945, p. 344).

Além do prédio central, o estabelecimento possuía uma cozinha e nove casas para funcionários. Esta estrutura fazia do Aprendizado baiano um dos mais bem aparelhados de toda a rede. Contudo, em termos de desenvolvimento técnico-agrícola, não era avaliado pelos membros do MA como um dos melhores.

A segunda região com o maior número de estabelecimentos era a Sudeste, contando com três Aprendizados, sendo que dois localizavam-se num mesmo estado, Rio de Janeiro. Este número diferenciado de instituições no Rio de Janeiro contrariava o disposto na legislação de reforma do ensino agrícola em 1934, que buscava distribuir de forma equânime os estabelecimentos. Entretanto, não foram encontradas contestações de outros estados quanto ao privilégio dado ao Rio de Janeiro.

O primeiro Aprendizado criado no Rio de Janeiro, assim como os demais, recebeu o nome do estado em que estava localizado, passando, a partir de 1939, à denominação de AA Nilo Peçanha, em referência ao ex-presidente homônimo, considerado o “pai” do ensino profissional brasileiro, sendo em sua gestão confeccionado o primeiro regulamento para o ensino profissional industrial em 1909 e para o ensino profissional agrícola em 1910.

Esse Aprendizado enfrentou muitas dificuldades para encontrar um local a fim de se estabelecer, ocupando quatro diferentes sedes em sete anos.

QUADRO 28 – SEDES DO AA NILO PEÇANHA

Nº	Decreto	Localização
1	Decreto nº 24.115, de 12 de abril de 1934	Município de Campos
2	Decreto-lei nº 408, de 5 de maio de 1938	Município de Vassouras
3	Decreto nº 6.359, de 30 de setembro de 1940	Km 47 da rodovia Rio-São Paulo
4	Decreto nº 8.072, de 9 de abril de 1941	Vila de Pinheiral

Fonte: BRASIL-RMA, 1945, p. 346.

Nos dois anos que passou em Vassouras, o Aprendizado funcionou na Fazenda Cachoeira, em terras doadas pelo Governo do Estado. Em relatório do ano de 1940, o ministro fazia a seguinte referência ao funcionamento do estabelecimento neste local:

Suas dependências estão funcionando regularmente; as oficinas possuem máquinas modernas, movidas a eletricidade; possui ainda uma horta, que ocupa uma área de dez mil metros quadrados; um pomar, com mais de 1.000 árvores frutíferas de diversas qualidades, predominando as de clima temperado, além de um campo destinado à educação física (BRASIL-RMA, 1940, p. 161).

Além desses espaços, o Aprendizado fluminense possuía uma criação avícola bem estruturada, com chocadeiras, criadeiras e pinteiros, destinados aos galináceos e, ainda, uma criação de pombos-correio belgas. Entretanto, apesar da boa estrutura, comparada-se aos demais estabelecimentos, o ministro já pleiteava a mudança de sede para o município de Santa Cruz, devendo funcionar anexo à Escola Nacional de Agronomia. Talvez esta necessidade de mudança tenha sido motivada pela baixa capacidade de internamento da instituição, que era de apenas 35 alunos, o que pesava na relação custo/benefício.

Como visto, em setembro de 1940, o AA Nilo Peçanha foi transferido para o Km 47 da rodovia Rio-São Paulo e sete meses depois, em definitivo, mudou-se para a Vila de Pinheiros, ocupando a sede da antiga fazenda Pinheiro, onde havia funcionado o Posto Zootécnico Federal (1909), a Escola Média de Agricultura, Agronomia e Veterinária de

Pinheiros (1910-1914), a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (1916-1918) e um Patronato Agrícola.



Figura 18 – Vista do prédio principal da Fazenda Pinheiro, onde funcionou o AA Nilo Peçanha a partir de 1941. Ano: 1912. Fonte: disponível em <www.estacoesferroviarias.com.br>, acesso em 19 de ago. 2009.

A capacidade de acomodações para internos na nova sede era de 200 alunos, podendo ainda matricular alunos externos e semi-internos graças a sua privilegiada localização perto de centros populosos, estando a 800 metros da Vila de Pinheiral, a 14 quilômetros do município de Piraí e a 131 quilômetros da então capital federal. Havia ainda uma grande facilidade de comunicação através de correios, telégrafos e telefone e, também, de locomoção, a partir de estradas de rodagem e da estrada de ferro Central do Brasil.

Quanto à parte agropecuária, o Aprendizado mantinha em seus 78 hectares de terras vários tipos de cultura, com destaque para o milho e o feijão. Mantinha, também, criação de galinhas, perus, abelhas e bicho-da-seda.

As condições de salubridade eram boas, com regular abastecimento de água e energia elétrica. A estrutura física era composta basicamente de três pavilhões:

Pavilhão nº 1 – sala de agrônomos, gabinete de ciências físicas e naturais, portaria, secretaria, arquivo, gabinete do diretor, instalações sanitárias, gabinete médico, sala de operações, sala de curativos, enfermaria, instalações sanitárias, almoxarifado e economato;

Pavilhão nº 2 – biblioteca, salas de aulas, refeitório, despensa, copa e cozinha;

Pavilhão nº 3 – quatro dormitórios, rouparia, vestiário e instalações sanitárias. Pavilhão de recreio para os alunos;

Depósito de material de horticultura e de produtos agrícolas. Galpão para máquinas agrícolas. Galpão para beneficiamento de produtos agrícolas. Aviário, apiário e sirgaria⁷¹

Além desses espaços, o diretor da instituição solicitava em seu plano de obras mais 35 edificações, com destaque para a construção de casas para trabalhadores e funcionários da instituição, correspondendo a 19 dessas novas construções.

O outro Aprendizado Agrícola mantido pela união no Rio de Janeiro foi criado no ano 1943, junto à Escola Nacional de Agronomia (ENA), no Km 47 da rodovia Rio-São Paulo, onde havia funcionado temporariamente o AA Nilo Peçanha. O novo aprendizado fluminense recebeu, por meio do decreto nº 6.495, de 12 de maio de 1944, a denominação de AA Ildefonso Simões Lopes, homenageando importante voz “ruralista” da primeira metade do século XX, membro do estado-maior civil revolucionário pós-30 e o mais longo diretor da SNA (1926-1943).

Esse Aprendizado não tinha a mesma “independência” dos demais quanto ao seu gerenciamento, fazendo parte do conjunto do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas (CNEPA), devendo utilizar as instalações agrícolas deste órgão em regime de cooperação. Desta forma, a área destinada às práticas agrícolas era reduzida, o que comprometia o ensino prestado pelo estabelecimento:

Para seus trabalhos agrícolas possui a área de quatro hectares, ocupados quase todos pela horta e por pequenas culturas. Não possui criação e apenas um reduzido número de animais de trabalho, em sua maioria muarens (BRASIL-RMA, 1945, p. 353).

Em virtude de sua situação, este Aprendizado era dependente do CNEPA quanto ao desenvolvimento do ensino técnico-agrícola, mas estava legalmente subordinado a outro órgão, a SEAV. Talvez esta situação tenha levado o AA Ildefonso Simões Lopes a ter pouco desenvolvimento no ensino agrícola primário, no que tange à formação técnica de seus alunos.

Além desses dois Aprendizados Federais, o estado do Rio de Janeiro possuía mais dois mantidos pelo governo estadual e uma escola superior de agricultura mantida pela União.

O outro estado da região Sudeste a dispor de um Aprendizado era Minas Gerais, o qual havia se originado do Patronato Agrícola Visconde de Mauá, existente no município de Resende, no estado do Rio de Janeiro, o qual, em decorrência da lei de reformulação do ensino agrícola em 1934, teve sua localização mudada para o estado de Minas Gerais, indo instalar-se na Vila de Inconfidentes, pertencente ao município de Ouro Fino. Em 1939, esse

⁷¹ **Sirgaria** – lugar onde se faz a criação de bicho-da-seda (disponível em <<http://michaelis.uol.com.br>>, acesso em 19 de ago. 2009).

estabelecimento retomou a denominação original, voltando a chamar-se Visconde de Mauá⁷², em alusão a Irineu Evangelista, conhecido por Barão de Mauá, personagem importante no desenvolvimento industrial brasileiro e detentor de ideais liberais e abolicionistas.



Figura 19 – Vista do prédio principal do Aprendizado Agrícola Visconde de Mauá. Ano: s/d. Fonte: disponível em <www.inconfidentesmg.com.br>, acesso em 18 de ago. 2009.

O AA Visconde de Mauá encontrava-se a oito quilômetros da sede do município e estava ligado a outros estados por meio da Rede de Viação Mineira, que o relacionava a várias cidades importantes de São Paulo e do Rio de Janeiro. Era abastecido por água e energia elétrica, não havendo necessidade de bombas e geradores.

As instalações físicas de que dispunha até o ano de 1945 eram o edifício principal, pavilhão sanitário, pavilhão do refeitório, pavilhão de oficinas, garagem, paiol e 11 residências, estas destinadas aos servidores e ao diretor. Diante da escassez de edificações, era solicitada ao MA a construção de 26 instalações necessárias para acomodar alunos e servidores e melhor desenvolver o ensino profissional.

Quanto às terras e às atividades desenvolvidas, discorria o relatório ministerial:

⁷² **Irineu Evangelista de Sousa** nasceu em Arroio Grande, então Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, no dia 28 de dezembro de 1813. Foi um empresário, industrial, banqueiro e político. Ao longo de sua vida recebeu os títulos de barão (1854), como é mais conhecido, e de visconde com grandeza (1874) de Mauá. É patrono do Ministério dos Transportes e pioneiro em várias áreas da economia do Brasil. Um de seus maiores feitos foi ter empreendido a construção da primeira ferrovia brasileira, a Estrada de Ferro Mauá, no estado do Rio de Janeiro. Como político, foi deputado pela província do Rio Grande do Sul em diversas legislaturas (1856-1859-1860, 1861-1864, 1864-1866 e 1871-1875), tendo renunciado ao mandato em 1873 para melhor cuidar de seus negócios, ameaçados desde a crise bancária que se iniciara em 1864. Faleceu aos 76 anos, na cidade de Petrópolis, onde residia (disponível em <www.dec.ufcg.edu.br/biografias/IrineuEv.html>, acesso em 18 de ago. 2009).

Dispõe para seus trabalhos de 100 hectares de boas terras, em geral montanhosas, possuindo cerca de 10 hectares planos onde pode ser feita a lavoura mecânica. Possui culturas de cereais, um pomar de fruteiras européias, uma seção florestal e uma horta. Tem pequena criação de gado leiteiro e de suínos *Poland China* e *Landschwein* (BRASIL-RMA, 1945, p. 350).

Outras duas regiões eram dotadas de apenas um Aprendizado, a Sul e a Centro-Oeste. Na região Sul, o Aprendizado que levou inicialmente o nome do estado em que foi criado, Rio Grande do Sul, originou-se do Patronato Agrícola Visconde da Graça⁷³, denominação que voltou a ter em 1939, em homenagem a um grande empreendedor do Império, que defendia ideias republicanas.

A instituição localizava-se na cidade de Pelotas, em região agrícola muito povoada. Desta forma, possuía regular abastecimento de água e energia elétrica, ambas pela rede geral da cidade.

O AA gaúcho encontrava-se bem localizado no tocante às vias de comunicação, estando a 15 quilômetros da sede do município, com ligação à capital do estado pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul e por navegação fluvial, que era realizada por vapores do Loide Brasileiro e pela Companhia Nacional de Navegação Costeira. Era considerado pelo ministro da agricultura uma das boas instituições no que tange a clima e qualidade das terras:

Para os trabalhos práticos dispõe de uma área de 200 hectares de terras planas e férteis. Possui culturas de arroz, cereais, além de pomar de fruteiras européias, vinhedos, seção florestal e horta. Possui algum gado leiteiro, animais de trabalho e porcos *Berkshire*, além de pequena criação de galinhas *Leghorne* (BRASIL-RMA, 1945, p. 351).

Assim como nos demais estabelecimentos, o diretor do AA Visconde da Graça solicitou melhoria nas condições de estrutura física, tanto com relação aos espaços para o desenvolvimento do ensino profissional agrícola, quanto para a construção de casas e dormitórios para abrigar trabalhadores e servidores do estabelecimento.

⁷³ **João Simões Lopes** nasceu em Pelotas no dia 1º de agosto de 1817 e faleceu na mesma cidade em 25 de outubro de 1893. Foi o primeiro filho do casal João Simões Lopes e Isabel Dorotéia da Fontoura. Jovem juntou-se aos republicanos, na Revolução Farroupilha, sendo preso algumas vezes. Terminada a guerra, dedicou-se por pouco tempo ao comércio, estabelecendo depois uma charqueada em Pelotas. Filiou-se ao Partido Conservador e colaborou com diversas iniciativas da cidade: desobstrução do canal São Gonçalo, construção da Biblioteca Pública de Pelotas, asilo de mendigos e organização da Companhia de Iluminação a Gás. Aos 53 anos foi nomeado vice-presidente da província em 24 de maio de 1871, tendo permanecido no cargo até 12 de dezembro do mesmo ano. Foi distinguido com o título de barão da Graça em 27 de novembro de 1872, sendo posteriormente elevado a visconde da Graça em 16 de fevereiro de 1876 (disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Sim%C3%B5es_Lopes>, acesso em 18 de ago. 2009).



Figura 20 – Vista da residência do diretor do AA Visconde da Graça construída em 1942. Ano: 1945. Fonte: BRASIL-RMA, 1945, p. s/n.

Outra região a possuir apenas um Aprendizado, como dito anteriormente, era a Centro-Oeste, que teve sua instituição criada no estado do Mato Grosso, no ano de 1943, por meio do decreto-lei nº 5.409, de 14 de abril, sendo construído no município de Cuiabá, numa localidade denominada São Vicente, em terrenos doados pelo interventor federal Júlio Müller, no ano de 1939 (MARQUES, 2005).

As principais atividades relacionadas ao setor primário da economia naquele estado estavam voltadas para a erva-mate, a borracha, a poaia⁷⁴ e, sobretudo, a pecuária bovina e os produtos dela derivados, tais como a carne e o couro:

Dentre os produtos exportados pelo Estado de Mato Grosso, no período de 1910 a 1930, não restam dúvidas de que os produtos oriundos da pecuária colaboraram para o desenvolvimento do Estado e sua projeção no cenário nacional (MARQUES, 2005, p. 30).

O Aprendizado que a princípio levava o nome daquele estado, pelo decreto nº 6.495, de 12 de maio de 1944, recebeu a denominação de Gustavo Dutra, uma das principais vozes ruralistas da Primeira República. Este Aprendizado distava 108 quilômetros da capital do estado, ligando-se a esta por estrada de rodagem. Com o intuito de facilitar os deslocamentos, havia sido construído um campo de aviação e, para manter contato rápido com outras localidades, foi instalada na sede do Aprendizado uma agência postal telegráfica.

⁷⁴ *Cephaelis Ipecacuanham* - planta tipicamente brasileira, muito conhecida dos indígenas, chamada popularmente de *Poaia*. Planta rampante que cresce na sombra de matas úmidas, cuja raiz é utilizada para fazer chá e remédios (MARQUES, 2005).

A escolha da localização do estabelecimento, segundo Marques (2005), levou em consideração aspectos técnico-econômicos:

Para a escolha da localização do Aprendizado mato-grossense, de acordo com os periódicos veiculados à época, foram levados em consideração os aspectos físico-geográficos, aliados ao clima ameno e favorável, à qualidade das terras e à posição estratégica, pois, assim posicionado, beneficiaria três zonas principais do Estado, quais sejam: a zona central, essencialmente agrícola, abrangendo os municípios de Cuiabá, Santo Antônio do Rio Abaixo, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Rosário Oeste, Diamantino e Cáceres; a zona leste, que abrangia os municípios de Araguaia e Herculânea; e a zona oeste, região predominantemente de criação de gado, que abrangia os municípios por onde passava a Estrada de Ferro Noroeste (MARQUES, 2005, p. 47-48).

Terminada a construção, ainda segundo Marques (2005), os jornais mato-grossenses destacavam a qualidade das construções, consideradas arrojadas e modernas para a época. Como não havia energia elétrica na localidade, a primeira iniciativa foi a construção de uma pequena usina hidrelétrica, que abastecia o Aprendizado. A água era levada do rio para uma caixa de 40 mil litros por meio de bombas, e o esgoto, assim como ocorria em seus congêneres de outros estados, era realizado por meio de fossas.

Fazendo uma análise sobre as construções existentes no estabelecimento no ano de 1947, Marques (2005) afirma que eram 8.850m² de área construída, sendo as primeiras edificações: um prédio central com dois pavimentos; pavilhão de indústrias; pavilhão de saúde; pavilhão de oficinas; pavilhão de máquinas e garagem; almoxarifado; cocheira para animais de trabalho; aviário; apiário; pocilga; paiol; silo; estrumeira; nove casas para funcionários e dez para trabalhadores (BRASIL-RMA, 1945).



Figura 21 – Vista do prédio principal do AA Gustavo Dutra. Ano 1947. Fonte: MARQUES, 2005, p. 49.

Nessa figura vê-se o prédio central com seus pavilhões anexos e a caixa d'água que abastecia o estabelecimento. Além da grande área construída, o AA mato-grossense tinha a maior área agrícola dentre as instituições existentes, correspondendo a 5.000 hectares de terras regulares, sendo parte plana e parte montanhosa, coberta pela vegetação típica do cerrado. Parte desta área era destinada à pastagem para a criação de gado do estabelecimento.

Nos trabalhos desenvolvidos por Soares (2007) e Marques (2005) a respeito do Aprendizado Gustavo Dutra, apesar das finalidades diferentes, aquele tentando perceber os dispositivos disciplinares do estabelecimento e este, a importância desse Aprendizado para o desenvolvimento agrícola mato-grossense descortinando, para tanto, a cultura escolar do Aprendizado, ambos os autores convergem na ideia de que essa instituição foi importante na formação profissional agrícola de jovens e crianças da região.

Essa mesma análise pode ser retirada dos relatórios ministeriais e de trabalhos que analisaram outras instituições agrícolas congêneres, a exemplo de Conceição (2007), o de Oliveira (2007) e o de Monteiro (2007), citando apenas alguns.

Refletindo a importância que tinham os Aprendizados no encaminhamento das políticas nacionais de ensino agrícola, cinco dos dez estabelecimentos existentes até 1943 receberam subsídios da Comissão Brasileiro-Americana da Produção de Gêneros Alimentícios para a construção de um aviário que comportasse 200 aves. Desta forma, os AAs Rio Branco, Manoel Barata, Vidal de Negreiros, Floriano Peixoto e Benjamin Constant

participaram ativamente do dito “esforço de guerra”, com o intuito de produzir frangos para abastecer os países envolvidos na II Guerra Mundial (BRASIL-RMA, 1945).

Dos Aprendizados contemplados com tal convênio, todos estavam nas regiões Norte e Nordeste, demonstrando a influência dos grupos agrários dessas regiões no cenário político instalado após a Revolução de 1930. Observando-se o número de Aprendizados criados até 1946, percebe-se que a região Nordeste sozinha respondia por 41,66% dos estabelecimentos, e quando somados aos do Norte. O percentual chegava a 58,33%. Isto demonstra que a elite agrária representada pelas entidades SNA e SBA ocuparam a cena política que na Primeira República pertencia à elite cafeicultora paulista.

Os “novos templos de Deméter”, portanto, estavam em sintonia com as transformações que vinham ocorrendo no meio urbano e, sobretudo, no meio rural, sendo coparticipes de tais alterações, contribuindo para a capacitação técnica de jovens e crianças que iriam atuar como mão-de-obra nas fazendas locais ou que prosseguiriam nos estudos ocupando, posteriormente, postos na administração pública.

Entretanto, merece ser ressaltado o fato de que, ao contrário do estabelecido em lei nos “antigos” Aprendizados, os “novos” não possuíam uma legislação que garantisse aos alunos a continuidade de estudos, o acesso facilitado à terra e, muito menos, a preferência na ocupação de cargos públicos. O que predominava na maioria dos estabelecimentos, segundo análise estabelecida em outros trabalhos aqui citados, era uma lógica correcional, de disciplinamento corporal, de inculcação de hábitos, valores, condutas morais, sobretudo naqueles Aprendizados que haviam sido derivado de Patronatos.

Outra conclusão a que se pode chegar quando comparados os dois momentos dos Aprendizados é que a abrangência dos “novos” era bem menor do que a dos “antigos”, pois enquanto até 1934 havia uma preocupação em aproximar os estabelecimentos da comunidade através do que chamei de “práticas extensionistas”, tais como doação de sementes e mudas, utilização dos animais para melhoramento genético das raças locais e utilização das máquinas agrícolas pelos fazendeiros da circunvizinhança, nas instituições criadas após 1934 não havia a previsão de nenhuma dessas atividades e, muito menos, alusão a elas nos relatórios, o que leva a crer que os “novos” Aprendizados tinham exclusivamente atividades internas.

Continuando no comparativo entre as duas “fases”, percebe-se que as instituições que já eram hegemonicamente masculinas em seus cursos regulares, com o novo regulamento não se deu qualquer espaço para a criação de cursos voltados para as mulheres, como havia no regulamento de 1910, que possibilitava o ensino das indústrias agrícolas para o público feminino.

Mais uma diferença que se pode estabelecer entre as duas fases é quanto ao discurso, pois enquanto no primeiro momento (1910-1934) as políticas de ensino agrícola primário sustentavam-se no discurso de modernidade e desenvolvimento, no segundo, a ênfase do discurso recaí sobre a eficiência e o rendimento (1934-1946).

Entretanto, na oferta de cursos, os “novos Templos de Deméter” possuíam uma maior variedade do que os do período anterior, tendo em vista que possibilitavam três tipos de certificação: capatazes rurais, trabalhadores agrícolas e supletivo primário, este último destinado aos adultos.

3.4. Aprendizes e aprendizagens dos “novos Templos de Deméter”

Os novos Aprendizados, diferentemente dos antecessores, possuíam como característica um elevado número de alunos com uma média de mais de 100 por estabelecimento. Esta quantidade aumentada de alunos foi uma herança dos Patronatos que deram origem a muitos dos Aprendizados, pois a mudança no direcionamento das instituições não modificou a clientela; ao contrário, estava previsto em lei que os Aprendizados derivados de Patronatos absorveriam seus alunos.

Isso contribuiu para a criação de dois tipos de estabelecimentos: aquele que tinha um perfil mais profissionalizante, técnico, e aquele que tinha um perfil mais correcional, regenerativo. Como lembra Conceição (2007) em seu trabalho de mestrado que abordou o internato no Aprendizado Benjamin Constant, a passagem de Patronato para Aprendizado não resultou numa mudança no direcionamento da instituição e muito menos em suas práticas. No “Livro de Visitas e Impressões” desse estabelecimento são comuns as referências de “obra meritória” destinada aos “pobres”, à “infância desamparada”, “desvalida”. Das impressões registradas no mencionado livro, apenas uma ressaltava mudança no direcionamento da instituição:

De simples Patronato Agrícola que foi fruto da iniciativa do antigo e grande Presidente deste Estado, o *illustre* Dr. Mauricio Graccho Cardoso, passou este estabelecimento de *instrução premunitoria* da juventude à uma escola de maior eficiência, qual a que decorre do ensino agrícola neste país essencialmente agrícola. Bendita a hora em que o governo da República entregou os destinos deste estabelecimento ao Dr. José Augusto de Lima (...) Em 4 de setembro de 1937 (BRASIL-EAFSC, 1935, p. 10).

Conceição (2007) ressalta, ainda, que de uma amostra de 210 internos da instituição entre os anos 1937 a 1941, 78 eram órfãos e 170 de ascendência negra, estando a idade destes menores entre 9 e 14 anos, o que contrariava o regimento dos Aprendizados, a qual previa um mínimo de 12 anos de idade para adentrar o curso de ensino rural e 14 para ingressar no curso de ensino agrícola básico. Isto demonstra que a preocupação maior ainda era pela formação moral e não pela formação profissional.



Figura 22 – Alunos do AA Gustavo Dutra em atividade de campo. Ano: década de 1940. Fonte: SOARES, 2007, p. 76.

Como se percebe nessa figura, assim como no AA Benjamin Constant, no AA Gustavo Dutra a maior parte dos alunos era negra, mestiça ou parda. Entretanto, na imagem os alunos brancos são colocados ao centro, numa técnica muito utilizada pelos fotógrafos para frisar que tipo de representação se quer passar.

Outra prática que Conceição (2007) relata como herdada dos tempos de Patronato era a internação dos menores por meio de pedidos de autoridades, tais como o juiz de menores, autoridades do Serviço de Menores, sacerdotes católicos e políticos, não importando se os menores tinham qualquer vínculo com o meio rural. Isto também contrariava o regimento, que previa a prioridade para filhos de trabalhadores rurais e pequenos agricultores.

Essa vinculação dos Aprendizados aos antigos Patronatos, inclusive mantendo sua clientela, fez com que, no imaginário coletivo, eles ficassem mais conhecidos como instituições corretivas do que como profissionalizantes; ou seja, ao enviar as crianças e jovens

aos Aprendizados, o maior objetivo era corrigir determinados desvios de conduta, em vez de propiciar-lhes uma formação técnica.

Outros Aprendizados que não tiveram uma vivência anterior como Patronato, adotaram procedimentos diferenciados concernentes à seleção de sua clientela, efetuando provas adicionais que buscavam, sobretudo, perceber a propensão dos alunos à vida no campo. O AA Gustavo Dutra, por exemplo, divulgava em jornal e efetuava entrevistas com os pleiteantes às vagas:

O processo seletivo era divulgado com antecedência em jornal da Capital e no Diário Oficial e constituía-se da aplicação de provas de conhecimento de Língua Portuguesa e Aritmética. Além de dominar os conhecimentos referentes a estas duas disciplinas, os candidatos ainda eram submetidos a uma entrevista, onde se procurava identificar a sua vocação para a lida com agricultura e animais (MARQUES, 2005, p. 73).

A prática de realizar um processo seletivo, segundo Marques (2005), não estava ligada à demanda por matrículas, mas era uma normativa da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária (SEAV) de que todos os estabelecimentos executassem tal procedimento. Contudo, como no caso do AA sergipano, esse direcionamento não era seguido por todos os estabelecimentos.

A vinculação de alguns Aprendizados com suas instituições originantes, os Patronatos Agrícolas, era tão grande que alguns pesquisadores, como Gleice Izaura da Costa Oliveira (2007), ao analisarem a história do currículo no Patronato Manoel Barata até se tornar Escola Agrotécnica Federal de Castanhal, em nenhum momento expõem as transformações sofridas pela instituição quando se tornou Aprendizado em 1934, como se a instituição não tivesse sofrido qualquer mudança neste período. Em seu trabalho, a pesquisadora citada estabelece como o primeiro momento de alteração curricular do estabelecimento a aprovação da LOEA.

Todavia, como visto anteriormente, a transformação de Patronato em Aprendizado, se não causou uma alteração nas práticas e na clientela, promoveu minimamente alterações no currículo institucional, tendo estabelecido três tipos de cursos (ensino agrícola básico, ensino rural e de adaptação) com estruturas curriculares distintas.

Se alguns estabelecimentos continuavam a receber alunos oriundos do meio urbano, com dificuldade de ajustamento social, indicados por autoridades públicas e pessoas de destaque no meio político, outros, a exemplo dos Aprendizados pernambucano, alagoano e mato-grossense, destacavam-se por seu ensino técnico-agrícola. Sobre a clientela do Aprendizado mato-grossense Marques (2005) faz o seguinte comentário:

A clientela do Aprendizado era proveniente da maioria dos municípios do Estado, com destaque para os de Poxoréo, Cuiabá, Rosário Oeste, Alto Araguaia, Santo Antônio do Rio Abaixo, Nossa Senhora do Livramento, Várzea Grande, São Lourenço, Jaciara, Nobres, Guiratinga, Diamantino, Alto Paraguai, Pedra Preta, Barra do Garças etc. Nota-se que alguns desses municípios tinham na atividade garimpeira a sua base econômica, o que, ao lado de jovens oriundos de famílias que tinham outra base de produção, proporcionava uma clientela bastante diversificada. Co-habitavam no Aprendizado filhos de garimpeiros, pecuaristas, agricultores, motoristas, pescadores, boiadeiros, dentre outros. A maioria desses jovens era proveniente de famílias pobres atraídas pela qualidade e gratuidade do ensino oferecidas pelo Aprendizado (p. 77).

As diferenças entre os Aprendizados com relação à clientela estavam, também, ligadas à localização dos estabelecimentos. Desta forma, Aprendizados criados próximos a áreas urbanas, a exemplo dos AAs Benjamin Constant, Sérgio de Carvalho, Manoel Barata e Floriano Peixoto, localizados próximos às capitais dos seus respectivos estados, tinham uma maior probabilidade de receber alunos oriundos destes centros.

Entretanto, a despeito das diferenças com relação à clientela, todos os Aprendizados adotaram o regime de internato como forma hegemônica de funcionamento das instituições. Isto fez com que adotassem um arcabouço disciplinar aproximado, visando a garantir o bom funcionamento dos estabelecimentos e a adequação das condutas corporais e morais de seus internos.

Ao adotar o regimento de internamento, os Aprendizados assemelhavam-se às instituições totais caracterizadas por Goffman em seu livro *Manicômios, Prisões e Conventos* (1974), que atuam na formação/transformação do *eu* dos indivíduos, que nela participam sob determinada condição.

Segundo Goffman (1974), o ser age nas esferas da vida em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes e sob diferentes autoridades sem um plano racional geral, e, ao inserir-se numa instituição social, passa a agir num mesmo lugar, com um mesmo grupo de pessoas e sob tratamento, obrigações e regras unificadas para a realização de atividades impostas.

Quando essa instituição social organiza-se de modo a atender aos indivíduos (internos), com um sistema único de regras, afastando-os do restante da sociedade por um determinado período de tempo e impondo-lhes uma vida fechada sob uma administração rigorosamente formal (equipe dirigente), baseando-se no discurso de atendimento aos objetivos institucionais, apresenta a tendência de fechamento, o que vai simbolizar o seu caráter total (GOFFMAN, 1974).

Para Goffman (1974), são cinco os atributos que caracterizam uma instituição total:

(...) todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a seqüência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos da instituição (p. 17-18).

Dessa forma, o rigor disciplinar que deveria ser mantido em virtude do funcionamento das instituições em regime de internato levava as pessoas a perceberem-nas como estabelecimentos corretivos, mesmo aqueles que notadamente tinham um perfil mais formativo-profissionalizante.

Nascimento (2004), na introdução de seu trabalho intitulado *Memórias do Aprendizado*, atenta para lembranças da sua fase de criança que ao efetuar “traquinagens” era repreendido por seus familiares dizendo que iriam mandar-lhe para o Aprendizado Benjamin Constant a fim de melhorar sua conduta. O mesmo é observado por Marques (2005) em seu trabalho sobre o AA Gustavo Dutra, em que, através de entrevistas com ex-alunos, indica que a instituição era tida como uma “casa de correção”. Porém, com base nos depoimentos, o pesquisador em pauta afasta essa característica da instituição:

O Aprendizado Agrícola ‘Gustavo Dutra’ era, nessa medida, concebido como ‘castigo’, pois, além de se situar distante da Capital e de outras cidades, obrigava seus alunos a viverem ali, longe das famílias. Estigmatizada, teoricamente, como protótipo de prisão, Casa Correcional, a realidade da escola, no entanto, afasta essa assertiva na fala daqueles que vivenciaram o seu cotidiano, anos a fio. Por outro lado, nas investigações realizadas no acervo da instituição, não foram encontrados indícios de qualquer processo disciplinar rigoroso (MARQUES, 2005, p. 99-100).

Essa, contudo, não era a realidade de todos os Aprendizados. No Benjamin Constant, por exemplo, Conceição (2007) relata várias ocorrências pelas quais os alunos eram punidos. Uma das mais frequentes dizia respeito aos alunos que urinavam na cama, os quais eram submetidos ao “envergonhamento” frente aos colegas, tendo de lavar todas as roupas de cama, dormir na esteira e não poder frequentar as horas de recreio. Os castigos tinham a função de criar nos menores hábitos condizentes com a vida no internamento. Segundo Foucault,

o castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve, portanto ser essencialmente *corretivo*. (...) os sistemas disciplinares privilegiam as punições que são da ordem do exercício – aprendizado intensificado, multiplicado, muitas vezes repetido (FOUCAULT, 2004, p.150).

Para tentar conter os desvios dos alunos e dar uma organicidade harmoniosa à instituição era preciso o controle de tempo e espaço. Esta era uma prática de todos os estabelecimentos através da criação de rotinas que deveriam ser seguidas por todos os alunos, diariamente. Numa perspectiva foucaultiana, esta era uma técnica de disciplinamento que tinha como objetivo a docilização dos corpos dos internos.

A rotina dos menores no Aprendizado Gustavo Dutra, por exemplo, iniciava-se às 5h00 com o aviso para levantar, seguida da Educação Física (5h às 6h), do banho (6h às 6h15), do café (6h30 às 7h), dos trabalhos práticos no campo e das oficinas (7h às 10h), almoço e recreio (10h30 às 13h), aulas (13h às 17h), merenda (14h30), jantar (17h às 19h), estudo sob a vigilância dos guardas (19h às 20h30), silêncio (21h) (MARQUES, 2005). Cada Aprendizado fazia sua própria rotina, mas na maioria dos estabelecimentos o horário de levantar e o de dormir eram os mesmos, respectivamente 5h e 21h. Conceição (2007) salienta que no AA Benjamin Constant alguns momentos eram indicados com toques de corneta, tais como o de acordar, o das refeições e o de dormir.

De acordo com Foucault (2004), quanto mais se reparte o tempo, criando várias subdivisões; quanto mais o desarticule, impondo desdobramentos em seus elementos internos, pondo-o sob controle, maior será a possibilidade de dinamizar uma operação (objetivo) ou colocá-lo sob uma velocidade que incorra em um maior rendimento, ou seja, mais eficiência. Diante disto, para que os objetivos de formação profissionalizante dos Aprendizados fossem alcançados da forma mais eficiente possível, era imprescindível o controle do tempo.

O controle do tempo estava sempre atrelado ao do espaço, pois era necessário para os dirigentes saberem onde os alunos estavam e em que momento eles estavam. Isto contribuía de forma positiva para a dinâmica institucional. Segundo Foucault:

É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT, 2004, p.123).

Dessa forma, se os Aprendizados variavam quanto a sua clientela e à forma de entrada desta nas instituições, o mesmo não se pode dizer de seus instrumentos disciplinares. Por se tratarem de instituições de internamento, todos adotavam regras rígidas de controle do tempo e do espaço. Caso algum aluno fosse de encontro a tais regras, sofreria os efeitos do que Foucault (2004) chamou de “sanção normalizadora”. Esta funcionaria através de pequenas punições, tais como realizar trabalhos braçais; confinamento no alojamento, chegando até à expulsão. Apesar de a norma trazer impregnada a ideia de homogeneidade, ela, como lembra Foucault,

(...) individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as uma às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais (2004, p. 154).

Todas as “tecnologias de disciplinamento” utilizadas nos Aprendizados serviam para tornar o ambiente mais eficiente, possibilitando que a formação profissional se desse com mais êxito. Neste sentido, o quadro normativo-disciplinar das instituições era o “alicerce” sobre o qual se construía o ensino dos cursos de ensinos agrícola, ensino rural e de adaptação, sobretudo os dois primeiros, tendo em vista que o curso de adaptação não seguia uma temporalidade rígida, passando os alunos menos tempo nos estabelecimentos.

A oferta desses cursos era outro fator de diferenciação dos estabelecimentos, pois nem todos ofereciam os três cursos previstos na legislação:

QUADRO 29 - CURSOS OFERECIDOS PELOS APRENDIZADOS AGRÍCOLAS

Nº	Aprendizado	Cursos		
		Ens. Agr. Básico	Ensino Rural	Adaptação
1	AA Rio Branco		X	X
2	AA Manuel Barata		X	X
3	AA Vidal de Negreiros	X	X	X
4	AA João Coimbra	X	X	X
5	AA Floriano Peixoto	X	X	X
6	AA Benjamin Constant		X	X
7	AA Sérgio de Carvalho	X	X	X
8	AA Nilo Peçanha	X	X	X
9	AA Visconde de Mauá		X	X
10	AA Visconde da Graça	X	X	X
11	AA Ildefonso S. Lopes	X	X	X
12	AA Gustavo Dutra		X	X

Fonte: BRASIL-RMA, 1945.

Tendo em vista o relatório ministerial do ano de 1945 percebe-se que cinco dos 12 Aprendizados não ofertavam o curso de ensino agrícola básico, que propiciava aos alunos uma melhor formação técnica, dando-lhes o título de capataz rural. A deficiência de alguns Aprendizados em termos de ensino levava os alunos a prosseguirem seus estudos em outros estabelecimentos congêneres, a exemplo dos egressos do AA Gustavo Dutra, que, segundo Marques (2005), entre 70% e 80% dos seus alunos transferiam-se para outros estabelecimentos, tais como o de Pinheiral (Rio de Janeiro), Barbacena (Minas Gerais), Santa Tereza (Espírito Santo) e Ouro Fino (Minas Gerais).

Do quadro anterior se depreende que a dificuldade estrutural dos Aprendizados do Norte do país fazia com que estes tivessem dificuldades em adotar todos os cursos previstos. O mesmo pode ser dito do Aprendizado sergipano e do mato-grossense, sendo que este último tinha pouco tempo de fundado, estando com muitas obras ainda em fase de execução. Chama atenção o fato de o Aprendizado Visconde de Mauá não possuir o curso de ensino agrícola, cuja explicação talvez esteja na impropriedade da localização do estabelecimento que dificultava, inclusive, segundo relatório, o bom andamento das atividades de ensino:

Esse estabelecimento ressenete-se da má situação em que se acha instalado, pois sua sede fica na vila de Inconfidentes e os campos de cultura a cerca de 5 quilômetros de distância. A prática tem evidenciado a inconveniência desse fato, estando, por isso mesmo, sendo estudada a possibilidade de sua mudança para local onde melhor possa satisfazer as exigências administrativas e pedagógicas (BRASIL-RMA, 1940, p. 161).

Contudo, a despeito das dificuldades com a estrutura física e da qualidade das terras de alguns estabelecimentos, todos os Aprendizados ofertavam o curso de adaptação destinado a jovens e adultos de ambos os sexos e o curso rural voltado para alunos a partir de 12 anos, no qual eram admitidos alunos que tivessem alguma instrução primária, ou seja, que ao menos soubessem os rudimentos da leitura e da escrita, que seriam aperfeiçoadas nos estabelecimentos, concomitantemente aos ensinamentos agrícolas.

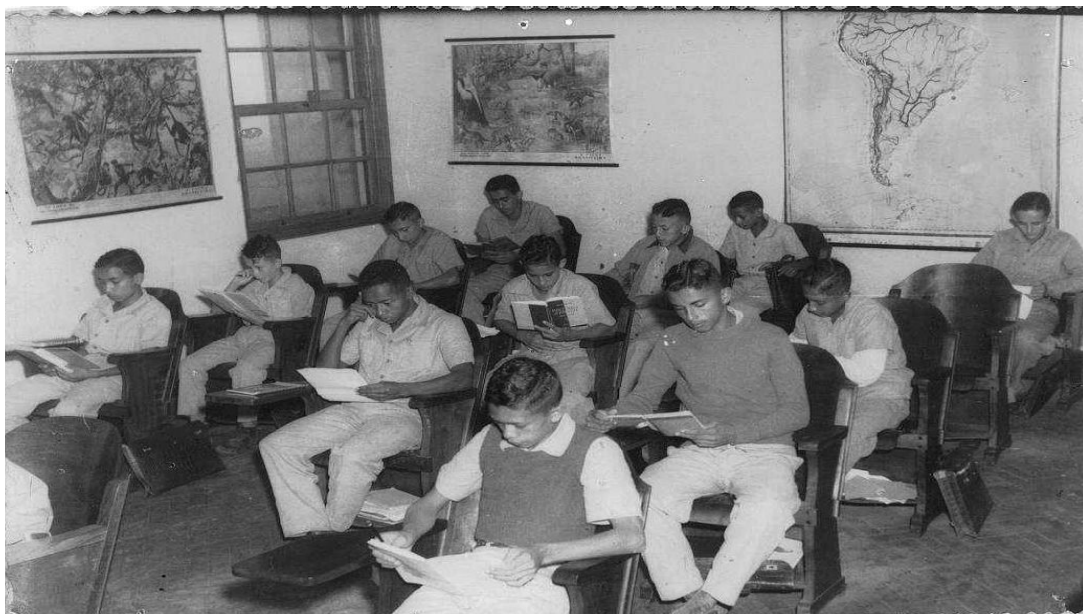


Figura 23 – Turma de alunos do AA Gustavo Dutra. Ano: 1945. Fonte: SOARES, 2007, p. 71.

Visando a uma unificação de alguns ensinamentos transmitidos pelos Aprendizados, o MA instituiu, em 1939, concurso de livros de leitura, sendo distribuído um total de 30 contos de réis para os trabalhos escolhidos. Referia-se o ministro em relatório a esse concurso:

Com o fim de inculcar na infância o amor ao campo, este Ministério instituiu um concurso de livros de leitura para os aprendizados agrícolas e escolas primárias rurais, ficando estabelecido que somente fossem tomados em consideração os livros cujo assunto, obrigatoriamente versando sobre as atividades agrícolas, chamasse a atenção para as incalculáveis vantagens que tras o amanho da terra, não só à nação, como a todo aquele que se disponha trabalhar, nesse mister, por processos racionais, de acordo com os ensinamentos da moderna técnica agrícola (BRASIL-RMA, 1940, p. 162).

Com isso, procurava o MA passar para os jovens aprendizes a importância do trabalho agrícola e, sobretudo, valorizar os ensinamentos técnico-científicos adquiridos nos Aprendizados, servindo como um fator de diferenciação frente àqueles que lidavam com a terra por métodos passados de geração para geração.

Outro indício de que se pretendia homogeneizar o ensino prestado pelos Aprendizados em alguns pontos estava no projeto de obras requerido pelos estabelecimentos ao Governo Federal, onde se encontrava em todos os documentos a necessidade da construção de ginásios esportivos. Isto, a meu ver, advinha da criação, no ano de 1939, da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, com um currículo marcadamente médico-esportivo, e do espaço que o fenômeno esporte vinha tomando na sociedade como um instrumento de aglutinação de massas. Com isso, os métodos ginásticos, presentes na primeira fase dos Aprendizados,

seriam substituídos ou ao menos dividiriam os momentos das aulas de Educação Física com o esporte.

Para o desenvolvimento do ensino profissional, todos os Aprendizados eram dotados de galeria de máquinas agrícolas, gabinetes de história natural e física, laboratório de química e instalações para pequenas indústrias, dando preferência às mais apropriadas para cada região.

Assim como os Aprendizados da primeira fase, os novos estabelecimentos buscavam dar ênfase aos ensinamentos das culturas mais destacadas em cada localidade. Desta forma, o AA Vidal de Negreiros enfatizava a cultura do fumo, enquanto nos Aprendizados Floriano Peixoto e Sérgio de Carvalho ressaltava-se a cana-de-açúcar.

Outros Aprendizados, a exemplo do Nilo Peçanha e Benjamin Constant, destinavam-se à produção de gêneros alimentícios, tais como o feijão, mandioca, milho e arroz. Dentre os gêneros alimentícios trabalhados no Aprendizado sergipano destacava-se a cultura rizícola.

Aprendizados situados em regiões mais frias, como o Visconde de Mauá e o Visconde da Graça, desenvolviam, principalmente, a cultura de cereais, tais como o trigo, sorgo e centeio, além da fruticultura.



Figura 24 – Dia de colheita no AA Visconde de Mauá. Década de 1940. Fonte: Disponível em <www.inconfidentesmg.com.br>, acesso em 18 de ago. 2009.

Nessa figura percebe-se o uso de máquinas para auxiliar nos trabalhos agrícolas, o que era muito comum na maioria dos Aprendizados, principalmente em atividades de aragem, em que se utilizava o auxílio de equipamentos movidos a tração animal.

Porém, observando-se as fotografias e os relatos de diversos Aprendizados infere-se que a força motriz humana era a mais utilizada na maioria das atividades, como nos serviços de destocamento, semeadura, colheita, capinagem, dentre outros; sendo que algumas destas atividades os alunos realizavam sozinhos, como a capinagem e, em outras, ajudados pelos trabalhadores diaristas dos estabelecimentos, como visto na imagem anterior do AA Visconde de Mauá.

Não obstante a hegemonia das atividades agrícolas quando observados os trabalhos desenvolvidos pela maioria dos Aprendizados, a atividade econômica da região onde estavam inseridos tais estabelecimentos influenciava na escolha da cultura a ser desenvolvida. Neste sentido, o AA Gustavo Dutra, localizado em uma região onde a pecuária bovina se destacava, tratou, nos primeiros anos, de formar um rebanho para promover os ensinamentos dessa atividade produtiva.



Figura 25 – Rebanho bovino leiteiro do AA Gustavo Dutra. Ano: 1946. Fonte: MARQUES, 2005, p. 58.

Apesar de no regulamento dos Aprendizados estar prevista a criação de um Núcleo de Indústrias Agrícolas, em nenhum relatório do período compreendido entre 1934 e 1946 foi encontrada qualquer referência à atividade desenvolvida nessa área. Isto, porém, não indica que os estabelecimentos não possuíssem tal núcleo, mas sim que este não tinha grande significação dentro da estrutura de ensino dos Aprendizados.

Enquanto no plano das atividades de ensino as diferenças entre os antigos Aprendizados e os novos não eram significativas, visto que em ambos as práticas agrícolas sobrepunham-se às zootécnicas e de indústrias agrícolas, com relação ao número de internos

eram muito diferentes, pois os novos Aprendizados tinham um percentual entre 30% e 40% superior ao dos estabelecimentos da primeira fase.

QUADRO 30 - NÚMERO DE ALUNOS INTERNOS NOS APRENDIZADOS AGRÍCOLAS NOS ANOS DE 1935, 1938, 1939, 1940 E 1942

Nº	Nome do Aprendizado Agrícola	Número de alunos internos					
		1935	1938	1939	1940	1942	Total
01	Rio Branco-AM	58	49	42	50	64	263
02	Manuel Barata-PA	137	150	83	130	113	613
03	Vidal de Negreiros-PB	156	150	142	150	175	773
04	João Coimbra-PE	115	140	143	127	158	683
05	Floriano Peixoto-AL	98	120	108	117	110	553
06	Benjamin Constant-SE	111	120	100	100	100	531
07	Sergio de Carvalho-BA	177	136	125	135	129	702
08	Nilo Peçanha-RJ	-	-	35	60	154	249
09	Visconde de Mauá-MG	119	101	120	139	80	559
10	Visconde da Graça-RS	170	173	154	180	179	856
TOTAL		1.141	1.139	1.052	1.188	1.262	5.782

Fonte: BRASIL-RMA, 1938, 1939, 1940, 1941 e 1943.

Desse quadro depreende-se que os cinco Aprendizados estabelecidos na região nordeste respondiam por 3.242 alunos internos, mais de 56% do total. Vale salientar, ainda, que a região com menor número de alunos em termos absolutos era a Sudeste, com 808 internos.

A instituição que manteve a maior média de alunos nos cinco anos pesquisados foi o AA Visconde da Graça-RS, com 171,2 de média de alunos internos, seguido do AA Vidal de Negreiros-PB, com uma média de 154,6.

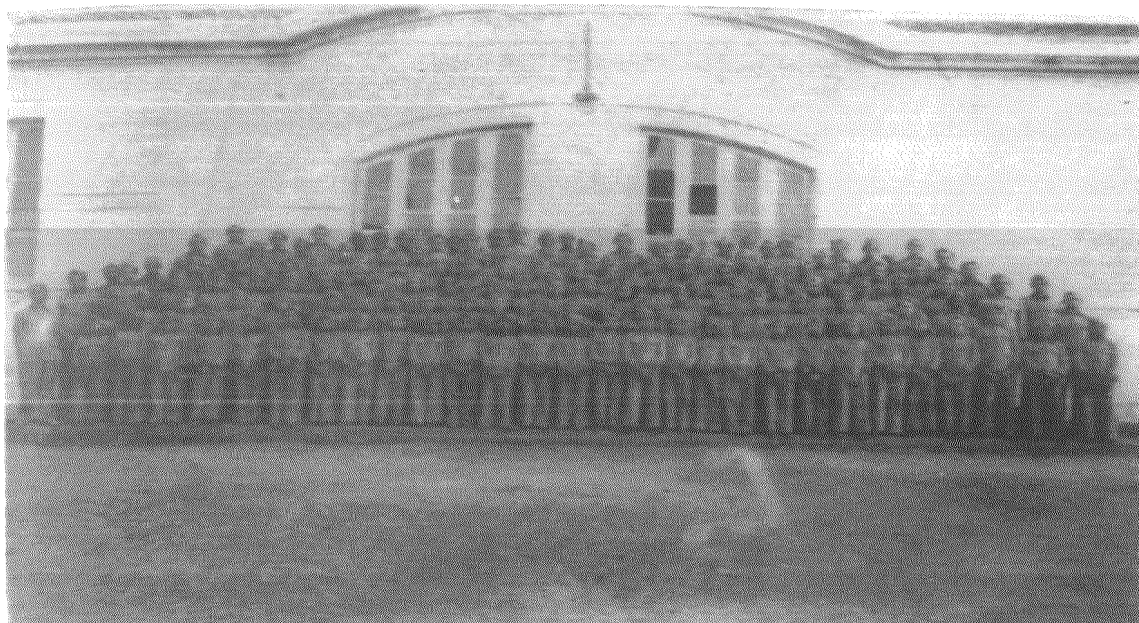


Figura 26 – Alunos do AA Vidal de Negreiros. BRASIL-RMA, 1942, s/n.

Apesar de algumas instituições terem condições de receber alunos semi-internos e externos, o regime de internato foi hegemônico nos Aprendizados. Para garantir uma quantidade maior de internos, diferentemente dos Aprendizados da primeira fase, os novos estabelecimentos preocupavam-se muito mais com as condições de salubridade e higiene dos seus edifícios-internatos, haja vista a grande quantidade de internos num mesmo ambiente. Segundo Conceição (2007), havia regras a serem seguidas que passavam pelo piso, o número de banheiros, o espaço destinado a cada interno, as condições de arejamento, dentre outras. Esse mesmo autor assevera que:

Nos internatos dos estabelecimentos federais de ensino agrícola, os dormitórios coletivos dominaram até meados da década de 1950. A maior parte resultou de prédios herdados dos antigos patronatos agrícolas ou dos primeiros aprendizados agrícolas, posteriormente reformados (CONCEIÇÃO, 2007, p. 58).

A adoção de dormitórios coletivos, segundo Conceição (2007), era feita, principalmente, por ser menos dispendiosa, por proporcionar um maior rendimento, no tocante à colocação de um maior número de camas e por ser mais funcional no que concerne ao controle dos internos. O tipo de dormitório coletivo mais utilizado pelos Aprendizados era o “grande salão”, que não possuía divisões internas, formando-se entre duas a quatro fileiras de camas, aproveitando-se, com isso, o máximo de espaço possível.

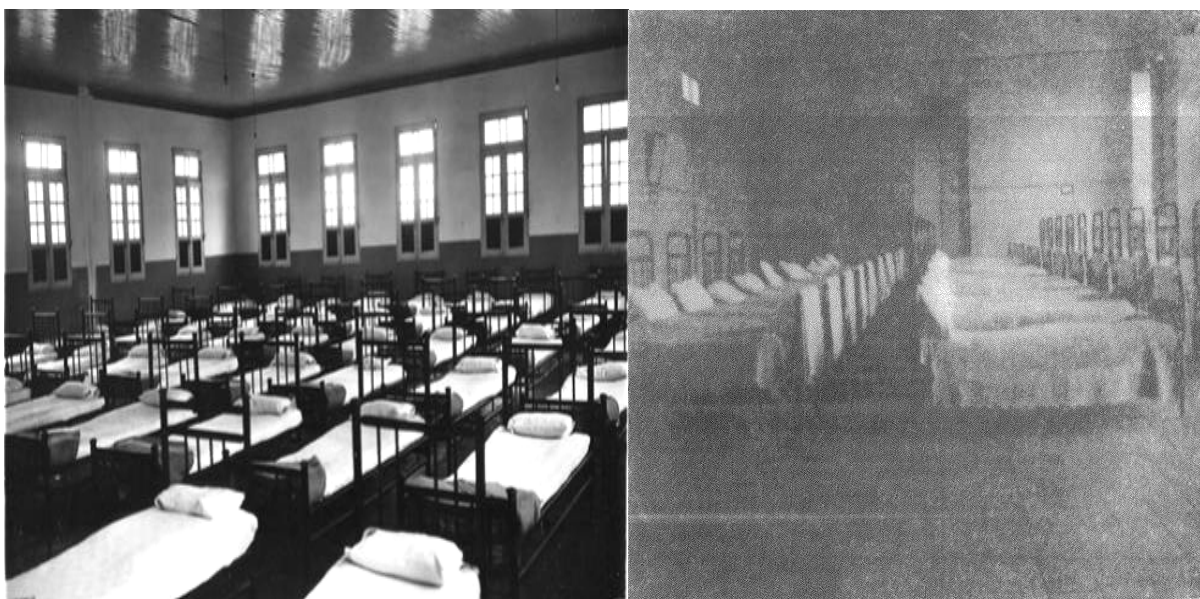


Figura 27 – Dormitórios dos AAs Visconde de Mauá-MG e Benjamin Constant-SE na década de 1940. Fontes: Disponível em <www.inconfidentesmg.com.br>, acesso em 18 de ago. 2009 e BRASIL-RMA, 1941.

Apesar do aumento no número de matriculados com a adoção do regime de internato por todas as instituições, um dos problemas existentes nos antigos Aprendizados persistia no novo momento: o baixo número de concluintes. Tendo por base o ano de 1942, dos 1.262 matriculados apenas 176 alunos formaram-se neste ano, aproximadamente 13,94%, havendo instituições em que não houve qualquer aluno formado, a exemplo do AA Nilo Peçanha e do Benjamin Constant.

Alguns Aprendizados, no entanto, destoavam dos demais, o Floriano Peixoto, no mesmo ano de 1942, dos 110 matriculados (internos), 41 formaram-se, consistindo num percentual de 37,27%. Outros dois Aprendizados atingiram percentuais acima dos 20% na relação matriculados/formandos: o Sérgio de Carvalho e o Visconde da Graça.

Não obstante ser esse um problema das instituições, tendo em vista atentar contra o seu rendimento e a eficiência, somente o fato de o número de matriculados ter se elevado sensivelmente em comparação aos Aprendizados da primeira fase, fazia com que críticas direcionadas à relação custo/benefício arrefecessem, pois isso diminuía os custos operacionais de funcionamento dos estabelecimentos. Contudo, o custo médio dos alunos não era baixo, como se pode verificar no quadro a seguir:

QUADRO 31 - CUSTO MÉDIO DOS ALUNOS DOS APRENDIZADOS AGRÍCOLAS EM 1935

Nº	Aprendizado Agrícola	Verba Anual (Réis)	Número de alunos	Custo médio anual por aluno (Réis)
01	Rio Branco-AM	296:200\$000	58	5:106\$850
02	Manuel Barata-PA	283:200\$000	137	2:067\$000
03	Vidal de Negreiros-PB	279:200\$000	156	1:789\$730
04	João Coimbra-PE	374:200\$000	115	3:253\$913
05	Floriano Peixoto-AL	284:200\$000	98	2:900\$000
06	Benjamin Constant-SE	334:200\$000	111	3:010\$900
07	Sergio de Carvalho-BA	294:200\$000	177	2:481\$350
08	Nilo Peçanha-RJ	439:200\$000	----	----
09	Visconde de Mauá-MG	386:200\$000	119	3:245\$000
10	Visconde da Graça-RS	288:200\$000	170	1:695\$294

Fonte: BRASIL-RMA, 1938.

De acordo com o quadro anterior o custo médio dos alunos dos Aprendizados era de 2:838\$893 (dois contos, oitocentos e trinta e oito mil e oitocentos e noventa e três réis), acima do valor pago anualmente a funcionários do estabelecimento, tais como o inspetor de alunos e o mestre de oficinas, que recebiam o salário de 2:400\$000 (dois contos e quatrocentos mil réis). No caso do AA Rio Branco, o custo médio por aluno estava acima do valor afixado para

a gratificação anual paga a quem exercia o cargo de diretor de Aprendizado, que era de 4:800\$000 (quatro contos e oitocentos mil réis).

Apesar desse custo ainda elevado para a manutenção dos seus alunos em regime de internato, este não foi um dos motivos que levou à remodelação desses estabelecimentos pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA). Outros fatores foram mais decisivos para a elaboração da LOEA; um deles era o caráter pouco profissionalizante de vários Aprendizados, ainda guardando o ranço que levou à contestação do modelo de Patronatos, entre a correção e a formação. Todavia, o fator preponderante para a reformulação da rede foi a disputa estabelecida entre o Ministério da Educação e Saúde (MES) e o Ministério da Agricultura (MA), estando o primeiro sob a direção do ministro Gustavo Capanema, que empreendeu mudanças em todos os níveis e tipos de ensino; e, desta forma, mesmo estando sob a alçada do MA, o ensino agrícola não poderia ficar de fora.

3.5. De Deméter a Ceres: as transformações e permanências do ensino agrícola com a LOEA

Com o surgimento do Império Romano, o mito de Deméter, que estava presente em todo o território do mediterrâneo ocidental, foi incorporado pelos romanos na figura da deusa Ceres⁷⁵. Aproximadamente no século V a.C. a apropriação de Deméter pelos romanos e sua conversão em Ceres pouco acrescentaram ao mito preexistente. Uma das alterações foi a inserção de doze pequenas divindades, auxiliares da deusa para as lides no campo, o que não estava presente no mito grego. Alguns desses auxiliares eram *Vevactor*, responsável por arar as terras baldias; *Conditor*, armazenador dos frutos da colheita, e *Promitor*, que distribuía tais frutos. Porém, a figura de Ceres (Deméter) continuava central, pois sem ela as terras ficariam estéreis, sem condições de germinar as sementes.

Outra mudança era sua ligação com as classes inferiores, aproximando-a dos trabalhadores braçais, responsáveis pela produção e transporte dos grãos. Esta ligação com as classes menos privilegiadas “(...) era forte o suficiente para que seu primeiro templo em Roma, no monte Aventino, tenha se transformado num local eminentemente popular, não freqüentado pela elite romana” (HISTÓRIA VIVA, 2008, p. 9).

⁷⁵ **Ceres** – palavra de raiz indo-europeia que significa crescer ou criar (HISTÓRIA VIVA, 2008, p. 9)

Uma terceira alteração estava nas festividades alusivas à deusa da agricultura, as quais, na tradição grega, eram pulverizadas ao longo do ano, enquanto na tradição romana, ocorria no pós-colheita, quando agradeciam os resultados obtidos no campo.

Apesar de algumas dessemelhanças, as permanências são maiores do que as rupturas na mitologia da deusa da Agricultura do período grego para o romano, tanto que os animais sagrados permaneciam os mesmos: o leitão, o cavalo e a cobra, além da filha raptada, Perséfone, que na mitologia romana recebeu o nome de Prosérpina. E, o principal, Ceres permanecia com as mesmas características gregas de fertilidade feminina.

As incorporações e transformações realizadas pelos romanos à mitologia da deusa da agricultura fizeram com que o mito de Deméter fosse esquecido pelas gerações que se sucederam, fato que levou os Agrônomos a escolher Ceres e não Deméter como um dos símbolos da sua formação.

A confecção da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA) através do decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, assim como o mito de Ceres, que substituiu o mito de Deméter, colocaram as instituições de ensino agrícola primário criadas anteriormente, especificamente os Aprendizados Agrícolas, fora do novo contexto. Isto fez com que, ao longo dos anos, alguns trabalhos que se detiveram sobre o ensino agrícola primário não levassem em consideração os Aprendizados, como se estes fossem uma mera continuidade dos Patronatos. Exemplos disto são os trabalhos de Monteiro (2007), sobre o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, no qual a autora em seu “breve histórico” sobre a instituição nem ao menos menciona o período em que foi Aprendizado, e o de Oliveira (2007), em que esta autora, ao abordar as transformações curriculares pelas quais passou a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal-PA em sua história, não faz menção ao período em que essa escola funcionou como Aprendizado.

A LOEA veio aprofundar algumas mudanças em curso desde a Revolução de 1930, como a ênfase da formação técnica sustentada nos discursos da eficiência e do rendimento. Desta forma, a LOEA não pode, a meu ver, ser compreendida como uma ruptura com os padrões estabelecidos anteriormente, mas sim como uma intensificação das políticas gestadas no período. Tanto é assim que mesmo sendo uma lei construída na ditadura varguista, esta foi aprovada no governo de Eurico Gaspar Dutra, eleito após a queda de Vargas.

O alcance organizacional da LOEA ia até o nível secundário agrícola, deixando de fora, portanto, o ensino superior, que era regido por uma legislação específica. As finalidades da nova legislação do ensino agrícola em termos gerais eram atender:

1. Aos interesses dos que trabalham nos serviços e misteres da vida rural, promovendo a sua preparação técnica e sua formação humana;
2. Aos interesses das propriedades ou estabelecimentos agrícolas, proporcionando-lhes, de acordo com as suas necessidades crescentes e imutáveis, a suficiente e adequada mão-de-obra;
3. Aos interesses da Nação, fazendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura (BRASIL. LOEA, 1946).

Com isso a lei tentava mediar os interesses de trabalhadores e proprietários de terras, buscando afinar ideais divergentes, que deveriam irmanar-se em prol do desenvolvimento econômico da nação. Este pensamento tinha o germe das políticas desenvolvimentistas empreendidas pelo governo Dutra, que teve como um dos seus principais balizadores a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) em 1948, órgão da ONU responsável por estudar os problemas do desenvolvimento latino-americano.

Além das finalidades gerais para o ensino agrícola, a LOEA tinha objetivos específicos para a formação do trabalhador agrícola:

1. Formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas;
2. Dar a trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade;
3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados (BRASIL. LOEA, 1946).

Tendo em vista tais objetivos, percebem-se as permanências de direcionamento em relação ao período anterior, estando presentes ideias como a diversificação agrícola, preparação da mão de obra para quem já havia passado da idade propriamente escolar e cursos rápidos de capacitação técnica.

A pesquisadora Sônia Regina de Mendonça (2007) chama atenção para um objetivo secundário da nova legislação, que era aumentar o número de matriculados nos estabelecimentos de ensino agrícola, contribuindo, desta forma, para uma melhor relação custo/benefício, no que concerne aos gastos por aluno.

Nos princípios gerais para o ensino agrícola, a LOEA evidenciava quatro pontos: a não-especialização precoce do trabalhador; a necessidade de se proceder a estudos de cultura geral e práticas educativas que colaborassem com a formação humana do trabalhador; a interlocução entre conhecimentos teóricos e práticos, com ênfase no primeiro, e a cientificidade do ensino, mesmo para os cursos abreviados, visando a “eliminar da agricultura as soluções empíricas inadequadas” (BRASIL. LOEA, 1946).

A LOEA tinha como sua principal finalidade reorganizar o ensino agrícola. Neste sentido, impunha que este ensino seria ministrado em dois ciclos e, dentro de cada ciclo, estariam os cursos. Estes cursos seriam de três categorias: formação, continuação e aperfeiçoamento.

O primeiro ciclo do ensino agrícola seria composto por dois cursos de formação e por cursos de continuação e aperfeiçoamento:

QUADRO 32 – 1º CICLO DO ENSINO AGRÍCOLA, CURSOS DE FORMAÇÃO, DURAÇÃO E TIPOS DE ESTABELECIMENTOS

1º Ciclo de Formação			
Curso	Duração	Formação	Tipo de estabelecimento
Iniciação Agrícola	2 anos	Operário Agrícola	Escola de Iniciação Agrícola, Colégio Agrícola ou Escola Agrotécnica
Mestria Agrícola		Mestre Agrícola	Colégio Agrícola ou Escola Agrotécnica

Fonte: BRASIL. LOEA, 1946.

Para ser admitido no curso de iniciação agrícola o aluno deveria estar com doze anos de idade, ter recebido instrução primária, ter capacidade física e aptidão mental para o trabalho e ser aprovado em exame vestibular. Já para o curso de mestria agrícola, o requerente deveria ter concluído o curso de iniciação agrícola, ter capacidade física para os trabalhos escolares e, também, ser aprovado em exames vestibulares. Estes requisitos, principalmente os do curso de iniciação agrícola, assemelhavam-se aos requeridos para ingresso no curso de ensino rural dos Aprendizados Agrícolas.

Os cursos seriam organizados em quatro semestres letivos. O início do semestre letivo se daria no dia 20 de fevereiro, indo até 15 de junho, retornando no dia 1º de julho e estendendo-se ao dia 20 de dezembro. O regime semanal de trabalhos escolares de ambos os cursos variava entre 36 e 40 horas.

Como visto, a LOEA buscava uma maior articulação entre os ciclos e cursos do ensino agrícola:

- I. Os cursos de formação do ensino agrícola se articularão entre si de modo que os alunos possam progredir de um a outro, segundo a sua vocação e capacidade.
- II. O curso de iniciação agrícola estará articulado com o ensino primário, e os cursos agrícolas técnicos e o Curso de Magistério de Economia Doméstica Agrícola, com o ensino secundário e o ensino normal do primeiro ciclo (BRASIL. LOEA, 1946).

O retorno do curso primário aos estabelecimentos de ensino agrícola era uma das alterações com relação ao período dos Aprendizados Agrícolas pós-1934. Contudo, antes esse curso era organizado pelo MA, e com a LOEA passou a ser organizado seguindo o direcionamento do MES, voltando-se aos adolescentes analfabetos ou que não tivessem recebido o ensino de modo satisfatório e que fossem candidatos ao curso de iniciação agrícola. O curso primário, segundo a legislação, somente poderia ser ministrado nas Escolas de Iniciação Agrícola.

Outra ingerência do MES sobre o MA dizia respeito à adequação dos edifícios e o material escolar:

Art. 64. Os estabelecimentos de ensino agrícola, para que possam validamente funcionar, deverão satisfazer, quanto à construção de edifício ou edifícios que utilizarem, e quanto ao seu material escolar, às exigências do Ministério da Agricultura, de acordo com as normas pedagógicas estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Com isso, para que os estabelecimentos de ensino agrícola pudessem funcionar e escolher seus materiais didáticos deveriam, primeiro, observar as normas estabelecidas pelo MES, podendo, inclusive, ser passíveis de inspeção deste ministério. Porém, a organização, supervisão, administração e acompanhamento do ensino agrícola continuavam a cargo da pasta da agricultura.

Os cursos de continuação e aperfeiçoamento também constavam nas possibilidades de oferta do primeiro ciclo do ensino agrícola. Ambos convergiam na condição da oferta respeitando-se as disponibilidades financeiras e técnicas de cada estabelecimento e, também, na temporalidade flexível, sendo que no curso de continuação a duração não poderia exceder os doze meses.

O ponto que mais diferenciava os dois cursos citados estava nas condições de matrícula, ou seja, no seu público-alvo. Enquanto o curso de continuação direcionava-se para jovens maiores de 16 anos e adultos que tivessem o interesse de aprender um ofício agrícola, uma técnica ou processo de aplicação recomendável na agricultura, o curso de aperfeiçoamento destinava-se àqueles portadores de diploma de conclusão de curso de iniciação agrícola ou mestrado agrícola, ou de qualquer dos cursos agrícolas técnicos ou pedagógicos (todos do segundo ciclo do ensino agrícola). Neste sentido, o curso de continuação estava voltado especificamente para o 1º ciclo do ensino agrícola, enquanto o de aperfeiçoamento poderia ser realizado em qualquer um dos dois ciclos.

Outra diferenciação entre os cursos de continuação e aperfeiçoamento estava na sua certificação. Enquanto no primeiro o aluno receberia um certificado mencionando a matéria cursada, no segundo fazia menção à modalidade e extensão dos estudos concluídos.

Como dito anteriormente, a nova configuração do ensino agrícola dividia-o em dois ciclos, que buscavam uma articulação visando a facilitar a continuidade dos estudos.

O segundo ciclo do ensino agrícola era composto, assim como o primeiro ciclo, de dois cursos de formação, o curso agrícola técnico e o curso agrícola pedagógico, os quais somente poderiam ser ministrados por determinados tipos de estabelecimentos:

QUADRO 33 – 2º CICLO DO ENSINO AGRÍCOLA, CURSOS DE FORMAÇÃO, DURAÇÃO E TIPOS DE ESTABELECIMENTOS

2º Ciclo de Formação			
Curso	Duração	Formação	Tipo de estabelecimento
Agrícola Técnico	3 anos	Técnico Agrícola	Escola Agrotécnica
Agrícola Pedagógico	1 ou 2 anos	Docente p/ Ensino Agrícola	

Fonte: BRASIL. LOEA, 1946.

Os cursos agrícolas técnicos destinavam-se à formação de técnicos para exercer funções de caráter especial na agricultura. Era um total de sete formações específicas: curso de agricultura, curso de horticultura, curso de zootecnia, curso de práticas veterinárias, curso de indústrias agrícolas, curso de laticínios e curso de mecânica agrícola. Ao término de cada um desses cursos, o aluno receberia o diploma de técnico na área escolhida, à exceção do curso de práticas veterinárias, ao qual era dado o certificado de enfermeiro-veterinário.

Os cursos agrícolas pedagógicos destinavam-se à formação de pessoal docente para o ensino de disciplinas peculiares ao ensino agrícola ou de pessoal administrativo para este ramo. Havia três tipos de cursos: de magistério de economia rural doméstica; de didática de ensino agrícola; e de administração de ensino agrícola, sendo o primeiro de dois anos de duração e os dois últimos de apenas um ano. Ao concluir os dois primeiros cursos, os alunos receberiam o diploma de licenciado e no último, o de técnico.

Para admissão nos cursos agrícolas técnicos ou no de magistério de economia rural doméstica era pré-requisito o aluno ter concluído o curso de mestría agrícola ou curso de primeiro ciclo de ensino secundário ou do ensino normal. Para os dois outros cursos do segundo ciclo, a condição para matrícula era ter concluído qualquer curso agrícola técnico.

Diferentemente dos demais cursos, os de Didática do Ensino Agrícola e de Administração do Ensino Agrícola somente tinham disciplinas de cultura especializada,

enquanto os demais tinham seu currículo constituído de disciplinas de cultura geral e culturas técnicas.

Em todos os cursos de ensino agrícola, sem exceção, os alunos eram obrigados a ter aulas de Educação Física, desde que tivessem menos de 21 anos, e de Canto Orfeônico, com menos de 18 anos.

Além destas atividades, os alunos deveriam participar de excursões, atividades sociais escolares e estágios. As excursões eram uma prática comum desde a primeira regulamentação do ensino agrícola em 1910, como uma influência do método intuitivo, de “aprender através das coisas”. Os estágios possibilitavam, também, que os alunos praticassem os conhecimentos adquiridos em outros estabelecimentos de exploração agrícola. Sobre as atividades sociais escolares, estas visavam, principalmente, à formação de seres autônomos, de iniciativa e cooperativos:

§ 3º Os estabelecimentos de ensino agrícola velarão pelo desenvolvimento, dentre os alunos, de instituições sociais deles, com um regime de autonomia, de caráter educativo, criando na vida as condições favoráveis à formação do gênio desportivo, dos bons sentimentos de camaradagem e sociabilidade, dos hábitos econômicos, do espírito de iniciativa, e de amor à profissão. Merecem especial atenção, entre essas instituições, as cooperativas, as quais deverão ser constituídas em todos os estabelecimentos de ensino agrícola (BRASIL. LOEA, 1946).

A LOEA mantinha do modelo anterior a preocupação com a educação moral e cívica, asseverando que esta deveria ser diluída em todo o programa dos estabelecimentos, de forma a elevar o sentimento de dignidade e “fervor patriótico”. Mantinha, ainda, a orientação educacional e profissional com os mesmos objetivos da fase anterior e, como novidade, deixava como opcional a oferta da educação religiosa, referindo-se a esta da seguinte forma:

Art. 48. É lícito aos estabelecimentos de ensino agrícola incluir o ensino de religião nos estudos do primeiro e do segundo ciclo, sem caráter obrigatório. Parágrafo único. Os programas de ensino de religião e o seu regime didático serão fixados por autoridade eclesiástica (BRASIL. LOEA, 1946).

A possibilidade de inserção da educação religiosa nos estabelecimentos de ensino agrícola, certamente, era ainda resquício dos debates envolvendo intelectuais ligados à Igreja, autoridades públicas e “profissionais da educação” que influenciaram os destinos da educação brasileira entre as décadas de 1930 e 1940, como demonstra José Silvério Baía Horta em seu livro *O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia*.

Com a nova legislação viu-se o retorno do ensino agrícola feminino, presente na primeira regulamentação do ensino agrícola. No novo contexto, entretanto, o ensino feminino deveria ser efetuado, preferencialmente, em instituições de frequência exclusiva para mulheres. Além desta recomendação, quanto à separação dos estabelecimentos femininos dos masculinos, a legislação fazia quatro outras considerações:

Às mulheres não se permitirá, nos estabelecimentos do ensino agrícola, trabalho que, sob o ponto de vista de saúde, não lhes seja adequado. Na execução dos programas, em todos os cursos, ter-se-á em mira a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher na vida do lar. Nos dois cursos de formação do primeiro ciclo, incluir-se-á o ensino de economia rural doméstica. Além dos cursos de continuação para mulheres que trabalhem na agricultura e destinados a dar-lhes sumário ensino de um ofício agrícola, ministrarão os estabelecimentos de ensino agrícola a mulheres que trabalhem nas lides do lar cursos de continuação de economia rural doméstica para ensino rápido e prático dos comuns misteres da vida doméstica rural (BRASIL. LOEA, 1946).

Apesar do retorno à legislação, o ensino feminino agrícola era secundarizado na estrutura montada, reservando-se apenas dois artigos para tal. Quando comparado o espaço e a finalidade atribuídos ao ensino feminino na primeira legislação em 1910 e nesta de 1946, percebe-se um retrocesso em termos de participação da mulher na economia rural. Pois se na primeira legislação ela teria um papel destacado de agregar valor aos produtos agrícolas, através dos ensinamentos obtidos nos cursos industriais agrícolas, nesta a sua atuação estaria circunscrita ao lar.

Uma das maiores inovações trazidas pela Lei Orgânica foi uma espécie de gestão compartilhada, de modo a estabelecer vínculos entre as instituições agrícolas e o “mundo exterior”:

Dar-se-á cada estabelecimento de ensino agrícola organização própria a mantê-lo em permanente contato com as atividades exteriores de natureza, agrícola, especialmente com as que mais diretamente se relacionem com o ensino nele ministrado. Será prevista, pelo respectivo regimento, a instituição, junto ao diretor, de um conselho consultivo composto de pessoas de atuação nas atividades agrícolas do meio, e que coopera na manutenção desse contato com as atividades exteriores (BRASIL. LOEA, 1946).

Dessa forma, procurava-se fazer com que os estabelecimentos de ensino agrícola desempenhassem um papel de influenciadores das ações agrícolas em nível regional, de modo a alterar as práticas agrícolas convencionais e dinamizar a economia rural doméstica.

Esses eram os principais pontos da LOEA, ou ao menos aqueles que demonstram as permanências e rupturas desta lei com as legislações anteriores. E uma das rupturas aqui já citadas foi a modificação na estrutura dos estabelecimentos de ensino agrícola a partir da criação de ciclos e cursos, o que levou à alteração nos objetivos e na nomenclatura das instituições existentes, ou seja, nos Aprendizados Agrícolas.

A nova legislação estabeleceu, portanto, uma nova classificação para os estabelecimentos de ensino agrícola, dividindo-se em três tipos: “escola de iniciação agrícola”, “escola agrícola” ou “escola agrotécnica”. Os Aprendizados e Escolas Agrícolas existentes foram reclassificados enquadrando-se à nova conjuntura trazida pela LOEA, respeitando-se as condições de cada estabelecimento para ministrar os respectivos cursos de formação. Todavia, o novo enquadramento somente foi executado no ano de 1947, através do decreto 22.506, de 22 de janeiro.

QUADRO 34 - REDE FEDERAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO AGRÍCOLA EM 1947

Localização (Estado)	Tipo de estabelecimento até 1947	Novo enquadramento do estabelecimento
Minas Gerais	Esc. Agrícola de Barbacena	Escola Agrotécnica de Barbacena
Paraíba	AA Vidal de Negreiros	Escola Agrotécnica Vidal de Negreiros
Rio Grande do Sul	AA Visconde da Graça	Escola Agrotécnica Visconde da Graça
Pernambuco	AA João Coimbra	Escola Agrícola João Coimbra
Alagoas	AA Floriano Peixoto	Escola Agrícola Floriano Peixoto
Rio de Janeiro	AA Nilo Peçanha	Escola Agrícola Nilo Peçanha
Rio de Janeiro	AA Ildelfonso Simões Lopes	Escola Agrícola Ildelfonso Simões Lopes.
Sergipe	AA Benjamim Constant	Escola de Iniciação Agrícola Benjamim Constant
Bahia	AA Sérgio de Carvalho	Escola de Iniciação Agrícola Sérgio de Carvalho
Minas Gerais	AA Visconde de Mauá	Escola de Iniciação Agrícola Visconde de Mauá
Mato Grosso	AA Gustavo Dutra	Escola de Iniciação Agrícola Gustavo Dutra
Pará	AA Manuel Barata	Escola de Iniciação Agrícola Manuel Barata
Amazonas	AA Rio Branco	Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas
Território do Acre	Escola de Iniciação Agrícola Rio Branco (criada em 1946 pelo Decreto-lei 9.758/46)	

Fonte: BRASIL, 1946 e 1947.

Com a publicação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola e, posteriormente, com a publicação do decreto nº 22.506, que deu novo enquadramento às instituições de ensino agrícola, chegava ao fim o modelo de ensino primário agrícola materializado nos Aprendizados Agrícolas. Todavia, as ideias e ações presentes neste modelo continuavam a existir nos novos estabelecimentos, inclusive com a manutenção de sua clientela e de seus “hábitos educativos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – “TEMPO DE COLHEITA”

O momento da colheita no meio agrícola é o mais esperado, pois ali está o resultado de todos os esforços empenhados desde o momento em que se prepara a terra para receber os grãos, passando por todos os cuidados necessários com o controle de pragas, a adubação, enfim todo o processo que compreende o ciclo produtivo. Guardadas as devidas diferenças, o momento de desfecho de um trabalho acadêmico também sintetiza todo o tempo e esforços empreendidos ao longo da confecção do citado projeto, iniciando com a escolha do objeto de pesquisa, passando pelo levantamento bibliográfico e de fontes, até chegar ao plano de redação, ou seja, por todos os passos que compõem a realização de uma tese doutoral.

Assim como o momento da colheita serve também como uma referência para medir a qualidade do trabalho realizado ao longo de todo o processo produtivo, a parte final de um trabalho acadêmico possibilita um balanço de todo o percurso de escrita. Desta forma, a construção deste texto possibilitou a observação das políticas educacionais para o ensino agrícola primário na primeira metade do século XX, adentrando em discussões complementares, tais como: a constituição das ciências agrícolas no Brasil, a ascensão dos Agrônomos como categoria profissional, as disputas intraministeriais, dentre outras que ajudaram a compor a história do ensino agrícola primário no recorte temporal em questão.

Ao buscar compreender as políticas para o ensino agrícola primário materializadas em instituições educativas denominadas Aprendizados Agrícolas, foi necessário fazer um recuo temporal para perceber como se construíram os discursos sobre a necessidade de qualificação da mão de obra agrícola. Neste sentido, o século XIX pode ser definido como emblemático, visto que um dos principais produtos de exportação brasileira, o açúcar, passava por um momento de crise, em virtude da competição e da baixa dos preços no mercado externo, e, além disso, o tráfico escravo passou a ser proibido, tornando a mão de obra escrava um produto extremamente caro, ainda mais com a adoção de outras leis, tais como a do “Ventre Livre” e do “Sexagenário” que desestimulavam a perpetuação do modelo escravista.

Dessa forma, já em meados do século XIX muitos fazendeiros começaram a sofrer com a falta de “braços” e de capitais para a manutenção das suas lavouras. Esta situação fez com que a elite agrária brasileira, sobretudo aquela que detinha maior poderio econômico, passasse a pressionar, primeiro o Governo Imperial e depois de proclamada a república, o presidente, para desenvolver ações que resolvessem as demandas agrícolas.

Com o intuito de responder a tais pressões, o Governo Imperial criou em algumas províncias na segunda metade dos oitocentos os Imperiais Institutos de Agricultura, que

buscavam atender às necessidades de modernização agrícola e, também, tinham um direcionamento para a manutenção de instituições de educação agrícola. Mesmo com a criação dos Imperiais Institutos, a elite agrária manteve-se insatisfeita com ações do poder central dirigidas a sanar os empecilhos que emperravam o desenvolvimento agrícola. Neste sentido, no ano de 1878, parte dessa elite agrária brasileira manifestou toda a sua insatisfação e os seus anseios em dois congressos agrícolas, um ocorrido no Rio de Janeiro, congregando os grandes fazendeiros do Sul do país, e outro em Pernambuco, reunindo os do Norte. Estes congressos demonstraram que, independentemente da região do país na qual se encontravam, dois problemas eram comuns: a necessidade de mais crédito e a falta de mão de obra para a condução das lavouras.

Não havia, porém, consenso entre os participantes dos dois congressos sobre a melhor forma para se resolver o problema da falta de mão de obra, pois enquanto uns optavam pela entrada de estrangeiros, outros advogavam a necessidade de se aproveitar o “braço nacional”. Os que discursavam em prol da mão de obra nacional ressaltavam a necessidade da criação de instituições educacionais agrícolas que incutissem nos trabalhadores hábitos e condutas necessários ao trabalho agrícola. Está aí construindo-se o discurso que norteou os debates e ações durante as primeiras décadas do século XX: a construção de instituições agrícolas que funcionassem como civilizadoras do campo, visando, sobretudo, à formação de uma nova mão de obra agrícola que respondesse aos anseios modernizadores de uma parcela da elite agrária brasileira.

O ímpeto modernizador de membros da elite agrária contribuiu para a ascensão dos agrônomos como categoria profissional, fazendo-os cada vez mais influentes na cena sócio-político-cultural do país. A emergência representativa dos agrônomos foi dinamizada com a criação de Escolas Superiores de Agronomia, nas primeiras décadas dos noventa. Os agrônomos paulatinamente tornaram-se os “porta-vozes” do campo, sustentados no saber científico de que dispunham. Desta forma, a elite agrária percebia nos agrônomos uma possibilidade de aumentar a rentabilidade de suas lavouras, e estes, ao corresponderem aos anseios dessa elite, viam os seus próprios interesses, de maior influência política e social, contemplados.

Os agrônomos, ainda, sustentavam-se em um discurso consolidado naquele instante, que era o da ciência, ressaltando o seu papel utilitário, pragmático, de construção social, próprios dos ideais positivistas. Com isso, os Agrônomos autoproclamavam-se como os principais responsáveis pelo encaminhamento das políticas dirigidas ao desenvolvimento e modernização agrícola. A organização dos agrônomos em sociedade, estes atrelados, em

alguns casos, aos grandes fazendeiros, como na Sociedade Nacional de Agricultura, ou em entidades profissionais representativas, como a Sociedade Brasileira de Agronomia, também contribuiu para a sua consolidação profissional.

Sobre essas sociedades, merece atenção especial a SNA, que congregava, sobretudo, uma parcela da elite agrária nordestina que se encontrava em segundo plano no que concerne às decisões políticas emanadas pelo governo central. Deste modo, a criação da SNA foi um marco na luta política travada por esta parcela da elite agrária, levantando bandeiras, tais como: a diversificação agrícola, desenvolvimento de sindicatos e cooperativas e a criação de um ministério específico para cuidar das questões atinentes à agricultura. Esta postura da SNA colocava-a frontalmente contra os interesses dos cafeicultores paulistas, que viam em suas propostas um perigo, no tocante à distribuição de recursos públicos para manutenção da agroindústria cafeeira. Contudo, apesar do descontentamento paulista, a SNA conseguiu, no ano de 1906, ver atendida uma das suas demandas: a criação do MAIC.

Um dos pontos de convergência de interesses entre as frações da elite agrária brasileira e também dos agrônomos era a criação de instituições educacionais que qualificassem a mão de obra agrícola, estando aquela preocupada com a “reposição” de “braços” para suas lavouras e estes interessados em criar estabelecimentos que divulgassem os saberes das ciências agrícolas, além de formar uma espécie de “nicho de mercado”, pois os Agrônomos deveriam ser os responsáveis pela condução do ensino agrícolas nesses locais.

Os anseios desses grupos quanto à criação de instituições de ensino deram origem ao Decreto nº 8.319 de 1910, primeira regulamentação do ensino agrícola do período republicano que criava as seguintes divisões: ensino superior, ensino médio ou teórico-prático, ensino prático, Aprendizados Agrícolas, ensino primário agrícola, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos ambulantes, cursos conexos com o ensino agrícola, consultas agrícolas e conferências agrícolas. Os estabelecimentos de ensino agrícola criados tinham modelos de ensino próprios que atendiam às finalidades de cada um, destacando-se o seu caráter experimental. Para tanto, os estabelecimentos deveriam dispor de serviços e instalações complementares, tais como estações experimentais, campos de experiência e demonstração, fazendas experimentais, estação de ensaio de máquinas agrícolas, postos zootécnicos e postos meteorológicos.

Muitos pontos desse regulamento apresentavam influências das ideias já adotadas em países como França, Bélgica e Estados Unidos da América, a partir de impressões e estudos realizados por representantes da elite agrária ligados aos cafeicultores paulistas e à SNA. Desta forma, o modelo de ensino agrícola brasileiro foi construído a partir dos exemplos

européu, norte-americano e paulista, visto que na época da aprovação da primeira lei do ensino agrícola, São Paulo era o estado mais desenvolvido neste setor. Com isso, não é possível afirmar que o modelo adotado no Brasil seja uma transplantação de ideias europeias ou norte-americanas, o que me leva a afirmar que se construiu em nosso país um modelo “à brasileira”, ou seja, a incorporação dos modelos não se deu como uma mera cópia, de forma mecânica; o que ocorreu foi uma adequação destes às peculiaridades da agricultura, da pecuária e da indústria agrícola nacional, como por exemplo a criação dos Aprendizados Agrícolas que agregavam experiências de vários países, tais como a participação feminina e a formatação de cursos abreviados.

Contudo, ao estabelecer os Estados Unidos como um dos exemplos a ser seguido, incorporando algumas de suas ações, o modelo de ensino agrícola brasileiro absorveu também parte de suas concepções, fazendo com que as ideias pragmáticas, mesmo que de forma difusa, fossem adotadas em algumas instituições de ensino agrícola, através, por exemplo, da valorização da livre iniciativa, como na possibilidade de concessão de terras aos egressos de instituições agrícolas; do autogoverno, expresso no regime disciplinar e em atividades que ficavam sob a responsabilidade dos alunos em instituições como os Aprendizados Agrícolas, e da ênfase na experiência presente na concepção do “fazer para aprender”, dentre outros elementos que caracterizavam o Pragmatismo como corrente filosófica norte-americana, especialmente em sua acepção deweyana.

Como dito anteriormente, a lei nº 8.319 organizou todos os níveis de ensino, dando origem às instituições de ensino agrícola primário, denominadas Aprendizados Agrícolas. Estas instituições deveriam capacitar, sobretudo, os filhos de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, incutindo modernas técnicas agrícolas que criassem novas formas de relacionamento entre “homem e terra”, constituindo-se, assim, num ideal civilizatório. Além de atender a uma clientela formada por jovens entre 14 e 16 anos, os Aprendizados criaram cursos para educação de adultos, buscando interferir na formação dos trabalhadores que já atuavam no campo. Além disso, davam suporte técnico aos fazendeiros nas regiões onde se localizavam, distribuindo mudas de plantas, sementes, disponibilizando máquinas agrícolas, animais reprodutores, dentre outros instrumentos que pudessem dinamizar as culturas da localidade.

Havia, ainda, nos Aprendizados a possibilidade de ofertar cursos abreviados voltados para especificidades na condução das propriedades agrícolas, dando aos alunos a certificação correspondente à atividade aprendida. Outra peculiaridade dessas instituições de ensino agrícola era a oferta de cursos de formação profissional voltados para as mulheres,

destinando-lhes o aprendizado das chamadas indústrias rurais, tais como o fabrico da manteiga, do queijo, de compotas de doces, dentre outras atividades que agregavam valor aos produtos agrícolas.

Os Aprendizados disponibilizavam, também, cursos primários destinados essencialmente a ensinar os rudimentos da leitura, escrita e as operações matemáticas aos alunos que procuravam essas instituições, pois era grande o contingente de analfabetos que procuravam os estabelecimentos. Nesses cursos merece destaque a presença de mulheres frequentando as aulas juntamente com os homens, o que não era muito comum para a época, como no caso do Aprendizado Agrícola de Juazeiro.

Para responder a seu ideal formativo, os Aprendizados tinham, basicamente, três seções: a de agricultura, a de zootecnia e a de indústrias rurais. Contudo, apesar de no discurso legal ressaltar-se a equidade na aprendizagem desses três ramos, o que se via de fato era um claro direcionamento às práticas relacionadas à agricultura, o que era demonstrado a partir do próprio programa de curso das instituições, o qual reservava mais da metade do curso para a aprendizagem de práticas agrícolas. Talvez esta centralização nas práticas agrícolas estivesse relacionada ao fato de que para se desenvolver o setor zootécnico seria necessário pessoas qualificadas e espaço suficiente e apropriado para o desenvolvimento das diferentes criações (bovino, ovino, suíno, avicultura, piscicultura, dentre outras), e para a realização das indústrias agrícolas seria necessária a construção de espaços apropriados e aquisição de equipamentos, o que implicaria um aporte maior de recursos financeiros para a manutenção das instituições.

Apesar da importância e representatividade conseguida pelos Aprendizados nas regiões onde estes foram instalados, no caso dos primeiros estabelecimentos, construídos entre 1910 e 1934, dos oito estabelecimentos criados até 1914 (São Simão-SP; Barbacena-MG; Satuba-AL; São Luiz das Missões-RS; Tubarão-SC; Igarapé-açu-PA; Bahia-BA; Guimarães-MA), apenas dois funcionaram ininterruptamente durante estes 24 anos. Foi o caso dos Aprendizados de Barbacena-MG e da Bahia, este depois transferido para a cidade de Barreiras. Neste sentido, era comum que a cada dificuldade orçamentária o Governo Federal diminuísse os recursos destinados a essas instituições, inclusive fechando algumas, como ocorreu em 1915, quando de uma só vez encerrou as atividades de quatro Aprendizados.

Outro fator que contribuiu para a falta de investimentos governamentais nos Aprendizados foi a concorrência de outro modelo de ensino agrícola primário, o dos Patronatos Agrícolas, criados a partir de 1918 e que tinham um duplo objetivo: a formação profissional agrícola e a regeneração da infância “desvalida”. Este duplo direcionamento dos

Patronatos respondia aos interesses tanto da elite urbana quanto da rural, o que fez deste modelo, até o ano de 1934, a “menina dos olhos” do Governo Federal. Desta forma, o número de Patronatos neste período chegou a ser sete vezes maior do que o de Aprendizados. O direcionamento do governo para os Patronatos Agrícolas estava associado ao fato de estes responderem tanto aos anseios de setores da elite agrária quanto aos da urbana, pois atrelava formação técnico-agrícola e regeneração social, atendendo a uma clientela diversificada, constituída, em parte, de crianças abandonadas, órfãs e com “dificuldade de convívio social” que habitavam os centros urbanos.

Todavia, tanto os Aprendizados quanto os Patronatos, ao longo da década de 1920 começaram a receber críticas de administradores públicos e, sobretudo, de intelectuais ligados a setores da elite agrária brasileira, que ressaltavam a ineficiência das instituições. Dos Aprendizados era dito que sua clientela e sua estrutura de ensino não respondiam aos objetivos propostos para as instituições, além de serem onerosos devido ao baixo número de alunos que frequentavam a maioria das instituições. Quanto aos Patronatos, a crítica recaía, sobretudo, à duplicidade de interesses dos estabelecimentos, fazendo com que não atendessem bem a nenhum dos objetivos e, ainda, que devido ao seu perfil mais voltado para a correção infantil, deveriam estar subordinados ao Ministério da Justiça e não à pasta da agricultura.

As discussões travadas, somadas aos acontecimentos que se sucederam a Revolução de 1930, como, por exemplo, a reestruturação ministerial posta em prática por Getúlio Vargas, abriram espaço para uma reformulação do ensino agrícola, acarretando no afastamento de alguns Patronatos da órbita do Ministério da Agricultura e transformando outros em Aprendizados, o que levou estas instituições a tornarem-se o único modelo de ensino agrícola primário após 1934, começando, com isso, um segundo momento na história dos Aprendizados.

O período que se estendeu de 1934 a 1947 foi auspicioso para os Aprendizados visto que consolidou tais instituições que chegaram a um total de 12 estabelecimentos durante essa fase. A nova estrutura dos Aprendizados tornava-os mais abrangentes em termos de ensino, com uma reorganização dos programas e cursos, embora limitasse a sua atuação, restringindo-as quase exclusivamente às “cercas” de sua fazenda, ou seja, não estavam previstas mais as práticas “extensionistas”, tais como a distribuição de mudas e sementes, isto porque outros órgãos vinculados ao MA começaram a desempenhar essas funções, como o setor de distribuição de sementes, que estava diretamente vinculado ao Departamento Nacional de Produção Vegetal.

Essa fase auspiciosa dos Aprendizados também estava relacionada aos acordos firmados entre a pasta da agricultura e entidades públicas e privadas norte-americanas. Num destes acordos, os AAs Rio Branco-AM, Manoel Barata-PA, Vidal de Negreiros-PB, Floriano Peixoto-AL e Benjamin Constant-SE receberam subsídios da Comissão Brasileiro-Americana da Produção de Gêneros Alimentícios para a construção de um aviário que comportasse 200 aves, projeto que fazia parte do dito “esforço de guerra”, com o intuito de produzir frangos para abastecer os países envolvidos na II Guerra Mundial. Outro convênio, desta feita com a *Fundação Inter-Americana de Educação*, firmado em 1945, deu origem à *Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais* (CBAR), que criou em vários estados brasileiros, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, Centros de Treinamento de Operários Agrários. A CBAR era gerenciada diretamente pelo MA, e desta forma os Aprendizados Agrícolas constituíram-se como alguns dos espaços onde foram montados os Centros de Treinamento.

Esse segundo momento dos Aprendizados também marcou um redimensionamento dos discursos que se faziam sobre e a partir dessas instituições. Enquanto num primeiro momento estavam presentes as ideias de modernização, civilização e desenvolvimento agrícola, neste segundo momento havia uma ênfase na eficiência e no rendimento.

Convém ressaltar também o perfil dos estabelecimentos desse segundo momento, podendo-se separar em dois grupos aqueles que foram originados a partir da transmutação dos Patronatos e aqueles que já nasceram como Aprendizados. Neste sentido, os nascidos de Patronatos (federais, estaduais), que eram a maioria, conservaram muitos dos elementos das instituições originárias, destacando-se, muitas vezes, mais pela rigidez disciplinar como conduziam seu ensino do que pelo aspecto profissionalizante, sobretudo por manter a mesma clientela dos Patronatos. Já os “puros sangue”, ou seja, que já nasceram como Aprendizados, tais como o Aprendizados Floriano Peixoto-AL e Gustavo Dutra-MT, apesar de ressaltarem suas ferramentas disciplinares, necessárias ao bom andamento de sua “pedagogia de internar”, destacavam-se, sobretudo, pela qualidade do seu ensino profissional, servindo de modelo para as propriedades agrícolas das regiões onde se localizavam.

O período compreendido entre 1934 e 1947 também foi marcado pelas disputas ministeriais entre o MA e o MES pelo controle dos rumos do ensino agrícola, que passava, essencialmente, pelo desejo dos chefes de cada pasta em aumentar o seu raio de ação (capital político) e, conseqüentemente, o seu poder dentro da estrutura governamental. Esta disputa levou a ingerências de ambas as partes na condução das ações empreendidas por ambos os ministérios.

No bojo dessas disputas, o MÊS, juntamente com um órgão pertencente à pasta da agricultura, a SEAV, arquitetou e pôs em execução, mesmo após a saída do seu principal articulador, o ministro Gustavo Capanema, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA), sancionada em 1946, que deu nova estruturação a esse ramo do ensino, redefinindo os Aprendizados Agrícolas, transformando-os em escolas de iniciação agrícola, escolas agrícolas e escolas agrotécnicas, dando início a um novo momento na história do ensino agrícola brasileiro.

Não obstante esse esforço de síntese, buscando compreender as políticas para o ensino agrícola primário e sua materialização em instituições denominadas Aprendizados Agrícolas, tenho certeza de que muitas lacunas merecem ser preenchidas, tais como a representatividade dos Aprendizados nas regiões onde se encontravam; a influência que exerciam sobre o desenvolvimento das culturas agrícolas; sua inserção na construção de políticas locais, os motivos que levaram à criação dos estabelecimentos somente em algumas localidades do país; a importância de estabelecimentos como os de Satuba e Barbacena, que estão prestes a completar 100 anos de existência de funcionamento ininterrupto, dentre outros elementos que auxiliem a uma melhor compreensão da história do ensino agrícola na primeira metade dos noventa.

O tema ensino agrícola em particular e o ensino profissionalizante, em termos gerais, carecem de uma maior atenção por parte dos historiadores da educação, sobretudo neste momento em que o ensino profissional completa 100 anos de existência e passa por um novo momento de reestruturação.

Entretanto, as respostas às questões aqui levantadas serão obtidas a partir de uma nova “plantação”, esperando que outros se arvorem a lançar sementes sobre este solo fértil da história do ensino agrícola no Brasil.

FONTES

1. Páginas da *web*

<http://casa.hsw.uol.com.br>, acesso em 06/07/2009.

<http://michaelis.uol.com.br>, acessos entre maio e agosto de 2009.

<http://mv.opera.com/perfeito/albums>, acesso em 15/06/2009.

<http://pt.wikipedia.org>, acessos entre maio e agosto de 2009.

<http://villasantamaro.blogspot.com>, acesso em 01/08/2009.

<http://geocities.com/motorcity/street/2376/navarro.html>, acesso em 15/09/2009.

www.agricultura.gov.br, acesso em 18/05/2009.

www.archive.org, acesso em 18/05/2009.

www.bn.br/bndigital, acesso em 20/08/2009.

www.cnpuv.embrapa.br, acesso em 30/07/2009.

www.cpdoc.fgv.br, acesso em 26/05/2009.

www.dec.ufcg.edu.br, acesso em 17/08/2009.

www.defesa.gov.br, acesso em 03/05/2009.

www.eafb.org.br, acesso em 22/01/2006.

www.eca.usp.br, acesso em 03/07/2009.

www.estacoesferroviarias.com.br, acesso em 19/08/2009.

www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br, acesso em 15/06/2009.

www.guimaraesma.gov.br, acesso em 27/06/2009.

www.histedbr.fae.unicamp.br, acesso em 12/09/2009.

www.ihgb.org.br, acesso em 17/08/2009.

www.inconfidentesmg.com.br, acesso em 18/08/2009.

www.jardineiro.net/br/geral/dicionarios, acesso em 06/07/2009.

www.juazeiro.ba.gov.br, acesso em 28/06/2009.

www.republica.com.br, acesso em 15/06/2009.

www.senado.gov.br, acesso em 12/05/2009.

www.sp.gov.br, acesso em 15/05/2009.

www.tubarao.sc.gov.br, acesso em 28/06/2009.

www.unisan.tc.br/~iphan, acesso em 29/06/2009.

2. Documentos do Império e da República (Governo Federal, governos estaduais, documentações escolares, etc.)

ALAGOAS. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na 19ª legislatura. Maceió: Imprensa Oficial, 1928.

BRASIL. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da 3ª sessão da 12ª Legislatura pelo Presidente da República, Arthur da Silva Bernardes*, 1926.

BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola de Sergipe. **Livro das Impressões dos Visitantes**. São Cristóvão, 1935.

BRASIL-RMACOP. *Relatório apresentado à Assembléia Geral legislativa na 1ª sessão da décima sétima legislatura*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1878.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1910.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1911.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1912.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do diretor do Aprendizado Agrícola de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1912.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1913.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1914.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1915.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1916.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1917.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1919.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1920.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1922.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1923.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1924.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1925.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1926.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1927.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1930-1931.

BRASIL-RMA. *Relatório do ministro da Agricultura enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Typ. do Ministério da Agricultura, 1931.

BRASIL-RMA. Relatório do Ministério da Agricultura. **O Ministério da Agricultura de 1933-1934**. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção, 1935.

BRASIL-RMA. Relatório do Ministério da Agricultura. **Relatório das Atividades do Ministério da Agricultura, durante o período de julho de 1934 a dezembro de 1935**. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção, 1938.

BRASIL-RMA. Relatório do Ministério da Agricultura. **Ministério da Agricultura, trabalhos realizados em 1938**. Rio de Janeiro: Serviço de Publicidade Agrícola, 1939.

BRASIL-RMA. Relatório do Ministério da Agricultura. **As atividades agrícolas do Brasil em 1939**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, vol. I, 1940.

BRASIL-RMA. Relatório do Ministério da Agricultura. **As atividades agrícolas do Brasil em 1939**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. II, 1940.

BRASIL-RMA. Relatório do Ministério da Agricultura. **As atividades agrícolas do Brasil em 1940**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, v. I, 1941.

BRASIL-RMA. Relatório do Ministério da Agricultura. **As atividades agrícolas do Brasil em 1940**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, vol. II, 1941.

BRASIL-RMA. Relatório do Ministério da Agricultura. **As atividades agrícolas do Brasil em 1942**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, vol. I, 1943.

BRASIL-RMA. Relatório do Ministério da Agricultura. **As atividades agrícolas do Brasil em 1942**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, vol. II, 1943.

BRASIL-RMA. Relatório do Ministério da Agricultura. **O Ministério da Agricultura no governo Getúlio Vargas (1930-1944)**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura, 1945.

BRASIL-RMF. Relatório do Ministério das Finanças. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909-1926.

BRASIL-RMIVOP. Relatório do ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

BRASIL-RMIVOP. Relatório do ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

ALAGOAS. Mensagem apresentada ao congresso legislativo 19ª legislatura, pelo governador Pedro da Costa Rego. Imprensa Oficial: Maceió, 1928.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. D'UTRA, Gustavo. **O Ensino Agrícola nos Estados Unidos e em alguns países da Europa**. SP, 1908.

SÃO PAULO. Mensagem do presidente do Estado de São Paulo enviada ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1908. São Paulo: Dupart & Comp., 1910.

SÃO PAULO. Mensagem do presidente do Estado de São Paulo enviada ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1910. São Paulo: Duprat & Comp., 1910.

TÁVORA, Juarez. *O Ministério da Agricultura em 1933-1934*. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, 1934.

3. Legislação Federal e Estadual

BRASIL. Leis e Decretos 1890 a 1930.

BRASIL. Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 8319, de 20 de outubro de 1910. Cria o ensino agrônômico e aprova o respectivo regulamento. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional), 1944. Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>.

BRASIL. Decreto nº 8.357, de 9 de novembro de 1910. Cria na sede do município de S. Simão, estado de S. Paulo, um aprendizado agrícola. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 8.358, de 9 de novembro de 1910. Cria um aprendizado agrícola na cidade de Barbacena, estado de Alagoas. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 8.365, de 10 de novembro de 1910. Cria no município de S. Luiz de Missões, no estado do Rio Grande do Sul um aprendizado agrícola. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 8.475, de 28 de dezembro de 1910. Abre ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio o crédito especial de 156:950\$, para atender às despesas com a fundação de um aprendizado agrícola em S. Luiz de Missões, no estado do Rio Grande do Sul, e com o pagamento dos vencimentos e um preparador-repetidor, um médico e um farmacêutico da Escola de Agricultura anexa ao Posto Zootécnico Federal de Pinheiro. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 8.607, de 8 de março de 1911. Cria um Aprendizado Agrícola anexo à Escola Média ou Teórico-Prática de Agricultura do Estado da Bahia e aprova o respectivo regulamento. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 8.702, de 4 de maio de 1911. Aprova o regulamento do Aprendizado Agrícola de S. Luiz das Missões, no estado do Rio Grande do Sul. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 8.736, de 25 de maio de 1911. Aprova o regulamento do Aprendizado Agrícola de Barbacena, no estado de Minas Gerais. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 8.872, de 2 de agosto de 1911. Cria no município de Tubarão, estado de Santa Catarina, um Aprendizado Agrícola. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 8.940, de 30 de agosto de 1911. Cria um Aprendizado Agrícola na Estação Agrônômica e Posto Zootécnico, estabelecidos em Satuba, município de Santa Luzia do Norte, estado de Alagoas. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 8.972, de 14 de setembro de 1911. Cria um aprendizado agrícola na antiga Estação Experimental de Agricultura Augusto Montenegro estabelecida no município de Igarapé-açu, estado do Pará. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 9.514, de 10 de abril de 1912. Cria um aprendizado agrícola no município de Guimarães, Estado do Maranhão. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 9.672, de 17 de julho de 1912. Cria a Inspetoria de Pesca e Aprova o respectivo regulamento. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 10.125, de 19 de março de 1913. Abre ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio o crédito de 6:907\$904 para ocorrer o pagamento da gratificação adicional de 40% sobre os respectivos vencimentos no pessoal do Aprendizado Agrícola de Igarapé-açu, no ano próximo passado, de acordo com art. 80, da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 12.610, de 22 de agosto de 1917. Estabelece o regime de internato no Aprendizado Agrícola de Barbacena. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918. Autoriza o Ministro da Agricultura a criar Patronatos Agrícolas, para a educação de menores desvalidos, nos Postos Zootécnicos, Fazendas-Modelo de Criação, Núcleos Coloniais e outros estabelecimentos do Ministério. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional), 1944. Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 13.628, de 28 de maio de 1919. Cria um Aprendizado Agrícola em Juazeiro, no estado da Bahia. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 16.840, de 24 de março de 1925. Transfere o Aprendizado Agrícola de S. Luiz de Missões e dá outras providências. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 20.159, de 30 de junho de 1931. Suprime o lugar de chefe de culturas no quadro do pessoal do Aprendizado Agrícola de Barbacena, no estado de Minas Gerais. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 22.338, de 11 de janeiro de 1933. Dá nova organização aos serviços do Ministério da Agricultura. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 22.380, de 20 de janeiro de 1933. Dá organização às Diretorias Gerais do Ministério da Agricultura. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 22.559, de 18 de março de 1933. Extingue um dos cargos de conservador e inspetor de alunos no Aprendizado Agrícola de Barbacena. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 22.934, de 13 de julho de 1933. Transforma o Aprendizado Agrícola de Barbacena em Escola Agrícola e dá outras providências. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 22.935, de 13 de julho de 1933. Reorganiza a Diretoria do Ensino Agrônômico, da Diretoria Geral de Agricultura, e dá outras providências. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 23.196, de 12 de outubro de 1933. Regula o exercício da profissão agrônômica e dá outras providências. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 23.722, de 9 de janeiro de 1934. Transfere para o Ministério da agricultura serviços agrícolas regionais dos Estados de Sergipe, Pernambuco e Alagoas, abre crédito para o respectivo custeio e dá outras providências. Transfere para o Ministério da Agricultura o Patronato Agrícola de Quissamã, no estado de Sergipe. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 23.979, de 8 de março de 1934. Extingue no Ministério da Agricultura a Diretoria Geral de Pesquisas Científicas, criada pelo decreto nº 23.338, de 11 de janeiro de 1933, aprova os regulamentos das diversas dependências do mesmo Ministério, consolida a legislação referente à reorganização por que acaba de passar e dá outras providências. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 24.115, de 12 de abril de 1934. Dispõe sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 2.231, de 30 de dezembro de 1937. Cria um Aprendizado Agrícola no estado do Amazonas. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto-lei nº 982, de 23 de dezembro de 1938. Cria novos órgãos no Ministério da Agricultura, reagrupa e reconstitui alguns dos já existentes e dá outras providências. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.029, de 6 de janeiro de 1939. Dá novas denominações aos Aprendizados Agrícolas do Ministério da Agricultura. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional), 1939. Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto-lei nº 2.072, de 8 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-

la, organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto-lei nº 2.134, de 12 de abril de 1940. Cria a função gratificada de diretor de Aprendizado Agrícola. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto-lei nº 2.255, de 30 de maio de 1940. Transfere o Aprendizado Agrícola Rio Branco, no Território do Acre, para o estado do Amazonas. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 6.881, de 19 de fevereiro de 1941. Transfere a sede do Aprendizado João Coimbra da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 7.072, de 9 de abril de 1941. Transfere do Km 47, Estrada Rio-São Paulo, para o imóvel onde funcionou a antiga Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária no Município de Piraí, do estado do Rio de Janeiro, o Aprendizado Agrícola Nilo Peçanha. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.175, de 7 de janeiro de 1943. Dispõe sobre a admissão de pessoal extranumerário e dá outras providências. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto-lei nº 5.408, de 14 de abril de 1943. Cria, junto à futura sede da Escola nacional de Agronomia, no km 47 da rodovia Rio-São Paulo, um Aprendizado Agrícola subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto-lei nº 5.409, de 14 de abril de 1943. Cria, no local denominado São Vicente, município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, um Aprendizado Agrícola, subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 14.252, de 10 de dezembro de 1943. Regimento dos Aprendizados Agrícolas. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Portaria ministerial nº 708, de 27 de setembro de 1943. Normas sobre o ensino ministrado nos Aprendizados Agrícolas. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto-lei nº 6.495, de 12 de maio de 1944. Dá denominação a Aprendizados Agrícolas do Ministério da Agricultura. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 16.826, de 13 de outubro de 1944. Aprova o regimento da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), do Ministério da Agricultura. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional), 1944. Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 20.407, de 16 de janeiro de 1946. Altera a tabela numérica extranumerário-mensalista do Aprendizado Agrícola Visconde da Graça, do Ministério da Agricultura. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto-lei nº 9.004, de 20 de fevereiro de 1946. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 58.990,00, para pagamento de obras efetuadas no Aprendizado Agrícola Nilo Peçanha. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional). Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional), 1946. Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto nº 22.506, de 22 de janeiro de 1947. Altera a denominação de estabelecimentos de ensino agrícola, subordinados ao Ministério da Agricultura. Transforma em Escola de Iniciação o Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional), 1947. Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

SERGIPE. Decreto de 1º de maio de 1928.

4. Periódicos

A LAVOURA. Boletim da Sociedade Nacional de Agricultura, ano XVI, nº 10 a 12, Rio de Janeiro, outubro/dezembro, 1912.

A LAVOURA. Boletim da Sociedade Nacional de Agricultura, ano XXIV, nº 8, Rio de Janeiro, agosto de 1920.

APRENDIZADO AGRÍCOLA de Sergipe. **Correio de Aracaju**, Aracaju, p. 1, 20 jan. 1939.

BRASIL. **Diário Oficial do Império**, nº 158, de 7 de julho de 1878.

BRASIL. **Diário Oficial do Império**, nº 160, de 14 de julho de 1878.

BRASIL. **Diário Oficial do Império**, nº 161, de 10 de julho de 1878.

BRASIL. **Diário Oficial do Império**, nº 165, de 14 de julho de 1878.

OS PATRONATOS AGRÍCOLAS. **Diário da Manhã**, Sergipe, p. 01, 4 de abril de 1925.

SERGIPE. **Diário Oficial do Estado**. Sessão Diversos de 24 de março de 1925.

SERGIPE. **Diário Oficial do Estado**. Sessão noticiário de 1º de outubro de 1933.

SERGIPE. **Diário Oficial do Estado**, Sessão noticiário de 1º de outubro de 1933.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARAÚJO, N. de A. **A Escola Agrícola de São Bento das Lages e a Institucionalização da Agronomia no Brasil (1877-1930)**. 2001. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) - Universidade Federal da Bahia e da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2006.

AZEVEDO, F. de. **A Cultura Brasileira**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

_____. (org.). **As ciências no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994, 2v.

BARROS, J. D'A. As abordagens. In: **O campo da História: especialidades e abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. pp. 133-179.

BHERING, M. J. **Positivismo e modernização: políticos e institutos científicos de agricultura no Brasil (1909-1935)**. 2008. 155 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

BORGES, M. E. L. **História & Fotografia**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo, Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.

_____. **Coisas Ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Monteiro Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990

_____. O Capital Social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva. 1998.

BRIAND, J.-P. e CHAPOLIE, J.-M. A instituição escolar e a escolarização: uma visão de conjunto. **Revista Educação & Sociedade** n. 47. Campinas: Papirus, 1994, p. 05-53.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

_____. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

CAZELA, G. F. **A teoria e prática da orientação educacional: um estudo de caso**. 2007. 50 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCAR, São Carlos. 2007.

COELHO, E. C. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CALDEIRA, J. **Mauá**: empresário do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, M. M. C. de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. São Paulo: Autêntica, 2003, p. 225-252.

CONCEIÇÃO, J. T. da. **A pedagogia de internar**: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1934-1967). 2007. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2007.

CUNHA, M. V. da. A Escola contra a Família. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. São Paulo: Autêntica, 2003, p. 447-468.

DANTAS, C. G. O Passado em bits: Questões sobre a reelaboração da memória social na Internet. In: **Anais do VI CINFORM** (Encontro Nacional de Ciência da Informação). Salvador – Bahia, 2005

DEWEY, J. **Democracia e educação**. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. **Experiência e educação**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. O desenvolvimento do pragmatismo americano. Tradução de Cassiano Terra Rodrigues. **Cognitio-Estudos**: revista eletrônica de Filosofia. São Paulo, vol. 5, nº 2, julho-dezembro, 2008, p. 119-132.

EISENBERG, P. **Homens esquecidos**: escravos e homens livres no Brasil; séc. XVIII e XIX. Campinas: EDUNICAMP, 1989.

ELIAS, N. **O Processo civilizador**: uma história dos costumes v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA Filho, L. M. de. **República, Trabalho e educação**: a experiência do Instituto João Pinheiro 1909/1934. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

FAUSTO, B.. **A Revolução de 1930**: Historiografia e História. 12 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

FEBVRE, L. **Combates pela História**. Trad. Leonor M. Simões e Gisela Moniz. 2.ed. Lisboa: Presença, 1985.

FERNANDES, T. Vacina antivariólica: seu primeiro século no Brasil (da vacina jenneriana à animal). **História, Ciências, Saúde** — Manguinhos, VI (1): 29-51, mar.-jun. 1999.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio século XXI**. Cd-room, 2002.

FIGUEIRÔA, S. F. de M. Ciência e tecnologia no Brasil Imperial Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908). **Varia historia**. vol.21 nº 34. Belo Horizonte, julho de 2005.

FONSECA, M. V. **A Educação dos Negros**: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **A Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FREITAS, A. G. B. de. **Vestidas de azul e branco**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGE. (Coleção: Educação é História 3), 2003.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1974.

GRANATO, L. **Ensino Agrícola**. São Paulo: B. Mendes & Cia., 1918.

GRINSPUN, M. P. S. Z. **A orientação educacional**: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo: Cortez, 2002.

GUIRALDELLI JR., P. **O que é pragmatismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

HADDAD, S e PIERRO, M. C. Di. Escolarização de Jovens e Adultos. In. **Revista Brasileira de Educação**, mai/ago, nº 14, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, 2000.

HISTÓRIA VIVA. **Coleção Deuses da Mitologia** – Ceres. v.7. São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930 – 1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

KOIFMAN, F. (Org.). **Presidentes do Brasil**: de Deodoro a Juscelino. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2001.

LE GOFF, J. “Documento/monumento”. In: **Enciclopédia Einaudi** Vol 1. Memória-História. Lisboa, Imprensa Nacional. Casa da Moeda. 1984, p. 95 – 106.

LE MOS, R. L. do C. N. e. Benjamin Constant: Biografia e Explicação Histórica, Rio de Janeiro, **Estudos Históricos**, n.19, 1997.

LIMA, J. P. **Técnicos para o desenvolvimento da agricultura**. Rio de Janeiro: ABCAR, 1961.

- LINS, I. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- LOURENÇO, F. A. **Agricultura ilustrada: idéias para o melhoramento moral e material da lavoura brasileira no século XIX**. 1998. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Unicamp, Campinas, 1998.
- LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARQUES, A. A. **Aprendizado Agrícola “Gustavo Dutra”**: seu papel e importância no contexto agrícola de Mato Grosso (1943-1947). 2005. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, UFMT, Cuiabá. 2005.
- MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- MELO, V. A. de. **Cidade esportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- MENDONÇA, S. R. de. A balança, a régua e o arado: sistema de ensino e *habitus* de classe na Primeira República. **Cadernos do ICHF**, Niterói: UFF, 48, Nov., 1992.
- _____. **O ruralismo Brasileiro (1888 – 1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. **Agronomia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- _____. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. **Mundo Agrário**. Revista de studios rurales, Centro de Estudios Histórico Rurales. Universidad Nacional de La Plata, vol. 1 n° 1, segundo semestre de 2000.
- _____. Agronomia , Agrônomos e projetos para a agricultura brasileira no pós-1930. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABPHE, 2003, p. 1-22.
- _____. Estado e Ensino Agrícola no Brasil: da dimensão escolar ao extensionismo - assistencialismo (1930-1950). In: VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2006, Quito. **Anais...** Quito: ALASRU – FLACSO, 2006, p. 01-10.
- _____. O papel dos técnicos estadunidenses na ressignificação da educação rural no Brasil (1945-1961). In: IV Simpósio Nacional Estado e Poder, 2007, São Luís-MA. **Anais...** São Luís: UEMA, 2007.
- _____. Conflitos intraestatais e políticas de educação agrícola no Brasil (1930-1950). **Revista Tempos Históricos**, vol. 10. Cascável-PR: EDUNIOESTE, 1º sem. de 2007.
- _____. O Convênio de Taubaté e a Agricultura Fluminense. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional** v. 4. n° 3 (edição especial), Taubaté, SP, p. 83-104, ago/2008.

MENEZES, M. L. P. e FERNANDES, N. da N. As capitais do Acre: a cidade e os poderes. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona, vol. IX, nº 194, agosto de 2005.

MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Editora Unicamp, 1999

MONTEIRO, M. L. da S. **O Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça – CAVG e a formação para o trabalho no campo**. 2007. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFRS, Porto Alegre. 2007.

MOREIRA, R. da L. Verbete LOPES, Ildelfonso Simões In **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (pós-30)**. Rio de Janeiro: Ed. FGV. Cd-rom.

MORENO, A. O Rio de Janeiro e o corpo do homem Fluminense: o ‘não-lugar’ da Ginástica Sueca. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, nº 01, v. 25, Campinas, 2003, p. 55-68.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, J. C. do. **Memórias do Aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe**. Maceió: Edições Cataventos, 2004.

_____. **A escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

NÉRICI, I. G. Origens da orientação educacional e necessidades da orientação educacional & A orientação educacional. In: **Introdução à orientação educacional**. São Paulo: Atlas, 1976.

NERY, A. C. B. Práticas Escolares em Revista: o Escotismo. In: XXII Simpósio Nacional de História - Anpuh, 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, Anpuh, 2003.

NERY, M. A. A. M. e SOUTO, P. H. A formação e a busca pela cidadania: olhares e perspectivas de alunos internos ingressos em 2004 da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão – SE. In.: 31º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos. São Paulo: CERU/USP, 2004.

NERY, M. A. A. M. **A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no início do Século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas**. 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2006.

NOGUEIRA, C. M. M. Considerações sobre a Sociologia de Max Weber. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas** – Unicentro Newton Paiva, nº 13. Belo Horizonte, 1999.

NUNES, C. e CARVALHO, M. M. C. de. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos ANPED**. Belo Horizonte (5). 1993, p. 7-64.

OLIVEIRA, G. I. da C. **De Patronato à Escola Agrotécnica Federal de Castanhal: o que a história do currículo revela sobre as mudanças e permanências no currículo de uma instituição**

de ensino técnico? 2007. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em educação, UFPA, Belém. 2007.

OLIVEIRA, M. A. T. de. **Educação do corpo na escola brasileira**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, M. R. P. de. **Formar cidadãos úteis: os Patronatos Agrícolas e a infância pobre na Primeira República**. Bragança Paulista: CDAPH, 2003.

OLIVER, G. de S. **Institucionalização das ciências agrícolas e seu ensino no Brasil 1930-1950**. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. **O papel das escolas superiores na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950: práticas acadêmicas, currículos e formação profissional**. 2005. 296 f. Tese (Doutorado em Ensino e História de Ciências da Terra) – Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas-SP. 2005.

OLIVER, G. de S. e FIGUEIRÔA, S. F. de M. Características da institucionalização das ciências agrícolas no Brasil. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 104-115, jul/dez 2006.

OTRANTO, C. R. Do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio ao Ministério da Educação e Cultura: a trajetória histórica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Revista Educação** - Vol. 30 - Nº 02 - Edição: 2005.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002.

PALMADE, G. **Os métodos pedagógicos**. São Paulo: EDIPEC, 1959.

PEREIRA, B. M. **Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais, primeira configuração escolar do CEFET-MS, na voz de seus alunos pioneiros (1910-1942)**. 2008. 382 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas. 2008.

PINTO, J. M. de R.; BRANT, L. L. N. de A. O.; SAMPAIO, C. E. M. e PASCOM, A. R. P. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 81, n. 199, p. 511-524, set/dez., 2000.

PRADO, A. A. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 4, julho 1995. Rio de Janeiro: UFRRJ, p. 5-27.

RAMOS, G. **São Bernardo**. 22 ed. São Paulo: Martins, 1974.

RESENDE, F. M. O método intuitivo em Minas Gerais na primeira república. In: LOPES, A. A. B. de M.; GONÇALVES, I. A.; FARIA Filho, L. M. de. e XAVIER, M. do C. (org.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p. 440-449.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROSA, M. da G. de. **História do ensino agrícola no Brasil República**. Marília: Unesp, 1980.

SÁ, A. F. de A. Admirável campo novo: o profissional de história e a Internet. Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Ano 3, n. 07, Rio, 2008.

SANTANA, A. J. de. **As práticas pedagógico-educativas da educação do corpo no ensino primário em Sergipe – 1889/1930**. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2008.

SANTOS, A. M. dos. O legislativo provincial no Rio de Janeiro e os projetos para a modernização da agricultura: 1870-1888. In: X Encontro Regional de História da ANPUH - História e Biografias, 2002, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, UERJ, 2002.

SANTOS, M. A. C. dos. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHRUM, K.. Surfing for the Past: How to Separate the Good from the Bad. **AHA Perspectives** (May 2003). Disponível em <<http://chnm.gmu.edu/resources/essays/d/7>>. Acesso em 18 de ago. 2009.

SCHUELER, A. F. M. de. A “infância desamparada” no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880-1886). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.26, n.1, p. 119-133. jan./jun. 2000.

SHOOK, J. R. **O Pioneirismo do Pragmatismo americano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, C. **Pinheiro Machado**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1951.

SIMÃO, A. L. **Congressos agrícolas de 1878**: um retrato do reformismo ao final do século XIX. 2001. 275 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas-SP. 2001.

_____. Minas Gerais e o Congresso Agrícola de 1878: demandas, temores e percepções dos produtores rurais mineiros. In: XI Seminário sobre Economia Mineira, 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2004.

SMITH, C. Can You Do Serious History on the Web? **AHA Perspectives** (February 1998). Disponível em <<http://chnm.gmu.edu/resources/essays/essay.php?id=12>>. Acesso em 18 de ago. 2009.

SOARES, L. E. S. **Escola de Iniciação Agrícola “Gustavo Dutra”**: o poder disciplinar no contexto do ensino agrícola de Mato Grosso (1947-1956). 2007. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação, UFMT, Cuiabá. 2007.

SOTH, L. **A moderna agricultura e seus problemas**. São Paulo: Atlas, 1968.

SOUSA, F. A. **O Ensino Técnico no final do Império**: o debate educacional no Congresso Agrícola de 1878 - Rio de Janeiro. 2001. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUC-SP, São Paulo. 2001.

SOUZA, R. de F. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América**. Livro I. Leis e costumes. 1 ed. 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TORRES FILHO, A. **O Ensino Agrícola no Brasil**: seu estado atual e a necessidade de sua reforma. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

TOURINHO, M. A. de C. **O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura**: a instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX. 1982. 265 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

TURRISI, P. O Papel do Pragmatismo de Peirce na Educação. **Cognitio**: Revista de filosofia / Centro de Estudos do Pragmatismo, Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), n.1(2000). São Paulo: Angra EDUC, 2000, p. 122-135.

VAGO, T. M. **Cultura escolar, cultivo de corpos**: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VALDEMARIN, V. T. **Estudando as lições de coisas**: análise dos fundamentos filosóficos do Método de Ensino Intuitivo. Campinas: Autores Associados, 2004.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VITALI, S. **Passato digitale**: le fonti dello storico nell'era del computer. Milão: Bruno Mondadori, 2004.